

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: CENÁRIOS TURÍSTICOS E
POLÍTICOS DE PARATY

ANA PAULA SERPA CORRÊA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: CENÁRIOS TURÍSTICOS E
POLÍTICOS DE PARATY**

ANA PAULA SERPA CORRÊA

Sob a orientação da professora
Dra. Luciene de Fátima Rocinholi

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
2021**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C824j CORRÊA, ANA PAULA SERPA , 1978-
Juventude e Violência: Cenários Turísticos e
Políticos de Paraty / ANA PAULA SERPA CORRÊA. -
SEROPÉDICA, 2021.
103 f.: il.

Orientadora: Luciene de Fátima Rocinholi.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2021.

1. IDENTIDADES CULTURAIS. 2. JUVENTUDES. 3.
VIOLÊNCIAS. 4. POLÍTICAS PÚBLICAS. 5. TURISMO
PREDATÓRIO. I. Rocinholi, Luciene de Fátima , 1969-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ANA PAULA SERPA CORRÊA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 29/04/2021

Luciene de Fátima Rocinholi, Dra. UFRRJ

Rosa Cristina Monteiro, Dra. UFRRJ

Mônica Maria Raphael da Roza, Dra. UFF

DEDICATÓRIA

Essa Dissertação é dedicada a todos que de alguma forma me impulsionaram a continuar. Dedico especialmente a minha mãe, achei que ela pudesse presenciar mais uma conquista minha, mas dessa vez não consegui. Marilene Serpa Corrêa foi uma das milhares de vítimas fatais do Vírus Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Sempre acho que não tenho palavras para descrever o quanto me sinto grata por tudo que consegui construir e superar durante a minha vida. Passaram pela minha vida, pessoas que me ajudaram a perceber o quanto fui e sou capaz de ultrapassar barreiras imensas.

Foram barreiras sociais difíceis de serem superadas, perceber algo “além do muro” foi um ato quase impossível, mas meus saltos foram altos demais e se tornaram extremamente necessários para que meus olhos pudessem enxergar, “além do muro”. Consegui me ver além, fora do ciclo de violências que sofri durante boa parte de minha vida. Vi-me e me percebi além dos momentos de dores, desencantos e desesperos. Sonhei, busquei minhas realizações, conquistei algo além até, do que pude imaginar.

Fui uma pré adolescente que sofreu violências intrafamiliar, fui uma jovem que sofreu violência doméstica, passei décadas dentro desse ciclo de violências, precisei romper com o meu círculo familiar, foi uma das decisões mais difíceis da minha vida. Entre os diversos tipos de violências, a sexual, física e psicológica, eu consegui me afastar, porém essas vivências deixam marcas, muitas delas não se apagam. Foi-me negada à condição de ser uma adolescente e depois uma jovem, precisei me submeter à mão de obra barata para o mercado de trabalho [...].

E quem diria que uma manicure, que iniciou em 2010 o primeiro ano do ensino médio noturno, pudesse começar a frequentar a universidade pública em 2013 e após a formação, pudesse ter disputado uma vaga em um Programa de pós Graduação e hoje, pudesse estar concluindo uma pesquisa de Mestrado.

Quero agradecer primeiramente aos sujeitos que participaram e ajudaram a construir essa pesquisa, sem eles seria impossível dar andamento aos trabalhos para obtenção de dados empíricos.

Tive a sorte de me deparar com professores humanos e respeitosos, tive a sorte de ser orientada em minhas pesquisas por professores maravilhosos, deu tudo certo. A eles, devo parte de minhas conquistas acadêmicas. Obrigada por me ouvir, por entender meus limites e me apoiar, por me incentivar a melhorar, por me fazer acreditar que eu pudesse ser, fazer e conseguir.

A minha querida professora orientadora Luciene, um agradecimento carinhoso por estar comigo, mesmo de longe, se pondo presente e a emprestar seus ouvidos enquanto eu sentia talvez, a pior dor que já senti, em perceber a longa e dolorosa partida de minha mãe que, como milhões de pessoas, se tornou uma vítima da pandemia que ainda nos assola.

Foi um imenso prazer e uma grande honra ter construído essa pesquisa com a professora Luciene, juntas definimos as ideias, iniciamos um processo de construção e finalizamos esse estudo com muita cumplicidade e aprendizados.

Agradeço aos meus pais Marilene e Jorge que, apesar de não ter participado diretamente de minha formação acadêmica e não ter acompanhando de perto minhas conquistas e minha vida durante anos, sou grata pelo empenho que tiveram em nos criar. Vim de uma família muito humilde que, mesmo nas maiores dificuldades, meus pais não nos deixaram passar fome, tínhamos um conforto de um lar, não nos faltou atenção, crescemos percebendo a união e o amor entre eles, e assim estavam unidos até a perda de minha mãe.

Sinto gratidão aos dois, pelo o amor e carinho que sempre tiveram com meus filhos, esse apoio inúmeras vezes foi fundamental na minha infância. Agradeço especialmente minha mãe que se rebelou muitas vezes contrariando a quem me criticava enquanto eu trabalhava e estudava. À presença de minha mãe em minha formatura e minha colação de grau foi uma das formas que ela encontrou para peitar aqueles que tentaram por anos “cortar minhas asas”. Para essa defesa, eu imaginei que ela pudesse estar presente para

assistir, mas a vida nem sempre acontece da forma como gostaríamos, sei que de algum lugar ela pode estar torcendo por mim.

Agradeço a ela por ter se tornado mais flexível e compreensível diante de minhas escolhas e decisões, infelizmente não tivemos tempo o suficiente para reconstruir juntas, da forma como gostaria, um convívio mais harmonioso e amável, mas me sinto feliz e grata por saber que ela se sentiu orgulhosa por ter tido entre seus filhos a única a frequentar uma universidade federal e dar continuidade aos estudos depois da graduação.

Agradeço a minha tia Araci, que assistiu a qualificação do projeto de pesquisa, a presença dela foi muito importante pra mim, me motivou a dar continuidade com amor, à pesquisa que estava iniciando.

Agradeço imensamente ao meu querido e amado esposo Wanderley, ele é uma das pessoas mais importantes de minha vida, foi fundamental para que eu pudesse me fortalecer cada vez mais, me incentivou a concluir minha graduação e se tornou um querido companheiro além de namorado, esposo e amor. Ele foi à pessoa que em minhas fraquezas e pensamento de desistências, me levantou e, me fez acreditar que sim, sou capaz. Sem o apoio dele, não poderia dar continuidade aos estudos.

Também quero agradecer a meus filhos Iara e Adam, por hoje compreender os motivos de minhas lutas, batalhas e resistências, as tantas horas de trabalho e poucas horas da minha presença enquanto eles cresciam. Passamos por muitos momentos difíceis juntos, por muitas dificuldades e, considero cada etapa da vida um aprendizado, e a finalização dessas etapas uma conquista, eles fizeram parte de cada uma delas, são amores para toda a vida. Ao Adam, que esteve comigo por toda a caminhada dessa trajetória e construção dessa pesquisa, que entendeu a minha ausência durante minhas semanas de formação na UFRRJ, um agradecimento especial.

Agradeço aos amigos que me acompanharam na jornada da vida, cada um deles está presente em meu coração.

Quero agradecer também as professoras Rosa Cristina Monteiro e Mônica Maria Raphael da Roza, que compõem a banca de avaliação dessa pesquisa, quero que saibam que é uma honra tê-las como avaliadoras deste trabalho feito com tanto amor e dedicação.

E não poderia deixar de agradecer a todos os profissionais que atuam no PPGEA (Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com carinho e respeito, agradeço de coração.

RESUMO

CORRÊA, Ana Paula Serpa. **Juventude e violência: cenários turísticos e políticos de Paraty**. 2021. 103f (Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2021.

A cidade de Paraty, considerada Patrimônio Histórico Nacional, que possui belezas naturais e preserva um conjunto arquitetônico através de séculos, investe em agendas e festivais em nível nacional e internacional o ano todo, também concentra em seu território um fenômeno social relacionado às suas juventudes e a violência. Paraty, foi em 2016 uma das 150 cidades do Brasil onde aconteceu mais assassinatos causados por armas de fogo, e ocupou o 48º lugar no ranking da violência nacional. A principal vítima da violência na cidade de Paraty e outros centros, é a juventude. A delinquência juvenil no município não possui visibilidade e parece ser pouco compreendida pela administração pública. Este estudo teve o objetivo de investigar, analisar e colocar em evidência os fenômenos sociais e suas relações direta e/ou indireta com a violência juvenil no município de Paraty. Nesta pesquisa, reconhecemos como juventude, indivíduos entre 12 e 29 anos, abarcando o período desde o início da adolescência, de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente, ao final do período de juventude considerado por autores da sociologia. Escolhemos a metodologia qualitativa e o método cartográfico que nos permitiu acompanhar a processualidade no encontro com jovens e atores comprometidos com esses jovens no bairro Ilha das Cobras, localizado ao lado do Centro Histórico de Paraty. Abordamos temas como cultura, identidade e histórico de ações que originaram as condições sociais atuais consideradas problemáticas pela população. Tomamos como base os estudos estatísticos oficiais relacionados a essa categoria de indivíduo, no âmbito da Educação, Violência, criminalidade e situações diversas. O estudo apresenta: uma descrição sobre o histórico da cidade, com base em sua construção, economia e cultural; considerações sobre Adolescência e juventude e as políticas públicas direcionadas a essa categoria de indivíduos. As cartografias realizadas no bairro ilha das cobras revelaram os tipos de violências que os jovens estão submetidos e também que submetem outras pessoas. As análises das falas dos sujeitos, que ajudaram a construir o estudo, mostraram suas percepções e entendimentos sobre os diversos aspectos da violência na cidade. A partir delas, consideramos que as violências, da forma como observamos hoje, são consequências de outras violências causadas por diversos fatores como: a especulação imobiliária, que tem ocorrido durante décadas em Paraty e retirou a população caíçara de suas terras, levando a viver em áreas periféricas da cidade; o descaso do Poder Público com a população das periferias que foram se formando; a negligência a cultura caíçara na Educação pública; a insuficiência e a impotência dos projetos sociais, criados com o objetivo de ocupar o tempo das crianças, adolescentes e jovens, com o intuito de deixá-los longe da vida do crime, em produzir sentido de vida; a violação dos direitos infante-juvenis; o silenciamento, a exclusão e a rotulação social dos jovens dos bairros considerados violentos e a ausência de oportunidades para darem continuidade aos estudos ou se profissionalizarem em outro ramo que não o do turismo predatório, e por fim, a segurança pública ineficiente em combater as violências das formas como elas foram apresentadas, e auxiliar na promoção de recuperação social. Todos os fatores reunidos revelam a complexidade para o enfrentamento da violência urbana em Paraty, e exigem uma proposta integrada dos diversos setores do poder público para a melhoria das condições urbanas atuais da população caíçara.

Palavra chave: Identidades Culturais, Juventudes, Violências, Políticas Públicas, Turismo Predatório.

ABSTRACT

CORRÊA, Ana Paula Serpa. **Youth and violence: tourist and political scenarios in Paraty.** 2021. 103p. (Master's Dissertation in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2021.

The city of Paraty, considered National Historical Heritage, which has natural beauties and preserves an architectural set over centuries, invests in national and international agendas and festivals all year round, also concentrates in its territory a social phenomenon related to its youth and violence. Paraty, was one of the 150 cities in Brazil where there are more murders caused by firearms, and ranks 48th in the national violence rankings. The main victim of violence in the city of Paraty and other centers is youth. Juvenile delinquency in the municipality has no visibility and appears to be poorly understood by the public administration. This study aimed to investigate, analyze and highlight social phenomena and their direct and/or indirect relationships with youth violence in the municipality of Paraty. In this research, we recognize as youth, individuals between 12 and 29 years, covering the period from the beginning of adolescence, according to the status of the child and adolescent, to the end of the period of youth considered by authors of sociology. We chose the qualitative methodology and the cartographic method that allowed us to follow the process in the meeting with young people and actors committed to these young people in the district of Cobras Island, located next to the Historical Center of Paraty. We address themes such as culture, identity and history of actions that originated the current social conditions considered problematic by the population. We take as the basis the official statistical studies related to this category of individual, in the fields of Education, Violence, crime and diverse situations. The study presents: a description of the city's history, based on its construction, economy and culture; considerations on Adolescence and youth and public policies aimed at this category of individuals. The maps carried out in the snake island neighborhood revealed the types of violence that young people are subjected to and also that subdue other people. The analyses of the subjects' speeches, which helped to build the study, showed their perceptions and understanding of the various aspects of violence in the city. From them, we consider that the violence, as we observe today, are consequences of other violence caused by several factors such as: real estate speculation, which has occurred for decades in Paraty and has removed the people from their lands, leading to live in peripheral areas of the city; the neglect of the Public Power with the population of the peripheries that were forming; neglect of culture had fallen in public education; the inadequacy and impotence of social projects, created with the aim of occupying the time of children, adolescents and young people, in order to keep them away from the life of crime, in producing a sense of life; the violation of children's rights; the silencing, exclusion and social labelling of young people in neighbourhoods deemed to be violent and the absence of opportunities to continue their studies or to become professional in other sectors than predatory tourism; and finally, inefficient public security in combating violence in the ways it has been presented, and assisting in promoting social recovery. All the factors gathered reveal the complexity for the confrontation of urban violence in Paraty, and require an integrated proposal of the various sectors of the public power to improve the current urban conditions of the Caiçara population.

Key-word: Cultural Identities, Youth, Violence, Public Policies, Predatory Tourism.

SIGLAS

AGIGUA- Associação Comunitária Indígena Guaraní
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Caps- Centro de Atenção Psicossocial
CEFEC- Centro de Formação Econômica e Criativa
CMDCAP- Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Paraty
Conseg- Conferência Nacional de Segurança
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CV- Comando Vermelho
Eca- Estatuto da Criança e do adolescente
FLIP- Festa Literária Internacional de Paraty
Funabem- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA- Instituto de Pesquisa econômica Aplicada
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEMA- Instituto Terra e Mar
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
NOB- Norma Operacional Básica
ONU- Organizações das Nações Unidas
ONG- Organização não Governamental
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
PNLEM- Programa Nacional de Livros Didáticos para Ensino Médio
PNPE- Programa nacional de estímulo ao primeiro emprego
Promed- Programa de Melhoria e Expansão do ensino Médio
Proeja- Programa de Integração de Educação profissional ao Ensino Médio na Modalidade de educação de Jovem e adultos
Prefon- Plano Estratégicos de Fronteiras
Projovem- Programa Nacional de Inclusão dos jovens
Pronasci- Programa Nacional de Segurança
Pro uni- Programa Universidades para todos
RJ- Rio de Janeiro
RNBC- Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAM- Serviço de assistência ao Menor
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizado Comercial
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
Sesc- Serviço Social do Comércio
Siesp- Sistema de Ensino em Segurança Pública
SNJ- Secretaria Nacional da Juventude
Sinaje- Sistema Nacional da Juventude
SP- São Paulo
SUAS- Sistema Único da Assistência Social
TC- Terceiro Comando
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UPP- Unidade de Polícia pacificadora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Bandeira de Paraty.....	6
Figura 2: Símbolos do Brasão.....	7
Figura 3: Imagem publicada nas redes sociais- Paraty Ocupa Paraty.....	11
Figura 4: Imagem de um panfleto sobre um dos assassinatos de caiçara.	13
Figura 5: Construção Típica Caiçara.....	16
Figura 6: Canoa Caiçara.....	17
Figura 7: Imagem da primeira turma de formandos da Educação Diferenciada da Escola de Pousos de Cajaíba- 2019 (A e B).	22
Figura 8: Entrada do bairro Ilha das Cobras (A) e Entorno da Praça da Paz (B).....	45
Figura 9: Imagem de uma das casas construída dentro do mangue.	46
Figura 10: Localização e referências do bairro.	47
Figura 11: Centro Histórico visto pelo bairro Ilha das Cobras.	48
Figura 12: Bairro Ilha das Cobras visto pela Praça da Igreja Santa Rita.	48
Figura 13: Pista de Skate.....	49
Figura 14: Localização da Praça da Paz.....	49
Figura 15: Pré adolescentes do Projeto Ruah Skate praticando atividades- Praça da Paz.	50
Figura 16: Atividades com crianças do Projeto Ruah Skate- Praça da Paz.	51
Figura 17: Horários, dias e tipos de atividades oferecidas na Biblioteca Comunitária Casa Azul.	59
Figura 18: Trabalhos de artes produzidos por crianças.....	60
Figura 19: A Bíblia de “E”, utilizada nas atividades do projeto.	73
Figura 20: Imagem de uma das ruas da entrada do bairro Ilha das Cobras.....	77
Figura 21: Vítimas por cor- Homicídio doloso. Paraty-2019.	81
Figura 22: Localização da Escola Técnica Profissional.....	88
Figura 23: Evento para aprovação de licitação para o início das obras do CEFEC-2019.....	88
Figura 24: Terreno cercado com tapumes- CEFEC-Paraty.....	89

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Catálogo inserido no Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro –Paraty.....	10
Tabela 2: Porcentagem de Óbitos por faixa etária entre os anos 2005-2014.	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I PARATY, UMA VISÃO HISTÓRICA E ATUAL.....	3
1.1 Por que pesquisar o tema juventude e violências no município de Paraty?	3
1.2 Paraty sobre “bordados, pinturas e plantios”: Relatos Cartográficos sobre a visitaçã inicial do território	3
1.3 Paraty- Histórico.....	5
1.4 Turismo e Cultura em Paraty.....	9
1.5 Paraty Ocupa Paraty: movimento de minorias e o turismo	11
1.6 Povos Tradicionais e a Especulação Imobiliária: Interferências na cultura e no turismo	12
1.7 Educação Pública em Paraty.....	18
1.7.1 Paraty Educar e Acolher	23
2 CAPÍTULO II- JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
2.1 Adolescência e juventude	25
2.2 Juventude e Políticas Públicas.....	28
2.3 Juventude e Segurança Pública.....	31
2.4 Juventude, violência e urbanização	32
2.5 Segurança Pública.....	34
2.6 Políticas de Segurança do RJ.....	36
2.6.1 Programa de Polícia Pacificadora (UPP).....	37
2.7 Paraty e a Política de Segurança.....	38
3 CAPÍTULO III- PERCURSO METODOLÓGICO	42
3.1 Contribuições e Construções	42
3.2 Lócus da Pesquisa: Bairro Ilha das Cobras e as redondezas	44
3.2.1 O Aeroporto de Paraty.....	46
3.2.2 A Ponte	47
3.2.3 A Praça da Paz.....	48
3.3 Estratégias de Pesquisa e o Campo de Pesquisa.....	49
3.3.1 Associação Liberdade de Surfar- Projeto Ruah Skate.....	50
3.3.2 Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Paraty (CMDCAP)	51
3.3.3 Biblioteca Comunitária Casa Azul	51

4	CAPÍTULO IV TRAÇADOS CARTOGRÁFICOS: PROPOSTAS E PROJETOS PARA OS ADOLESCENTES DE PARATY	53
4.1	Projeto Ruah Skate: Cartografia do primeiro dia de campo.....	53
4.2	Linhas e possibilidades no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Paraty (CMDCAP): uma cartografia sobre um dos eventos junto ao CMDCAP.....	55
4.3	Conselho Tutelar: uma cartografia sobre tentativas e descobertas.....	57
4.4	Oficina na Biblioteca Comunitária Casa Azul	58
5	CAPÍTULO V ENTREVISTAS NA PESQUISA CARTOGRÁFICA	61
5.1	Entrevistas	61
5.2	Entrevistados e Locais das Entrevistas	62
5.3	Visadas a partir das Entrevistas	62
5.3.1	Ação I – A Conselheira dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Paraty.	62
5.3.2	Ação II – O Policial Militar.....	64
5.3.3	Ação III - Um adolescente.....	67
5.3.4	Ação IV- Sesc Paraty.....	69
5.3.5	Ação V – O instrutor do projeto.....	70
5.3.6	Ação VI - Coordenadoria da Juventude de Paraty.	74
5.3.7	Ação VII- O Sociólogo.....	78
5.3.8	Ação VIII- O Quilombola.....	80
5.3.9	Ação IX- O Líder Comunitário.	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

Primeiramente, percebo a necessidade em ressaltar que, a pesquisa foi realizada no município onde há cinco anos instalei minha própria residência. Muitos dos problemas mencionados durante a pesquisa fazem parte de minha própria vivência. Os aspectos analisados e identificados durante a construção da pesquisa afetam direta e indiretamente o cotidiano dos moradores da cidade. Porém, isso não me permite afirmar que, conheço as realidades sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Tendemos a naturalizar e generalizar as condições em que os indivíduos vivem e não temos o costume de nos colocarmos no lugar do outro, Assim:

Em princípio, dispomos de um mapa que nos familiariza com cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de um mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por de trás dessas interações, dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de realiza-lo ou transcendê-lo e pode “pôr-se no lugar do outro (VELHO, 2004, p. 127).

O tema juventude é abordado por diversas áreas dos estudos sociais e humanos da sociedade. A juventude quase sempre é vista como um conjunto complexo e problemático pela sociedade e também pelo poder público, tendemos a ver a juventude como um problema constante. A percepção sobre como deter os problemas, tende a criar outros entraves e dificuldades para essa categoria de indivíduos.

Os estudos sobre as juventudes, geralmente são elaborados a partir da observação de fenômenos em que as juventudes estão inseridas, um olhar mais atento sobre esses fenômenos nos levam a perceber além das explicações elaboradas e ditas por representantes administrativos das localidades observadas, e também das explicações numéricas dos estudos estatísticos, dos quais são interpretados para justificar a produção de políticas públicas.

Neste trabalho observamos o contexto social das juventudes do município de Paraty. Entre as idades de 15 a 29 anos, elaboramos um estudo com recortes também focados no crescimento da violência no município, no entanto, percebemos que os adolescentes que correspondem à faixa etária entre 12 a 18 anos parecem ser os tipos mais vulneráveis a se tornarem vítimas muitas vezes das próprias violências que eles cometem. Buscamos compreender quais são os setores que visam amparar essas categorias de indivíduos e de que forma eles atuam nessa batalha. Para alcançar as possíveis conclusões, investigamos as possíveis origens dos fenômenos sociais existentes no município de Paraty.

Construímos a presente pesquisa e dividimos o estudo em quatro capítulos. No primeiro capítulo discutimos sobre o problema da pesquisa, o histórico do município, contextualizamos a base econômica e a cultura local, os povos tradicionais e os problemas causados pela especulação imobiliária, a necessidade de um tipo de educação voltada à valorização ao acúmulo de conhecimentos dos povos tradicionais e sua cultura local, além de, descrevemos a construção de uma cartografia, onde remonta minha percepção sobre a cidade, inicialmente como turista e depois como moradora da cidade.

No segundo capítulo apresentamos os conceitos de *Juventude* a partir das teorias de autores da área de conhecimento das Ciências Sociais como Groppo (2004), Dayrrel (2013) e Bourdieu (1978), escolhemos os autores e seus estudos por perceber que poderiam enriquecer a construção desta pesquisa. Também discutimos a relação das políticas públicas com a juventude; segurança pública com a juventude em âmbito nacional, estadual e local; a relação da juventude e violência e urbanização.

O terceiro capítulo diz respeito ao percurso metodológico, nele, está exposto de que forma construímos a pesquisa. Como chegamos ao campo de pesquisa e o como o campo de pesquisa orientou nossa direção.

O quarto capítulo traçamos algumas cartografias a partir das percepções das experiências no campo de pesquisa.

O quinto capítulo reservamos para analisar os dados construídos a partir das entrevistas feitas com os participantes da pesquisa. Foram nove entrevistados, entre profissionais que atuam na área de ação social e sociedade civil, entrevistamos um jovem morador de um dos bairros mais violentos do município. No final desse capítulo inserimos as considerações finais, com base no que foi estudado e construído no decorrer da pesquisa.

1 CAPÍTULO I

PARATY, UMA VISÃO HISTÓRICA E ATUAL.

1.1 Por que pesquisar o tema juventude e violências no município de Paraty?

Existe um fenômeno social que parece pertencer à boa parte das cidades em todo o Brasil, trata-se da violência que se apresenta de diversas maneiras e a relação das juventudes em torno desse fenômeno.

Na última década Paraty começou a ganhar destaque nas mídias não somente pelo atrativo turístico, mas também pelos dados sobre violência e a relação da juventude com esse fenômeno, bem como, a relação dos jovens com a criminalidade, as mortes causadas por armas de fogo, como consequência de uma realidade até pouco tempo não explorada e esclarecida na região de Paraty. Embora as estatísticas mostrem uma realidade, não demonstram, isoladamente, os fatores que alavancam esse fenômeno.

Durante construção da pesquisa identificamos os espaços sociais dos agentes que estão inseridos no marco estatístico que identificou a cidade como uma das mais violentas do Brasil. (WASELFISZ, 2016)

Bourdieu (1989) caracteriza o espaço social como “agentes ligados aos princípios fundamentais”, isto é, grupos com características e padrões específicos, “[...] é dizer que se não pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais” (BOURDIEU, 1989, p. 138). No decorrer da leitura deste trabalho, observaremos as dificuldades dos adolescentes e jovens em se juntar a outros espaços sociais. O estigma social tende a marginalizar a condição do sujeito morador das localidades consideradas pela população ponto central da violência no município.

Foi proposto neste estudo investigar e analisar os fenômenos sociais associados às juventudes do município de Paraty e as possíveis origens sobre esses fenômenos. Nesta pesquisa vimos a necessidade de tentar conhecer as realidades sociais desses jovens e suas origens familiares, com ênfase no bairro Ilha das Cobras. Analisamos as demandas dos jovens e as tentativas de resoluções dos problemas relacionados a eles. Justifico e reafirmo o presente trabalho por perceber o fenômeno social como um dos principais problemas do município de Paraty, que atinge não só os envolvidos diretamente na situação, mas também toda a população.

As localidades onde os jovens residem são consideradas vulneráveis social e economicamente. Dentre os bairros considerados vulneráveis com histórico de violência em Paraty, pelo menos dois deles possuem sua formação e estrutura voltadas a aglomeração de residências e se localizam muito próximo ao Centro Histórico. Apesar dessa proximidade ao Centro Histórico, um dos principais pontos turísticos de Paraty, os bairros com características de vulnerabilidades sociais e econômicas se tornaram “invisíveis” aos olhos dos visitantes da cidade e também da população local.

1.2 Paraty sobre “bordados, pinturas e plantios”: Relatos Cartográficos sobre a visitação inicial do território

Início a escrita deste trabalho com a perspectiva do “meu olhar” sobre essa cidade. Como descrever o que vejo e vivo em Paraty?

“Primeiramente, quero recordar a visão que tive quando ainda a visitava, fui turista, assim como muitas outras pessoas que vieram admirar as belezas dessa cidade e realizar um

sonho de conhecer Paraty. Com essa recordação faço o primeiro recorte, visualizo somente a grandeza histórica, Centro Histórico com casas de estruturas muito antigas, quatro Igrejas católicas que se mantiveram com suas estruturas erguidas e preservadas, festividades tradicionais que sustentam a história elitista da cidade, indígenas pelas calçadas expondo seus artesanatos para vender. Crianças indígenas cantando e outras pedindo dinheiro, artistas expondo seus talentos em forma de músicas e pinturas, outros em performance exigindo esforço em suas expressões corporais, e a variedade de eventos festivos, um bom atrativo para quem gosta de festejar, turistas de diversos países, charretes puxadas por cavalos carregando turistas pelas ruas pedregosas do centro histórico. Lembro que nessa ocasião o meu único questionamento era somente em relação às atividades desgastantes dos cavalos com seus cascos em frangalhos por causa das pedras que são obrigados a caminhar e seus lombos feridos devido ao peso das charretes, este foi o único aspecto negativo que levei ao voltar para casa.

As belezas naturais exuberantes, praias e cachoeiras abraçadas pela Mata Atlântica, tão verde em seus diversos tons, refletindo na água das praias de cor de esmeralda. A mata mescla os verdes com coloridos das flores, os sons dos pássaros e das diversas cachoeiras que desembocam no mar, o conjunto desse espetáculo natural encanta qualquer visitante que se deslumbra ao ter a oportunidade de contemplar esse habitat. A cidade é realmente belíssima e apaixonante, parece que foi feita para a gente visitar[...]

Quando saí de Paraty, seguindo de volta para casa, foi como se um pedaço do coração ficasse na cidade, e no caminho pensei “quando retornarei a esse paraíso?”, e volta e meia eu retornava e a cada volta para casa, mais um pedaço ficava, até que um dia eu vim para ficar, e aqui estou a morar.

Ao me instalar na cidade comecei a perceber algo por trás da visão que eu tinha como turista, foi como se o “véu” caísse, continuei admirando as belezas, continuei me encantando pela cidade, mas os questionamentos começaram a surgir e olhei por trás da “linha imaginária”, “ou não”, que separa o centro da cidade com os bairros ao redor.

Como moradora frequentei o centro e os ambientes comuns de qualquer cidadão de Paraty, posto de saúde, supermercado, fila de banco, transportes públicos etc., e foi com essa experiência do cotidiano de cidadã moradora da cidade que enxerguei o que hoje vejo explícito. Pelas ruas, ouvia conversas nas filas de bancos, dentro de lojas entre balconistas e clientes, sentada nos bancos das praças ou em qualquer outro local, bastava acontecer algo nos bairros onde os eventos ocorrem que o assunto tomava proporção, e sempre estava envolvido um conhecido ou parente de alguém. E foi assim que comecei a perceber o quanto a situação faz parte do cotidiano dos moradores da cidade.

Lembro de algumas conversas como a que ouvi em uma fila para marcação de uma consulta no posto de saúde no bairro Patitiba que se localiza ao lado do bairro Ilha das Cobras, a conversa aconteceu por volta de 8:30 da manhã, entre dois moradores da Ilha:

-“Ouviu essa madrugada? Carlinhos! Mataram o menino Carlinhos, ele tinha só quatorze anos de idade, tenho pena da mãe que está lá em cima do corpo do menino, e você sabe né? O rabeção só pega o corpo a noite, o menino vai ficar lá nesse sol, no chão até anoitecer, quando isso acontece no Centro Histórico o rabeção passa uma hora depois e leva o corpo, mas é na Ilha das Cobras né, lá ninguém vê”.

Como também, em outra ocasião, Ouvi uma história enquanto fazia uma ação coletiva de mães da Orquestra Filarmônica Pequena Calixto, meu filho mais novo participa dessa orquestra. As mães dos alunos da orquestra ajudavam nas apresentações, colaboravam com a alimentação, organização dos eventos e apoio aos alunos. Entre um afazer e outro havia conversas entre as mães, e uma delas, moradora do bairro Ilha das Cobras, relatou o acontecido com o seu irmão que se envolveu com uma ex-namorada de um traficante do bairro:

-“Era meu irmão, até hoje eu não consigo esquecer o que fizeram com meu irmão, cortaram a cabeça dele, o corpo ficou de um lado da Ilha, a cabeça ficou do outro lado da Ilha (bairro Ilha das Cobras), eu vou embora para São Paulo porque não consigo ficar mais em Paraty por causa disso”.

Antes mesmo de iniciar a pesquisa, eu participei das reuniões e eventos abertos para a população, nesses encontros oferecidos pela prefeitura ou conselhos municipais. Um representante de uma das secretarias da administração pública da cidade, todas as vezes que tem oportunidade expõe o que aconteceu com seus amigos de infância e sua experiência como nascido e criado no bairro Ilha das Cobras. Ele hoje é um homem com seus quase quarenta anos de idade, que conseguiu se desvencilhar das armadilhas do meio em que cresceu:

- “Eu sou o único sobrevivente entre os meus amigos de infância, todos se envolveram com tráfico e foram assassinados”.

Em uma ocasião visitei um local onde servia de escola comunitária, com voluntários da área da educação que alfabetizavam jovens e adultos, em frente à Praça da Paz, no bairro Ilha das Cobras, ouvi de um usuário do local;

- “Hoje tenho medo de andar na Ilha, nasci e cresci aqui, e hoje não me sinto seguro não. Um dia desses eu tomei um tapão na cara porque estava andando na rua e falando no telefone com minha esposa, um traficante veio com arma e colocou na minha cara e me bateu, ele me disse que não posso andar aqui e falar no telefone com ninguém”. Conversei com esse senhor no ano de 2019, em novembro de 2020 ele foi assassinado com um tiro na cabeça, dentro do bairro onde mora, Ilha das Cobras.

Esses foram alguns dos relatos de amigos, conhecidos e desconhecidos nos cinco anos de convivência em Paraty. À medida que o tempo passa, ouço mais conversas em relação às violências que acontecem na cidade, na maioria dos eventos violentos a juventude e o tráfico de drogas estão relacionados, e cada vez mais as idades correspondentes a essa violência diminuem.

Nesses anos conheci pessoas que lidam diretamente com a questão dos jovens em situação de vulnerabilidade social, conheci pessoas ligadas aos movimentos de resistências dentro das comunidades tradicionais, conheci gestores de secretarias da administração pública, conheci pequenos agricultores e os locais de suas produções agrícolas, e me interessei em entrevistá-los e conhecer as intensidades de suas realidades. Assim, pude visualizar os fenômenos sociais e indagar as possíveis origens de tais fenômenos.

Entre tantas perguntas, notei que todas as possíveis respostas poderiam ter ligações com o contexto histórico e atual do município, e percebo que a questão do jovem é tão urgente quanto qualquer outra, porém ela impacta direta e indiretamente a vida da população de uma forma mais complexa e tensa, mas vejo que a possível origem da questão das juventudes são os impactos originados por todas as possíveis respostas das perguntas que estão no parágrafo acima.

O título deste sub item sugere uma analogia da junção de como reconstruí minha identidade com as minhas próprias vivências nessa cidade, de como me descobri e me redescobri como artesã que borda e pinta, e também como pequena agricultora em um sistema agroflorestal e apaixonada pela dinâmica ecológica e ambiental, além de mulher, filha, mãe, esposa e cientista social”.

1.3 Paraty- Histórico

Um resumo do contexto histórico de Paraty parece necessário para um entendimento, mesmo que parcial das possíveis origens dos considerados problemas atuais da região. Para isso utilizaremos autores que se propuseram a estudar a história da construção da cidade e também apresentaremos informações atuais sobre o município.

Segundo MELLO (2009) a cidade tem como data provável de sua inauguração entre 1540/1560, com um núcleo devotado a São Roque no morro da Vila Velha, onde hoje se chama Morro do Forte. Por volta de 1640, o núcleo de Paraty foi transferido para onde chamamos de Centro Histórico. No início do século XVII, além dos índios guaianases, já havia um crescente grupo de paratienses na cidade. Em 1660, o povoado de Paraty exigiu a condição de se tornar um município e não um bairro, e se desmembrou de Angra dos Reis. Em 1667, surge então a Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Paraty foi à primeira cidade brasileira a ter sua autonomia política decidida por escolha popular. Desenvolveu-se comercialmente por sua localização estratégica. Seu porto foi considerado o segundo mais importante do país, e sua posição geográfica foi essencial para a criação do “Caminho do Ouro”, que ligava Paraty a Minas Gerais.

Diuner Mello é um historiador morador de Paraty que produziu estudos sobre a história do município, alguns desses estudos foram produzidos para que servisse de material didático para alunos de escola pública da região. “*Reme Dios Paraty Estudante*” contextualiza a história da formação da cidade, a palavra “Reme Dios” foi retirada do brasão da bandeira de Paraty, um dos carimbos dentro do brasão se refere à padroeira da cidade, Nossa Senhora dos Remédios foi escolhida para ser a padroeira do povoado em 646.

A bandeira de Paraty¹ lembra a origem lusitana, os índios da tribo Gauianás, o peixe simboliza o pescado, a orla marítima as belas praias, o café a cana de açúcar lembram os ciclos agrícolas, a flor de Liz acima de cinco torres de prata simboliza o ouro e as riquezas da cidade, eram as bases econômicas em época passada. O carimbo com o fundo vermelho simboliza as armas de Portugal com a palavra “Remédios”, simbolizando a padroeira da cidade (Nossa Senhora dos Remédios). A estrela maior na faixa vermelha ao lado do mastro simboliza o Primeiro Distrito, na faixa azul as duas estrelas menores simbolizam o Segundo e o Terceiro Distrito, as estrelas foram colocadas em posições triangular, para lembra da influencia da maçonaria na construção da cidade (Figura 1 e 2). (Prefeitura de Paraty, 2020)



Figura 1: Bandeira de Paraty.

Fonte: Prefeitura de Paraty, 2020.

¹<https://paraty.rj.br/a-cidade/sobre>

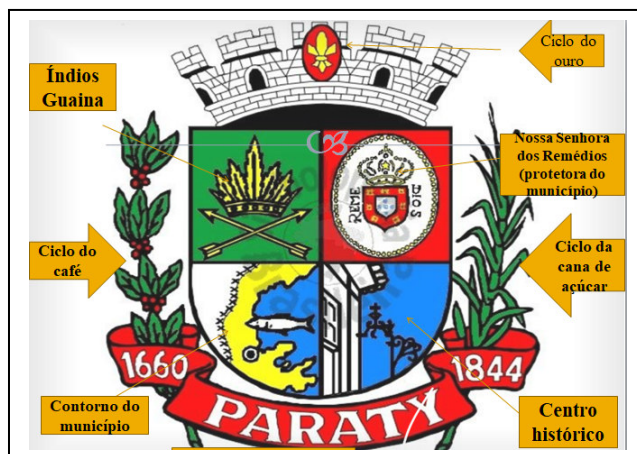


Figura 2: Símbolos do Brasão.

Fonte: Prefeitura de Paraty, 2020.

Segundo Carneiro *et al.* (2015) quando Minas Gerais se tornou a principal localidade de extração de ouro, Paraty era o local de parada antes dos exploradores seguirem viagem para as Minas, “[...] uma vez que esse era o único local em que a Serra do Mar podia ser transposta, através de uma antiga trilha dos Guaianás, pela Serra do Facão” (CARNEIRO; *et al.*, 2015, p. 6). Para esses autores, o primeiro povoamento aconteceu em 1593, como Paraty era um local estratégico e seria o “[...] único caminho para o Vale do Paraíba e as Minas Gerais para quem vinha do Norte” (CARNEIRO; *et al.*, 2015, p. 6). Seu porto foi considerado o segundo mais importante do país, e sua posição geográfica foi essencial para a criação do “Caminho do Ouro”, que ligava Paraty a Minas Gerais. (MELLO, 2009)

Durante os ciclos do ouro e do café, Paraty foi de grande importância para a economia do país. Os produtos eram embarcados para a Europa, e em rota contrária, chegavam a Paraty grandes quantidades de escravos; especiarias e luxo europeu que era direcionado aos Barões do Café. A decadência chegou com a abolição da escravidão e a necessidade de abertura de novos caminhos, atendida pelo sistema ferroviário, através da estrada de ferro D. Pedro II, em 1870 e 1888. Entre 1870 e 1900, a cidade ainda tentou manter o comércio com o Vale do Paraíba, com as mercadorias produzidas na região: banana, farinha, palmito, café, feijão e principalmente a cachaça, mas sem o trabalho escravo a produção e o transporte desses produtos se tornaram inviáveis. E foi assim que a cidade foi perdendo sua importância. (MELLO, 2009)

O parágrafo acima nos diz sobre a chegada dos escravos e a decadência econômica depois da abolição da escravidão. Então percebemos um aspecto inicial de como foi construída a cidade, com bases traçadas e estruturadas em uma dinâmica de violências.

Para Marques (2017) que produziu sua tese de doutorado analisando o contexto histórico de Paraty e enfatizando a importância que a cachaça teve na economia e cultura do município com o título “*Dimensão de Patrimônio: significados e silenciamentos na história da cachaça- Paraty, fins do século XVIII a meados do XIX*”, a cidade entrou em crise, e em 1925 constata-se o êxodo populacional na região devido à escassez de trabalho. Esse fenômeno aconteceu principalmente com os homens que saíram da cidade em busca de trabalho, chegando a restar apenas 600 moradores, entre eles permaneceram pessoas idosas, mulheres e crianças.

A diminuição do número de habitantes foi bastante considerável, já que em 1813 havia 10.000 habitantes, 3.500 eram escravos e em 1850 havia uma população de 16.000 habitantes. Um dos exemplos mais impactantes da consequência da crise econômica na cidade foi o fechamento dos engenhos de cana de açúcar, matéria prima da cachaça de Paraty. Paraty tem

uma tradição em produção de cachaças, e nesta ocasião, dos mais de 150 engenhos, apenas três resistiram à crise. Esse colapso econômico e social que se iniciou em meados de 1870, permaneceu até a década de 1980, quando foi aberta a Rodovia BR101(Rio-Santos), iniciando a chegada de um novo ciclo. Atualmente se explora o turismo, que aproveita a história e belezas naturais para sobreviver economicamente. Paraty continua a crescer, com isso cresceram também os problemas gerados pela aglomeração da população, principalmente nas periferias. (MARQUES, 2017)

Segundo Mello (2009), Paraty Também é considerada Patrimônio Histórico Nacional, tombada em 1958 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recebeu o título de Monumento Nacional, em 1966.

Segundo a Secretaria Especial da Cultura² (2019) Paraty recebeu em 2019 o título de Patrimônio Mundial, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), traduzido como Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura como o primeiro sítio misto (natureza e cultura) da América Latina. O centro histórico de Paraty é cercado por quatro áreas de conservação ambiental: Parque Nacional da Bocaina; Parque Estadual da Ilha Grande; Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, e, pelo aspecto ainda conservado da mata Atlântica juntamente com as diversidades culturais da região.

O município de Paraty hoje é considerado um dos principais pontos turístico do estado do Rio de Janeiro, e sem exagero em mencionar, a cidade seria considerada um dos principais monumentos históricos do Brasil. Os eventos culturais e a beleza natural atraem uma grande quantidade de turistas de diferentes regiões do Brasil, incluindo também de diversas partes do mundo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística³ (IBGE) (2010) Paraty no último censo possuía 37.533 habitantes, com 27.689 moradores na zona urbana e 9.844 moradores na zona rural, com 18.569 habitantes do sexo feminino e 18.964 habitantes do sexo masculino, em um território de 924,296 km. O “IDHM passou de 0,580, em 1991, para 0,771, em 2010. Isso implica um crescimento de 32,93%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (mais 0,315), seguida por renda e por longevidade” (PINHEIRO; SILVA; KOTSUBO, 2019, p. 32). No Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) “Paraty ocupa a 2.105ª posição em relação a 5.565 municípios do Brasil. Em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, está na 62ª posição” (PINHEIRO; SILVA; KOTSUBO, 2019, p. 32). A religião predominante no município é a católica; o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,3 salários mínimos; escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 93%; possui esgotamento sanitário adequado de 56,4%; o PIB per capital de 2018 é de 61.447,75R\$ e mortalidade infantil 1,60 óbitos por mil nascidos vivos. (IBGE, Censo Demográfico, 2010)

Em 2010, Paraty tinha uma população de 37.533 habitantes, correspondente a 15,4% do contingente da Região da Costa Verde, com uma proporção de 102,1 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 40,5 habitantes por km², contra 115,8 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 73% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 27%, o 19º maior crescimento no estado (PINHEIRO; SILVA; KOTSUBO, 2019, p. 9).

O município faz divisa com o estado de São Paulo, rodovia Rio-Santos, a BR-101 passa pelo território de Paraty, os bairros no meio urbano estão inseridos ao redor do Centro

² <http://cultura.gov.br/paraty-e-ilha-grande-rj-recebem-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco/>

³ <https://cidades.ibge.gov.br?brasil/rj/paraty/panorama>

Histórico de Paraty, principal ponto turístico do município, e os demais bairros inseridos em localidades distantes do centro. Os bairros rurais também possuem pontos turísticos, com belezas naturais, as florestas e as cachoeiras são atrativas nessas áreas, todavia, as dificuldades se tornam perceptíveis no cotidiano dos moradores diante de suas necessidades básicas, como acessibilidade aos transportes públicos, educação pública, saúde e entretenimento, (PINHEIRO; SILVA; KOTSUBO, 2019).

1.4 Turismo e Cultura em Paraty

Utilizaremos, para enriquecer essa pesquisa, os “*Estudos socioeconômico/ Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2019*”⁴ direcionado as análises de dados sobre o município de Paraty, produzido por Pinheiro, Silva e Kotsubo.

Em 2017 foi criado um Plano Nacional de Turismo, com a pretensão de “modernizar e desburocratizar” o setor de turismo no Brasil, incluindo no planejamento a ampliação em “investimentos e acesso ao crédito”. O objetivo seria incentivar os estados e municípios a priorizar esse setor. Segundo Pinheiro, Silva e Kotsubo (2019), os recursos naturais nacionais são considerados muito valiosos em comparação ao baixo desenvolvimento no setor de turismo. Esses bens naturais deveriam ser o atrativo principal para que o Brasil pudesse melhorar sua posição de 106º, no item priorização do setor, e 129º no item “ambiente de negócio”, e de acordo com os autores, o mau desempenho se deve a “ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados” (PINHEIRO; SILVA; KOTSUBO; 2019, p. 14).

O Ministério do Turismo, em 2017, lançou o pacote de medidas “Brasil + Turismo”, com o objetivo de fortalecer e tornar o turismo um importante vetor de desenvolvimento econômico, por meio da apresentação de soluções técnicas emergenciais para gargalos históricos do setor. A partir da definição das metas a serem alcançadas até o ano de 2022, foram estabelecidas as estratégias e iniciativas do Plano Nacional de Turismo, cujo êxito depende da coordenação de esforços no âmbito do governo federal, das esferas estaduais e municipais e do trade turístico (PINHEIRO; SILVA; KOTSUBO, 2019, p. 14).

Segundo os autores, o “*Mapa do Turismo Brasileiro*” foi construído pelo Ministério da Cultura para auxiliar o processo de “regionalização” conforme a lei 11.771/2008 que estabelece a classificação de categorias de “A a E”. Como um dos seus princípios, o mapa categoriza as regiões com base em seus respectivos desempenhos no setor de turismo. As categorias de “A a D” possuem autonomia sobre o uso de recursos destinados ao turismo “[...] para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas ações orçamentárias que visem ao desenvolvimento, à promoção, à comercialização, à divulgação do turismo” (PINHEIRO; SILVA, KOTSUBO, 2019, p. 15). No Mapa do Turismo Brasileiro, Paraty está classificado como categoria “A”, no grau máximo, de acordo com sua atuação no setor de turismo.

O estudo de Pinheiro, Silva e Kotsubo (2019) possibilitou listar as características da cidade de Paraty que atraem os turistas. Segundo os autores, a Secretaria de Estado de Cultura criou o projeto “*Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*”, com o objetivo de “[...] mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos municípios” (PINHEIRO; SILVA; KOTSUBO, 2019, p. 17). Com isso, o turista pode acessar o link⁵ que dará acesso a

⁴ <https://www.tce.rj.gov>

⁵ <http://mapadecultura.rj.gov.br/> acesso 20/01/2020.

um portal contendo informações sobre agendas de festividades culturais, eventos tradicionais da cidade, locais de visitas, artistas locais entre outros (Tabela 1).

Tabela 1: Catálogo inserido no Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro –Paraty.

Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Agenda	Espaços Culturais	Destaques
-Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios;	-Sociedade Musical de Santa Cecília;	-Festa de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário;	-Casa de Cultura; -Biblioteca Municipal Fábio Vilaboim;	-Contadores de Estórias; -Alambique Engenho D’Ouro;
-Igreja de Santa Rita;	Os Coroas Cirandeiros;	-Flip;	-Teatro Espaço;	
-Igreja Nossa Senhora das Dores;	-Grupo de Cirandeiros Sete Unidos;	-Festival Internacional de Cinema;	-Galeria Zoom;	-Grupo Arteatro;
-Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito;	-Ciranda de Tarituba;	-Bloco da lama;	-Museu de Artes Sacra de Paraty;	-Companhia Imperial Paraty;
-Calçamento Pé-de-Moleque;	-Grupo de Cirandeiros “Os Caiçaras”;	-Bourbon Street Music Festival;	-Centro de Artes e Tradições Populares de Paraty;	-Paraty sem Foco;
-Praça da Matriz;	-Grupo de Folia de Reis Estrela do Oriente;	-Festa do Divino;	-resgate da Cerâmica Guarani e capacitação;	-Maracatu Palmeira Imperial;
-Forte Defensor Perpétuo.	-Artesanato de Mamanguá;	-Festival da Pinga;		
	-Canoa Caiçara;	-Paraty em Foco;	-Galpão do Carnaval.	-Ecovila Goura-Vrindavana.
	-Coral de índios da aldeia Paraty-Mirim;	-Cineclube Paraty;		
	-Comunidade quilombola Campinho da Independência.	-Encontro Internacional de Aquarelistas;		
		-Dança Paraty;		
		-Festival do Camarão;		
		-Carnaval de Rua;		
		-Procissão do Fogaréu;		
		-Festival de Artes Contemporânea.		

Fonte: Pinheiro, Silva e Kotsubo (2019).

1.5 Paraty Ocupa Paraty⁶: movimento de minorias e o turismo

O movimento surgiu com a ideia de artistas locais ocuparem os eventos de Paraty. Os eventos geralmente são organizados para turistas, o artista local possui dificuldades em expor seu trabalho principalmente nesses eventos. Esse movimento mobilizou um grupo de pessoas que reivindicam um local para serem ocupados durante essas festividades, eles oferecem um cronograma de atividades como apresentações de cantores locais, dança, artesanatos, comida típica, entre outros. O movimento “*Paraty Ocupa Paraty*” pode ser visto como uma insatisfação ao propósito do turismo atual que exclui o artista local e é considerado predatório, sem dar ao morador local possibilidades justas, adequadas e iguais, as que são ofertadas aos grandes empresários do turismo em Paraty (figura 3).

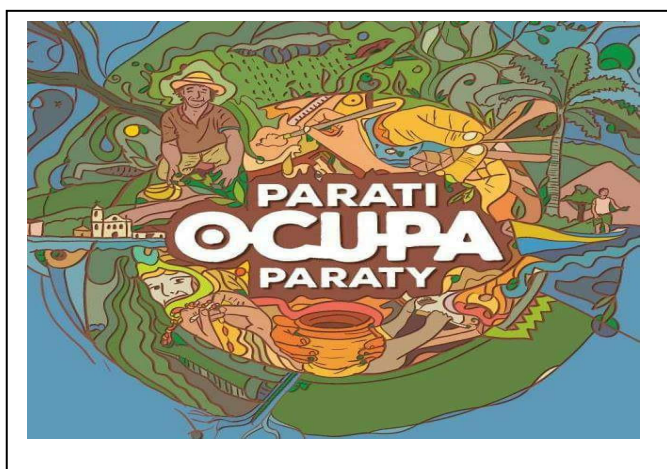


Figura 3: Imagem publicada nas redes sociais- Paraty Ocupa Paraty.
Fonte: Paraty Ocupa Paraty (2017).

Utilizaremos a autora Korossy (2008) com seu artigo “*Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística*”, para falar do turismo e os impactos que eles causam. Segundo a autora, o turismo produz um impacto social e ambiental, ele causa transformações nas comunidades, muda o cotidiano dos moradores locais, então “pode-se afirmar que o turismo interfere e altera as dinâmicas locais, produzindo impactos ora positivos, ora negativos” (KOROSSY, 2008, p. 59). A geração de renda de modo formal e informal, o desenvolvimento da cidade juntamente com a economia local, são aspectos positivos do impacto do turismo, porém os impactos negativos existem, e eles causam problemas sociais, “os mais relevantes são: pressões especulativas; ocupação desordenada do espaço; práticas incompatíveis com a utilização do solo; conflitos com valores tradicionais consolidados e estandardização dos padrões de consumo” (KOROSSY, 2008, p. 59), além da “desagregação social, perda de identidade cultural das comunidades autóctones, prostituição, bem como as alterações no equilíbrio dos ecossistemas” (KOROSSY, 2008, p. 59). Para a autora, essas seriam as características do turismo predatório, e diante dos impactos quem sofre as consequências são os moradores locais.

Carvalho (2010) apresentou em sua Dissertação de Mestrado as dificuldades e conflitos das comunidades caiçaras do município de Paraty, com o título da pesquisa “*O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara Pouso da Cajaíba e a Escola: em busca de*

⁶ <https://www.facebook.com/151634469897111/post/1635797279814162/>

uma educação Diferenciada Paraty, RJ”. Em sua pesquisa a autora coloca o turismo como um dos fatores que impulsionou o processo de perda de identidade e descaracterização dos cotidianos da comunidade. A cultura foi comprometida e um exemplo disso passa inclusive pela cultura alimentar, pois antes o caiçara produzia seu alimento, cada família possuía sua roça, e hoje eles se alimentam de produtos industrializados. Outro exemplo são as atuais exigências dos jovens caiçaras que não possuem interesses em dar continuidade aos resquícios identitários da própria comunidade, em seu sistema de pesca artesanal, a produção agrícola, a produção de embarcações (canoa caiçara) etc.. (CARVALHO, 2010)

Com a modernização e o progresso na região, representadas na visão dos caiçaras principalmente pela inserção do barco a motor, pela chegada da escola (na década de 60) e pelo advento e intensificação do turismo como atividade econômica (cerca de 15 anos atrás), estas comunidades passam a tecer relações diferenciadas com o entorno [...]. Com tais mudanças, alguns elementos básicos da cultura caiçara como a oralidade e a transmissão dos conhecimentos tradicionais foram desaparecendo e hoje praticamente não existem mais. Esta modernização caracterizou-se também pela inserção de um sistema capitalista, baseado na mercadoria e no dinheiro, no lugar de um sistema antes baseado principalmente nas trocas (de favores, sobretudo) (CARVALHO, 2010, p. 43).

No aspecto econômico a população absorveu seu ganho, alguns melhorando as condições econômicas, porém, no aspecto sociocultural aconteceram transformações, evidenciando as condições atuais e, portanto “Os homens, reduzidos à condição de suporte de valor, assistem, atônitos, ao desmanchamento de seus modos de vida. Passam então a se organizar segundo padrões universais, que os serializam e os individualizam.” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 38). Compreensível à naturalização da vivência dos moradores e do momento como percebemos Paraty, pois à medida que as comunidades tradicionais da região encontraram dificuldades em manter suas atividades cotidianas relacionadas à sobrevivência, devido às diversas situações em que foram impostas, o turismo se tornou uma renda acessível e como em qualquer outro local turístico, os problemas sociais surgiram e evidenciaram questões como a dificuldade em adequar os costumes as novas realidades sociais.

1.6 Povos Tradicionais e a Especulação Imobiliária: Interferências na cultura e no turismo

Com a construção da rodovia que liga o estado do RJ ao estado de SP, as terras que antes não eram disputadas e valiam pouco, passaram a ser valorizadas e disputadas, até hoje há diversas divergências entre antigos donos e os atuais proprietários de terras.

A ocupação secular de gerações não destruiu o que loteamento ou a estrada conseguiam em poucas horas. E o caiçara, que vivera isolado, com sua economia de consumo, e com seus costumes e valores próprios, viu-se de repente inserido numa outra sociedade, sem saber o que significava e sem estar preparado para ela (SIQUEIRA, 1984, p. 13).

Os povos tradicionais, desde o início do desenvolvimento do setor imobiliário em Paraty, passaram a ter problemas para manter suas terras como sua propriedade. Isso gerou um êxodo dos indivíduos, eles passaram a residir nos bairros criados em volta do Centro Histórico de Paraty, esses bairros foram ficando aglomerados após a abertura da Estrada Paraty-Cunha ainda na década de 1950, com o início do ciclo do turismo e com a abertura da

Estrada Rio-Santos na década de 1980. Com os desdobramentos dos cortes de terras e expulsões de caiçaras de suas propriedades, já que não podiam provar que as terras os pertenciam, os moradores em busca de sustento e lugar para morar, começaram a habitar os bairros no meio urbano.

Aconteceu que a maioria dos moradores ocupava as terras rurais e costeiras sem qualquer título legal de propriedade e assim, não podendo provar o domínio da terra, não podiam receber o pagamento pelas terras desapropriadas. Sem ter onde morar ou plantar vieram para a cidade e passaram a residir naquele local, em casas miseráveis, construindo uma verdadeira favela (MELLO, 2009, p. 74).

A expansão da especulação imobiliária no município de Paraty, além dos conflitos diretos, resultando em assassinatos dos caiçaras por serem considerados uma barreira que comprometeria o “desenvolvimento” econômico dos especuladores, causou também interferências diretas em demandas das comunidades, que lutam constantemente, e resistem como podem, a uma cultura hegemônica, através de manifestos como um panfleto colado em um poste do Centro Histórico de Paraty, em um dos principais eventos de cidade, a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) do coletivo da comunidade caiçara de Trindade (Figura 4).



Figura 4: Imagem de um panfleto⁷ sobre um dos assassinatos de caiçara.
Fonte: Paiva, (2020).

Um dos piores exemplos em torno da especulação imobiliária no município foi com a inauguração do condomínio Laranjeiras⁸ em 1970 que, foi construído em uma área destinada à parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, onde residiam famílias caiçaras que sofreram pressões, e foram obrigados a saírem de suas terras, vale ressaltar que esse tipo de situação acontece até os dias de hoje.

A construção desse condomínio isolou uma comunidade chamada “Praia do Sono⁹”, o único acesso a essa comunidade por terra atualmente é feito por uma trilha, com caminhada

⁷ <https://www.facebook.com/DaviDetrinda>

⁸ http://www.acparaty.com.br/sobre_o_condominio_laranjeiras/

<https://www.googleo.com/amp/s/vaiparaty.com.br/materia-no-jornal-el-pais-fala-sobre-o-condominio-laranjeiras-e-sua-praia-exclusiva-para-bilionarios/amp/>

⁹ <https://vaiparaty.com.br/confronto-entre-caicaras-e-o-condominio-laranjeira-voltam-a-se-acirrar/>

de nível difícil que se faz em média por uma hora e meia, outro acesso seria pelo mar, para isso os moradores da comunidade da Praia do Sono precisam utilizar uma Van cedida pelo condomínio, que percorre por dentro da propriedade, passando pelas ruas e mansões. Os moradores precisam esperar o transporte antes da entrada da portaria, e os funcionários os deixam no cais para pegarem uma embarcação, e assim, seguem para a Praia do Sono, os únicos moradores que podem andar pelo condomínio para o cais, são os moradores que possuem um cadastro, o cadastro não garante acesso sem a identificação visual do morador, ele precisa esperar alguém reconhecer e autorizar sua entrada e direcioná-lo ao cais. Moradores sem o cadastro não são permitidos que desçam do transporte antes que cheguem ao cais (os trajetos que dão acesso a comunidade da Praia do Sono por trilha e as vans que dão acesso ao cais foram percorridos por mim, é uma percepção feita através de uma experiência pessoal e do que vivi e ouvi dos moradores do local).

Segundo informações de moradores e coletivos envolvidos na luta e resistência contra a especulação imobiliária, a luta por reintegração de posse do território reclamado pela comunidade da Praia do Sono, até os dias de hoje acontece. A comunidade da Praia do Sono, dos poucos que resistiram no território, passaram por muitas dificuldades durante anos.

O condomínio é o refúgio das elites brasileiras. Em volta, o bairro Laranjeiras atende parte das próprias demandas do condomínio. O condomínio é um exemplo do que acontece há anos no município de Paraty, a especulação imobiliária é feita por grandes e pequenos empresários auxiliados pela administração pública de diferentes mandatos. É possível compreender um dos fatores que facilitaram a aglomeração dos bairros que cercam o Centro Histórico de Paraty, ou seja, a ocupação se deu devido à necessidade desses indivíduos de conseguir trabalho mais próximo de suas casas para sustentar suas famílias.

Segundo Carvalho (2010) “A grilagem de terras é uma atividade comum nas terras caiçaras” (CARVALHO, 2010, p. 45), para a autora isso determina o futuro dessas famílias, o desmonte de forma brusca da cultura local e a falta de aparato organizacional por parte dos governos, facilitando o processo destrutivo do ambiente e o aspecto cultural e social dessas comunidades. Paraty é um atrativo para o turismo visto como predatório, e o universo especulativo imobiliário, com grandes empresas construtoras e uma variedade de construções irregulares.

Um grande número de caiçaras e de suas famílias deixou, por diversos motivos, como os assinalados acima, suas terras ancestrais e hoje vivem nos bairros da periferia de Paraty, que como qualquer outra periferia, apresenta altos índices de consumo e venda de drogas e de violência. Alguns se adaptaram bem às novas condições de vida, mas a maioria sente falta de seu lugar (CARVALHO, 2010, p. 47).

Essas comunidades lutam constantemente e resistem como podem a uma cultura hegemônica, “O grande marco da história recente do município de Paraty, que representa o início das expropriações dos territórios caiçaras, é a construção da BR-101 (trecho Rio-Santos) nas décadas de 1960 e 1970” (SOUZA; LOREIRO, 2018, p.57), com a construção dessa rodovia que liga o estado do RJ ao estado de SP, as terras que antes não eram disputadas e valiam pouco, passaram a ser valorizadas e disputadas, com a abertura da rodovia no início da década de 80 acelerou o processo de desapropriação de posses, até hoje há diversas divergências entre antigos donos e os atuais proprietários de terras.

A ocupação secular de gerações não destruiu o que loteamento ou a estrada conseguiram em poucas horas. E o caiçara, que vivera isolado, com sua economia de consumo, e com seus costumes e valores próprios, viu-se de

repente inseridos numa outra sociedade, sem saber o que significava e sem estar preparado para ela (SIQUEIRA, 1984, p. 13).

Os povos tradicionais, desde o início do desenvolvimento do setor imobiliário em Paraty, passaram a ter problemas para manter suas terras como sua propriedade. Isso gerou um êxodo dos indivíduos, eles passaram a residir nos bairros criados em volta do Centro Histórico de Paraty, esses bairros foram ficando aglomerados após a abertura da Estrada Paraty-Cunha ainda na década de 1950, com o início do ciclo do turismo e com a abertura da Estrada Rio-Santos na década de 1980. Com os desdobramentos dos cortes de terras e expulsões de caiçaras de suas propriedades, já que não podiam provar que as terras os pertenciam, os moradores em busca de sustento e lugar para morar, começaram a habitar os bairros periféricos do município, no meio urbano.

Aconteceu que a maioria dos moradores ocupava as terras rurais e costeiras sem qualquer título legal de propriedade e assim, não podendo provar o domínio da terra, não podiam receber o pagamento pelas terras desapropriadas. Sem ter onde morar ou plantar vieram para a cidade e passaram a residir naquele local, em casas miseráveis, construindo uma verdadeira favela (MELLO, 2009, p. 74).

No meio urbano se experimenta um modo de vida diferente das vivências daqueles que possuem uma relação com a natureza, e assim para que sua sobrevivência continue, é necessário que priorizem a proteção da natureza existente. Quando as comunidades tradicionais se diluem, por interferências externas, com a imposição de uma cultura voltada a um modo de vida industrial e urbano, é diluído também o meio ambiente em que os povos tradicionais vivem. O trabalho de subsistência e a valorização dos conhecimentos passados através de suas gerações definem um tipo de educação voltada ao fortalecimento de uma identidade, evitando assim, uma adolescência desaculturada e adultos sem autonomia já que sua cultura foi dilacerada rapidamente e junto a isso suas terras foram tomadas, sem que houvesse tempo suficiente para adaptação a uma identificação e condição social para o acesso a outra cultura.

A situação mais expressiva deste impasse parece ser a situação da cultura caiçara. Caiçara é uma população remanescente de origem da época da colonização do Brasil. A junção dos indígenas com portugueses, inicialmente e depois a inserção dos negros escravizados, originou o povo caiçara, e com o tempo outros povos migraram para a região e produziram um tipo de cultura específica, voltada ao cotidiano junto ao mar e a floresta da costeira. Sendo assim a cultura caiçara é uma mistura dos três tipos de cultura de sua formação. A figura 5 mostra uma construção típica caiçara, que é um dos traços identitários mais significativos (Figura 5).



Figura 5: Construção Típica Caiçara.

Fonte: Carvalho (2010)

As dificuldades geográficas da região fizeram com que essas localidades permanecessem em isolamento por um período grande de tempo, e suas necessidades eram abastecidas através de sua capacidade produtiva com a terra e o mar. Mesmo com dificuldades de acessos, essas comunidades tinham contato com as cidades mais próximas da região litorânea, e os produtos que eles não conseguiam produzir eles supriam vendendo suas mercadorias e comprando o que precisavam “O acesso ao centro urbano de Paraty era feito através de trilhas na mata e de canoas a remo, o que poderia levar muitas horas ou até mesmo dias dependendo da localização de cada comunidade” (CARVALHO, 2010, p. 20).

O termo caiçara tem origem no vocábulo tupi-guarani caá-içara, utilizado para denominar as estacas rudimentares colocadas em torno das tabas ou aldeias e também o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. (Sampaio, 1987, *apud* Adams, 2000). Posteriormente, as pessoas que habitavam essas aldeias e tabas, descendentes de índios e portugueses que habitavam as áreas litorâneas foram sendo reconhecidos como “caiçaras”, ou seja, aquela população que ficou conhecida por suas habitações rústicas, de pau-a-pique e telhado de sapê (CARVALHO, 2010, p. 18).

O modo de vida caiçara sempre esteve ligado ao manejo agrícola que permitia interagir com a floresta costeira, o modo de subsistência estaria ligado ao ecossistema da região que possui uma diversidade em sua vegetação que “no caso dos caiçaras, além do aumento da biodiversidade, suas formas de manejo colaboram também para a criação de um vasto conhecimento sobre a mesma, expresso em remédios, artesanatos, alimentos, artefatos, construções etc.” (CARVALHO, 2010, p. 21)

A canoa caiçara que permitia a pesca e a manutenção da cultura é esculpida a mão e feita de um troco de árvore inteiro (Figura 6).



Figura 6: Canoa Caiçara.

Fonte: Carvalho (2010).

Segundo Carvalho (2010) com a modernização dos barcos, o aparecimento do barco a motor na comunidade, as canoas caiçaras foram perdendo o espaço dentro da cultura e o tipo de práticas sustentáveis também, a agricultura foi deixando de ser produzida, “Com a introdução do barco a motor, por volta da década de 50, o trajeto tornou-se mais fácil e constante, fazendo com que mais produtos pudessem ser comprados na cidade” (CARVALHO, 2010, p. 25).

De acordo com Carvalho (2010), no que se refere aos costumes, nas comunidades caiçaras mulheres e homens possuem papéis definidos, as mulheres cuidam dos filhos, da casa e dos idosos, os homens têm atividades voltadas à pesca, da costura das redes na praia a observação do mar para as práticas do pescador, eles também lidam com o roçado, que geralmente se localiza longe da casa na praia, é comum o caiçara possuir uma casa na praia e uma casa perto do seu roçado, nessa casa eles residem nas épocas de trabalho de plantio e colheita. As crianças passam seus dias brincando nos rios que abastecem a comunidade com água potável, ou brincam nas praias, local de socialização dentro da comunidade. Começam cedo no trabalho com o mar, e a procura por atividades fora das comunidades é comum, o mar tem um significado importante para a cultura caiçara, ele foi fundamental para a sobrevivência da comunidade e até hoje as atividades econômicas estão voltadas a relação que eles possuem com o mar, seja pela pesca ou pelo turismo. Antes as atividades com o mar estavam voltadas somente as práticas de pesca, e com o desenvolvimento industrial neste setor, “Existiam caiçaras, principalmente os mais jovens, que buscavam trabalho em embarcações que realizavam pesca industrial, principalmente de sardinha, ficando meses fora da comunidade” (CARVALHO, 2010, p. 23).

Para Carvalho (2010) os idosos possuem uma grande importância na comunidade, de passar para os mais jovens conhecimentos dos quais eles foram absorvendo ao longo do tempo. E assim, a cultura ainda resiste, o papel dos mais velhos tem um significado de perpetuação da cultura caiçara, esse conhecimento está embutido nas memórias dos mais velhos e em nenhum outro local esses jovens poderiam obter tais conhecimentos.

A secretaria de Cultura de Paraty em suas redes sociais, no final de 2020 homenageou dois caiçaras, uma senhora e um senhor¹⁰, suas fotografias e históricos estão expostos nas redes sociais da Secretaria da Cultura¹¹ de Paraty. Segundo a Secretaria de Cultura, a senhora é descendente de filha de imigrante japonês. Na Segunda Guerra Mundial, as famílias imigraram para a Praia Calhaus da Cajiába e viveram com os moradores local, assim ela

¹⁰ “Mestre cirandeiro canoeiro- premiado por reconhecimento de Atuação Cultural, do Edital Cultura Viva Paraty- Lei Aldir Blanc em 2020, pela sua relevante atuação na Cultura popular da cidade”- falecido no dia 20 de fevereiro do ano corrente, (1937-2921), <https://www.facebook.com/1598885007031626/posts/2758265304426918/>

¹¹Facebook: <https://www.facebook.com/CulturaParaty/>

aprendeu uma técnica de produção de redes para pesca (rede de cerco¹²) com seu avô japonês. Nesta técnica pesqueira temos um dos poucos exemplos da participação da presença feminina nas atividades de pesca. Já o Senhor, foi morador do bairro Ilha das Cobras, um mestre canoieiro, ele produzia a canoa voga ou canoa caiçara, que é esculpida em um tronco único de madeira de árvore. Ele foi um dos poucos que ainda produziam a canoa caiçara. Com o passar do tempo, poucos resistiram às pressões e mantiveram suas identidades culturais, dos que ainda resistem são valorizados e respeitados, e seus conhecimentos tradicionais são úteis para a comunidade.

Os idosos na estrutura familiar tem sua importância, eles se tornam as memórias dessa estrutura, carregam os traços culturais marcados através das vivências das gerações. Eles vivem suas histórias e reproduzem as experiências de seus antepassados e podem ensinar aos mais jovens a relevância de cada vivência histórica cultural. A modernidade equivocadamente pode ter mascarado essa concepção de vida, e cada vez mais a cultura das comunidades tradicionais é percebida socialmente como algo atrasado, não evoluído, e necessariamente extinto. Alguns discursos inclusive põe a cultura dos povos tradicionais como um empecilho ao desenvolvimento econômico do país, e essa percepção não é diferente no município de Paraty, como se as diversidades culturais, os conhecimentos acumulados não pudessem caminhar juntos com a sociedade erguida dos tempos atuais.

A passagem da cultura e dos costumes das gerações anteriores para as novas gerações pode ser tão importante quanto às descobertas dos novos estilos de vida. Diz respeito à valorização da identidade do indivíduo, a resistência e permanência em suas terras, o sentimento de pertencimento aquele território e a valorização e o respeito ao local onde o sujeito nasceu e cresceu. Nesse sentido, a conscientização sobre a necessidade de resguardar as memórias, culturas e até a proteção do meio ambiente se faz presente e necessário.

1.7 Educação Pública em Paraty

Um dos consideráveis problemas relacionados à Educação em Paraty está relacionado à situação escolar precária das escolas das comunidades tradicionais com o ensino longe dos critérios estabelecidos para atender as demandas dessas comunidades. Alguns aspectos apontados por representantes da área educacional do município e moradores das comunidades tradicionais são: o ensino nas escolas das comunidades tradicionais deve estar relacionado aos costumes da cultura local, de modo a valorizar os conhecimentos acumulados pelos moradores dessas comunidades, permitindo a comunidade a participar do ensino e da aprendizagem, as escolas não possuem o Ensino Fundamental II, que contemplam as séries do 6º ao 9º ano, sendo assim, os alunos em idade escolar neste nível precisam frequentar as escolas municipais localizadas no centro da cidade. (SOUZA; LOUREIRO, 2018)

A educação em Paraty sempre seguiu critérios que condiz com o ensino de base nacional e generalizado, não levando em conta a cultura e o costume local. A cidade foi se adaptando aos desgastes do fluxo do turismo predatório, e a escola com seus representantes administrativos por sua vez ignorou por anos as demandas relacionadas à educação nas comunidades tradicionais.

Entretanto, historicamente, o oferecimento da educação escolar nessas regiões tem se dado de forma bastante precária, não garantindo a

¹² “Esta técnica consiste na armação da rede em forma circular com pequenas aberturas para o peixe entrar. Os caiçaras tingem a rede com cascas de árvores para dar melhor durabilidade à malha e possuem o hábito de visitarem o cerco três vezes ao dia”.

continuidade do processo educativo, seja por não haver escolas em algumas localidades, seja pelas condições precárias de trabalho em outras localidades que desestimula a ida e permanência dos profissionais da educação nessas localidades (SOUZA; LOUREIRO, 2018, p. 61).

Segundo o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹³, em Paraty em 2019 os anos iniciais da rede pública não atingiu a meta do município é de 5,7 e as escolas atingiram o Ideb 5,2. A situação dos anos finais foi um pouco pior, atingiram a 4,1 no Ideb a meta é de 5,7. Os dois segmentos, anos iniciais e anos finais se encontram entre os níveis de atenção e alerta, porque ambos não conseguiram atingir a meta estabelecida para o município e precisam melhorar. Comparando com o Ideb de 2017 das escolas do município, para os anos iniciais, teve um aumento, mas não atingiu a meta, o Ideb teve resultado de 5,7, mas a meta foi de 5,8. Em 2017 os anos iniciais apresentaram bons resultados. Para os anos finais do mesmo ano, as escolas não atingiram a meta de 6.0 e inclusive os níveis apresentaram queda com o Ideb 4,4. Os resultados mostram queda no nível educacional das escolas municipais da cidade.

Em relação à taxa de analfabetismo, segundo o IBGE (2010)¹⁴, existem na cidade 17.295 pessoas sem instrução e fundamental incompleto. Paraty conseguiu diminuir drasticamente a taxa de analfabetismo em Paraty, na faixa etária entre 11 a 14 anos, em 1991 foi de 7,6%, e em 2010 estava em 2,7%, para a faixa etária de 15 a 17 anos, em 1991 foi de 3,2%, em 2010 era 2,0%, sem atualizações de dados oficiais. (SCOTTI, *et al.*, 2014)

Os números observados reforçam a necessidade da universalização do ensino. Para isso, os entraves devem ser bem conhecidos para podermos superá-los. De pronto, podemos considerar que existe a necessidade de ampliação das condições de acesso às escolas, incluindo o investimento em transportes e no aumento da oferta escolar em localidades diversas. De todo modo, é necessário que se identifique essa população em que os direitos de acesso à escola e/ou ao aprendizado estão sendo violados para que se reconheçam de forma mais clara as causas (SCOTTI, *et al.*, 2014, p. 18).

O diagnóstico produzido em 2014 identifica a necessidade de reforçar as políticas públicas de acesso à educação no município, apesar da diminuição da taxa de analfabetismo, o município precisaria de maior empenho nas políticas de educação. O diagnóstico revela que apesar do aumento do atendimento escolar nas idades entre 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, Paraty não conseguiu resolver o problema do acesso de forma universal a educação à população do município.

Devemos considerar a questão da distribuição territorial e todos os desafios de logística como um possível fator para as baixas taxas de atendimento escolar. Estas dificuldades, no entanto, não isentam as responsabilidades do poder público neste objetivo de universalização do ensino, visto que é um direito fundamental (SCOTTI, *et al.*, 2014, p. 24).

Ao longo dos anos, muitos projetos voltados a Educação foram inseridos nas escolas, esses projetos foram criados por grupos e pessoas que não fazem parte da administração pública do município, mas que precisaram de alguma forma do apoio da Secretaria de Educação.

¹³ <https://www.qedu.org.br/cidade/2786-parati/ideb?dependence=5&grade=2&edition=2017>

¹⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/pesquisa/23/22469>

A cidade de Paraty inclui em seu território demandas específicas, uma delas seria a necessidade de incluir no município a Educação Diferenciada¹⁵ nas comunidades tradicionais. A Educação Diferenciada cabe no critério que atende a demanda das comunidades tradicionais. Entre 2000 e 2002 (Lei 9.985/2000) foram criadas Leis, regulamentações e emendas onde às comunidades tradicionais conquistam direitos de proteção e conservação.

O Decreto nº 7.352/2010 passaram a regular a Educação do Campo no Brasil, tornando-a uma política pública consistente e garantindo direitos, inclusive para os caiçaras e quilombolas (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 11).

No Brasil, isso se tornou cada vez mais evidente e notório à medida que os coletivos e movimentos sociais se empenharam em deixar esse tema dentro dos debates sobre Educação e Cultura. Os debates foram eficientes questionadores sobre os desgastes e o empobrecimento a valorização aos conhecimentos acumulados na cultura local.

No início das lutas e conquistas desses povos do campo nasceu o Decreto 6040, de 2007, que promulga a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse documento evidencia o reconhecimento das formas de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais caracterizando-os como: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 11).

Para Carvalho (2010), Cada vez mais sofrendo com as interferências externas dentro das comunidades caiçaras, a cultura local foi perdendo suas raízes que mantinham de pé e fortalecida a sua identidade. Escolas surgiram nas comunidades, mas não supriam demandas dos alunos. Os alunos dessas escolas conseguiam concluir os anos iniciais do ensino fundamental e para dar continuidade aos estudos precisavam frequentar as escolas do centro da cidade, com isso, os alunos, ou desistiam de concluir o ensino de base ou teriam que enfrentar todas as dificuldades que os impediam de estudar. No item nove e dez do Dossiê preparado para ser entregue ao Ministério Público pelo Coletivo das Comunidades Tradicionais se refere a uma das dificuldades dos alunos em concluir os estudos:

9- Atender os alunos da comunidade de Ponta Negra para que tenham acesso ao 2º segmento regular, uma vez que a escola da comunidade só oferece o 1º segmento. Uma estimativa atual indica que há entre 25 e 30 alunos que concluíram o 5º ano, mas não puderam continuar os estudos, pois não há escola de 2º segmento na comunidade, nem transporte para a escola na comunidade vizinha (Praia do Sono), nem para a cidade; 10- Atender aos alunos das comunidades do Saco do Mamangá para que tenham acesso ao 2º segmento regular. Uma estimativa atual indica que cerca de 25 a 30 alunos precisam fazer um deslocamento diário de pelo menos três horas, com travessia de barco e ônibus para estudarem na cidade, ocasionando perda de aulas, dificuldade no desempenho e abandono a escola (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 27).

¹⁵ Educação Diferenciada constrói uma relação de diálogo com a comunidade, adaptando os saberes escolares as realidades e demandas locais.

A Educação Diferenciada¹⁶ seria uma das exigências das comunidades tradicionais e a falta de escolas que possuíssem os anos finais do ensino fundamental seria também um dos fatores problemáticos a permanência das famílias na comunidade.

A falta de escola de 5ª a 8ª series, assim como a existência de poucas atividades para a obtenção de renda faz com que os jovens da comunidade fiquem sem atividades, o que é visto como prejudicial para muitos, uma vez que isso acaba estimulando o uso e a venda de drogas e outros pequenos delitos, principalmente nos meses de verão (CARVALHO, 2010, p. 47).

Para Martinez, Teixeira e Pimentel (2017), a Educação em Paraty tem exigências específicas que a diferencia de outros lugares, devido às diversidades culturais marcantes na população da cidade. Nesse sentido, propor uma educação para comunidades tradicionais é pensar em Educação Diferenciada, uma educação que reconheça as tradições e saberes dessas comunidades. As demandas da educação escolar caiçara constam em um dossiê entregue ao Ministério Público Federal, “O Dossiê foi elaborado para ser entregue ao Ministério Público Federal, por ocasião de uma reunião realizada em fevereiro de 2018” (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 5). As sugestões foram construídas pelo Coletivo de Comunidades Tradicionais, e Coletivo da Educação Diferenciada, nele estão inseridos catorze itens, onde enfatizam algumas demandas emergenciais para que essa categoria de ensino contemplem as necessidades das comunidades tradicionais.

Para o coletivo o município deve cumprir os prazos estabelecidos pela Lei de acordo com o Plano Municipal de Educação (2015); uma administração precisa caracterizar as escolas de acordo com suas localidades, as escolas caiçaras das comunidades caiçaras precisam estar inseridas na categoria de Escola do Campo e há a necessidade de efetivar concursos específicos para essas escolas; os currículos dos professores precisam ser complementados com cursos onde se adequarão a cultura local; a comunidade deverá participar de uma gestão democrática da escola, fazendo parte das reuniões, conselhos[...]; pelo menos quatro professores deverão ser disponibilizados para lecionarem nas escolas; ampliar os ciclos de séries; oferecer transportes marinho para alunos moradores ao redor da Escola de Cajaíba que se tornará um polo na localidade; complementar com o segundo segmentos as escolas que possuem apenas o primeiro; os profissionais precisam de estruturas adequadas para trabalhar, isso inclui ferramentas que auxiliam na didática da aula, precisam de alojamento e transportes e a escola precisa de fornecimento de merenda para alunos e profissionais. (SANTOS, *et al.*, 2018)

Para tentarmos perceber os danos que um processo de desaculturação de forma forçada ou sutil provoca, pensemos o seguinte: um adolescente quando sai de sua comunidade tradicional e vai estudar no centro de Paraty, tende a perder os últimos traços identitários que o identifica com sua cultura tradicional, é evidente que “Uma deriva geral dos modos de subjetividade territorializada ocorre por toda parte. Tradições milenares de certo tipo de relação social e de vida cultural são rapidamente varridas do planeta.” (GUATTARI; ROLNIK. 1996, p. 40), portanto, o controle social cria e reproduz aspectos de vida condizentes aos costumes do meio urbano, interferindo no modo de vida e nas expectativas e escolhas dos indivíduos.

Contudo, algumas escolas têm conseguido implementar a educação diferenciada. A figura 7 A e B, pertence ao acervo da Secretaria da Educação de Paraty, foram fotografias tiradas durante o evento de formatura da primeira turma de formandos da escola do Pouso de

¹⁶ Educação Diferenciada constrói uma relação de diálogo com a comunidade, adaptando os saberes escolares as realidades e demandas locais.

Tajaíba, uma das primeiras a incluir a educação Diferenciada e com ampliação de séries que vai até o nono ano, “No âmbito da educação escolar caiçara, em maio de 2018 houve finalmente a chegada de mais professores, totalizando quatro professores para atender as turmas de 6º, 7º e 8º ano das escolas da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba” (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 5) (figuras 7 A e B).



Figura 7: Imagem da primeira turma de formandos da Educação Diferenciada da Escola de Pouso de Cajaíba- 2019 (A e B).

Fonte: Secretaria da Educação do município de Paraty, 2019.

Para garantir uma educação diferenciada a população caiçara, foi estabelecida no Diário Oficial de Paraty, em 17 de dezembro de 2019, a implementação da Educação Básica do Campo e criada a categoria Escola do Campo no sistema municipal de ensino no município.

No Art.1º está escrito que as diversidades das populações do campo¹⁷ seus saberes, sua cultura, serão implementadas em sua comunidade, a Educação será implantada de forma diferenciada respeitando as suas tradições locais e suas identidades; serão incentivadas atividades para o desenvolvimento em cada unidade escolar; os recursos serão disponibilizados pelo Governo Federal. O Art.2º fala sobre a categoria da Escola do Campo na Educação Básica em Paraty, as consideradas Escolas do Campo são aquelas inseridas na área rural¹⁸; quilombos¹⁹, e costeiras. No Art.3º define como o município deverá respeitar as Diretrizes estabelecidas nos Decretos e Resoluções Federais, que diz respeito ao currículo diferenciado ao da escola da cidade; e os educadores deverão ser preferencialmente da localidade; o número de alunos por turma não poderá passar de 30; a formação continuada aos

¹⁷ Populações do campo: aos agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados de reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existências a partir do trabalho no meio rural. (Diário Oficial do município de Paraty, 2019, Edição nº 0500, p. 2)

¹⁸ Comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; b) possuem recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

¹⁹ Entende-se por quilombo: os grupos étnico-raciais definidos por auto atribuição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica. (Diário Oficial de Paraty, 2019).

educadores; a garantia de infraestrutura e transporte para alunos e professores; o calendário deverá ser adaptado ao cotidiano sobre a produção, as condições climáticas e as condições do mar. (Diário Oficial do município de Paraty, 2019, Edição nº 0500. P.3/4). O Decreto entrou em vigor na data da publicação. Entretanto, devemos considerar que embora esse decreto estabeleça a oferta da educação diferenciada para a população caiçara, sua recente publicação gera ainda expectativas quanto ao seu cumprimento.

1.7.1 Paraty Educar e Acolher

O Instituto Colibri em Paraty oferece projetos sociais com atividades voltadas às crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Uma reunião realizada em janeiro de 2020, na sede da Secretaria dos Direitos humanos no município de Paraty, pelo Instituto, teve o intuito de apresentar uma proposta de trabalho para a Educação através de ações sociais no município, e para isso convidou as instituições presentes²⁰ a participarem do projeto. Esse projeto foi denominado “*Paraty, Educar e acolher*” cujo objetivo é atender crianças, jovens e famílias dos bairros com maior vulnerabilidade socioeconômica e outros bairros com problemas sociais. A proposta contempla a construção de um cronograma de ações nos cinco bairros: Ilha das Cobras, Mangueira, Condado, Pantanal e Corisco. Vale destacar que as Secretarias de educação, Esporte e Lazer, Direitos Humanos, Cultura e Saúde integram o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Paraty (CMDCAP) e estão envolvidas nas ações do respectivo programa.

O projeto “*Paraty, Educar e acolher*” teve como base o projeto “*Meu Rumo*”, desenvolvido entre os anos de 2015 a 2019, para atender adolescentes e jovens de bairros carentes com principal foco de atividade voltado à educação e cultura. O Instituto Colibri conseguiu verbas através de um edital Itaú Social para dar continuidade ao trabalho e visa atuar com crianças, adolescentes e suas famílias. Os problemas sociais como a violência e dificuldades com a oferta de educação em Paraty são considerados pelo instituto, problemas complexos, amplos e relacionados, portanto, os representantes do Instituto convocaram as demais instituições a fazerem parte do processo de construção de projetos e oferecer atividades. Para Lima e Esteves (2019), a violência e a Educação também estão relacionadas:

A violência tem que ser contida de forma inteligente e a Educação tem esse poder: formar cidadãos e cidadãs que não sejam reféns do medo e da insegurança, mas capazes de serem senhores e senhoras do seu próprio destino (LIMA; ESTEVES, 2019, p. 6).

Segundo a representante do Instituto Colibri, com base em um diagnóstico de 2014 desenvolvido sobre as vulnerabilidades socioeconômicas no município, foram identificados como maior destaque no município o abandono intelectual, 75% dos jovens do ensino médio estão fora da escola ou na defasagem de série. O diagnóstico foi produzido pelo Instituto Igarapé com parceria com a prefeitura, nele também foi detectado os diversos tipos de violências das quais as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias são vítimas. “O diagnóstico realizado pelo Instituto Igarapé e Fórum Brasileiro de Segurança Pública entre março e maio de 2016 revelou que, este fenômeno não é recente” (SANTOS, *et al.*, 2010, p. 20).

²⁰ Secretaria de Educação de Paraty; Secretaria de Cultura; Secretaria de Turismo; Cras; Creas; Secretaria de Assistência Social e dos direitos Humanos e Sociais; Associação Liberdade de Sufar; Sesc; Conselho Tutelar; Biblioteca Comunitária Casa Azul; Associação Cairuçu; entre outros [...]

Os idealizadores do projeto “*Paraty, Educar e Acolher*” propõem trabalhos de atuações em conjunto com a comunidade, os órgãos públicos e projetos já existentes, a fim de oferecer as crianças, adolescentes e jovens apoio educacional, social, profissional e saúde física e mental.

Durante o ano de 2020, tivemos uma situação atípica estabelecida pela pandemia, e muitas ações dos projetos precisaram se adaptar, não sendo diferente para o projeto “*Paraty, Educar e Acolher*”. As ações priorizaram o incentivo a educação escolar, doaram materiais de prevenção ao contágio do vírus Covid-19, os apoiadores do projeto fizeram o trabalho de distribuição dos materiais que incentivam a leitura e trabalhos artístico.

Neste capítulo procuramos demonstrar a necessidade de pesquisar sobre as demandas do município que, acabam refletindo a categoria juvenil de forma direta e indireta. Demonstrei minha percepção sobre a cidade, contextualizando o histórico e a situação atual do município com bases em estudos e experiências pessoais sobre a questão da especulação imobiliária, o turismo, educação escolar e a cultura local.

No capítulo seguinte estão agrupados alguns estudos sobre o conceito juventude a partir de autores pesquisadores, e também os dados referentes às políticas para a juventude, isso nos auxiliará a compreender sobre as necessidades de políticas voltadas as demandas das juventudes.

2 CAPÍTULO II- JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Adolescência e juventude

A presente pesquisa se orientou por indicadores estatísticos e empíricos para realizar o estudo focando na categoria de indivíduos jovens entre 15 a 29 anos. É importante salientar que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) (1990) estabelece como criança a faixa etária até 12 anos completos e como adolescente entre 12 e 18 anos de idade, verificamos a necessidade de incluir em nossas abordagens a faixa etária entre 12 a 15 anos, por perceber a implicação dessa categoria ao tema desenvolvido nesta pesquisa. Já o Estatuto da Juventude (2013) estabelece como jovens aqueles entre 15 a 29 anos. Portanto, consideraremos os dois estatutos como auxiliares na discussão de políticas públicas para o grupo entre 15 a 18 anos de idade. No decorrer deste trabalho, dependendo do contexto da apresentação e dos dados mostrados, usaremos as palavras adolescentes ou jovens para referência ao grupo de faixa etária entre 15 a 18 anos de idade, e jovens para a faixa etária entre 19 a 29 anos de idade. De acordo com a Lei 12.852/2013, determina como direitos dos jovens:

TÍTULO I – Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude
CAPÍTULO I – Dos Princípios e Diretrizes das Políticas Públicas de Juventude.

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (Estatuto da Juventude, 2013, p. 26).

O conceito de juventude foi elaborado por estudiosos de áreas que relacionam o conceito com o aspecto social e psicológico.

Utilizaremos o conceito juventude elaborado por alguns estudiosos sobre o tema. Para tentar dar conta à compreensão sobre a juventude que se desprende das tradições e dos saberes passados de gerações anteriores, e resistências juvenis a representação cultural da localidade, utilizaremos o conceito de Groppo (2004), e para compreender o aspecto social e a relação que o meio tende a influenciar a dinâmica juvenil, utilizaremos o conceito de juventude do sociólogo Dayrell (2013).

Para Groppo (2004), a juventude sempre foi percebida como motivo de preocupação na sociedade, independente das fases em que ela se encontra, é constantemente considerada como uma “questão pública”, discutida e relacionada com problemas sociais. Segundo o autor, a partir do final do século XVIII e em todo o século XIX houve ciclos de preocupação, conforme o avanço da industrialização. O autor relaciona o avanço do capitalismo industrial com a questão da juventude, como ela era vista, “desregrada, viciada, promiscua, indisciplinada, delinquente, formadora de bandos de criminosos, etc.” (GROPPO, 2004, p. 10).

Groppo (2004) classifica a juventude como uma categoria social, para ele a interpretação sobre a juventude na fase moderna da sociedade é feita através do estado sócio-cultural de cada indivíduo. Groppo faz críticas à ideia de que a juventude viva as experiências e valorize somente a vivência atual, e considera que os jovens procuram por uma dinâmica de experiências que os conectem com o mundo de forma espontânea, desprezando a “sabedoria

acumulada”. Para ele, as formas de resistência observadas nos jovens hoje, no passado eram vistas como delinquência. GROPPPO (2004) estabeleceu critérios rígidos de controles sociais para essa categoria de indivíduos:

Deste modo, é possível dizer que, a força e a fraqueza das juventudes modernas, advém desta condição de relação experimental com a realidade presente. Esta condição contém o perigo da desvalorização de experiências acumuladas e comprovadas racionalmente. Mas, por outro lado, contém a possibilidade de que se conteste aquilo que parecia imutável ou de (falso) valor absoluto (GROPPPO, 2004, p. 17).

Dayrell (2013) parece estar mais sensível às expressões dos jovens e a valorização de suas realidades sociais atuais. Para ele a juventude não seria uma etapa com a possibilidade de determinado fim, não seria somente uma passagem, mas um processo pelo qual os jovens poderiam descobrir suas afinidades e construir suas relações nos âmbitos afetivo e profissional. Segundo Dayrell, esse processo seria influenciado pelo meio social, que interfere no modo de ser dos jovens em cada ambiente específico:

A turma de amigos cumpre um papel fundamental na trajetória da juventude, principalmente na adolescência. Geralmente esse é o momento quando iniciam uma ampliação das experiências de vida, quando alguns começam a trabalhar, quando passam a ter mais autonomia para sair de casa à noite e poder escolher as formas de diversão. É quando procuram romper com tudo aquilo que prende ao mundo infantil, buscando outros referenciais para a construção da sua identidade fora da família (DAYRREL, 2013, p. 24-25).

Assim como Gropoo (2004), Dayrel (2016) compreende que a juventude não pode ser definida a partir da idade biológica, e sim pelas variações e diversidades nas condições sociais, culturais, de gênero, geográficas, entre outros aspectos que interferem na condição de o que é e até onde podemos considerar a juventude. Essas variações e diversidades no meio onde os jovens estão inseridos interferem na definição de juventude:

Podemos afirmar que a juventude é uma categoria socialmente produzida. As representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dxs jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos (DAYRELL, 2016, p. 25).

Dayrell (2003), no livro “*O Jovem como Sujeito Social*”, critica a ideia, comumente apresentada, de que o jovem ainda vai ser alguém, de que ele ainda não é. Para o autor, olhar o jovem com essa expectativa seria a negação do que o jovem é no presente, e a afirmação de que ele só será alguém no futuro.

Essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro (DAYRELL, 2003, p. 41).

Para o autor a juventude quase sempre é vista como uma categoria com característica definida como uma fase de vida irresponsável, e justificam essa irresponsabilidade justamente por serem jovens. Ele faz críticas quanto à forma romantizada de compreender a juventude,

com características pertinentes ao modo de vivências desordenadas, e também como é percebida as suas representações sociais. Para o autor, o aspecto cultural da juventude é compreendido pela sociedade com dinâmicas culturais não produzidas por eles, mas utilizadas por eles, sendo assim há uma “tendência de perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais” (DAYRELL, 2003, p. 41). Para Dayrell, o jovem é um ‘sujeito social’, que vive e se desenvolve a partir de sua própria concepção sobre mundo social, onde suas próprias experiências e vivências com o seu meio, no seu ambiente, definem sua construção identitária:

[...] entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona (DAYRELL, 2003, p. 42).

Soares e Miranda (2009), em “*Produzir Subjetividade: o que significa?*”, discute sobre a subjetividade de forma individual e coletiva, afirmando que a subjetividade é construída socialmente. Para os autores, não há autonomia de fato, estamos conectados a essa construção devido ao estreitamento do convívio, nos relacionamos com o ambiente em que vivemos, produzimos e reproduzimos e, “No limite, é possível considerar que todos os sujeitos e coletivos humanos, institucionalizados ou não, com maior ou menor grau de instrução e de conhecimento tecnológico, são produtores de subjetividade” (SOARES; MIRANDA, 2009, p. 416).

Considerando a produção de subjetividade juvenil, no que se refere à dinâmica comportamental, compreendemos que a juventude tende a se alinhar com aquilo que faz sentido no seu ambiente, sendo que os gostos, as formas de expressão, os modos de falar, de se vestir, o estilo de música e etc., tudo isso, estaria relacionado à produção de subjetividade. Partindo desse pressuposto, diria que, os grupos classificados pela faixa etária, crianças; adolescentes; jovens; adultos e idosos possuem comportamentos definidos, pois o ambiente é capaz de influenciar em nossa produção de subjetividade.

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com polos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de cantarole social, e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 27).

Para complementar e enriquecer a compreensão da abordagem temática utilizaremos também o sociólogo Bourdieu. Segundo Bourdieu (1978), as divisões de categoria por idade são construídas socialmente, havendo dois tipos de juventudes, a burguesa e a da classe operária, que se diferenciam pelo aspecto social e econômico. As condições de vida definem as características das juventudes, o que Bourdieu chama de universo social, e classifica quais tipos de juventudes são determinadas para os indivíduos, dependendo de qual realidade social o jovem estaria inserido. Diante disso, pensaremos a produção de subjetividade em função do meio social em que os jovens estão inseridos, assim, independentemente da faixa etária, jovens poderão ser vistos e identificados como adultos, adolescentes ou crianças.

Para Bourdieu, “muitos adolescentes burgueses sonham em prolongar a adolescência”, isso porque o meio social deles proporciona um tipo de vivência favorável, eles têm oportunidades que o adolescente filho de operário não possui. Quando Bourdieu diz “A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 1978, p. 2), está criticando a forma como a sociedade produz suas definições, baseada geralmente em recortes científicos, porém, sem levar em conta os referenciais sociais e simbólicas. Repetindo esse padrão, somos levados a entender a idade biológica como referência absoluta, sem questionar até que ponto em cada seguimento da sociedade o conceito de juventude é aplicado. A estrutura social, as relações de poder e os referenciais sociais de cada seguimento, também compõem uma gama de significados que darão sentido ao que é juventude em cada realidade social, premiada pela situação econômica e status social. (BOURDIEU, 1978)

No conceito de “Mundo Social²¹” Bourdieu (1989), considera que há estruturas específicas onde os indivíduos são coagidos a representar as ações. Essas estruturas são construídas socialmente, assim como as ações e os pensamentos, e isso seria o que ele chama de “Habitus”. “Os Habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 1989, p. 22). Para o autor, a estrutura social estaria incorporada ao Habitus, compreendida como estruturas mentais que manipulam o meio social, sendo que as estruturas sociais externas são estruturas sociais incorporadas. O conceito de “Mundo Social” nos auxilia a compreender os aspectos social e mental da juventude, onde o “Campo” limita e manipula o “habitus” e o “capital”.

Nessa pesquisa investigaremos as origens da relação entre juventudes e violência, evidenciada pelos índices de criminalidade atribuídos aos jovens no município de Paraty, e analisaremos as políticas públicas de atenção à juventude frente a esses problemas.

2.2 Juventude e Políticas Públicas

O tema juventude começou a entrar nas discussões referentes a necessidade de políticas públicas no Brasil por volta da década de 1990, até então, as políticas eram voltadas somente para faixa etária de crianças e adolescente/jovem até 18 anos, e aqueles com idade acima de 18 anos eram inseridos em políticas públicas direcionadas a população em geral (VAZ, *et al.*, 2006). Para Faustino (2014) “talvez isso se deva ao fato de que houve uma preocupação direcionada à criança e ao adolescente” (FAUSTINO, 2014, p. 44), deixando os jovens acima de 18 anos excluídos dos planejamentos para ações efetivas do governo. Segundo a autora, o jovem passou a não mais ser visto apenas como problema da sociedade somente a partir da década de 2000, quando os debates tornaram visíveis a temática juventude, e o conceito começou a ganhar concepções diferentes de antes, assim, “o jovem passa de problema a sujeito de direito” (FAUSTINO, 2014, p. 45).

Seguindo o percurso cronológico de Faustino (2014), em “*As Políticas Públicas de Juventude e o Enfrentamento à Violência no Estado de Alagoas*”, as políticas públicas de juventude no Brasil iniciaram-se em 1927, com o Decreto nº 17.943 chamado Código de Menores, e até 1970 esse Código serviu para elaborar as políticas direcionadas aos adolescentes/ jovens. O Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi criado em 1941, e a partir da lei Federal 4.513, de 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que se tornou responsável pela implementação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Segundo a autora, esse percurso de políticas existiu com o objetivo de se transformar em “instrumento de controle social”, pois a categoria compreendida como juventude, sempre foi vista como uma categoria de indivíduos que

²¹ Mundo Social de Bourdieu (1989), significa a forma de como o indivíduo incorpora a estrutura social, Bourdieu incorpora a Teoria do Mundo Social em três conceitos: Campo, Habitus e Capital.

precisavam de controle. Neste sentido, o estado toma pra si a responsabilidade de moldar os jovens, a partir do entendimento sobre como eles devem se comportar na sociedade, e assim, essas políticas contribuíram para que, de modo repressivo, a situação dos atendidos pelas políticas tivesse, aparentemente, um ‘problema’ resolvido.

Após a Ditadura Militar, o Brasil precisou criar dispositivos constitucionais para que o sistema democrático de direito pudesse prevalecer na sociedade. Leis foram criadas e estatutos elaborados para grupos sociais específicos. Nessa fase histórica do Brasil, o conceito de Juventude não era entendido e percebido da mesma forma como atualmente, e essa categoria de indivíduos, como entendemos hoje, estava fora das pautas e regulamentações de políticas públicas.

Após a elaboração do Estatuto da Criança, a partir da Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990, e com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de expandir o discurso para a juventude. A juventude foi entendida como uma categoria única, mesmo que, as realidades sociais fossem diferentes, neste sentido, a concepção de juventudes era vista como não sendo diversa, não respeitando os aspectos que as diferenciavam uma das outras, como por exemplo: classes sociais, territórios e identidades. “Diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais” (VAZ, *et al.*, 2006, p. 6). Politicamente, havia pouco entendimento sobre o conceito de juventude, e os critérios estabelecidos para demarcar esse conceito.

No Brasil, até a década de 1970 eram considerados efetivamente “jovens” (como condição social, para além da definição meramente etária) os indivíduos das classes média e alta, caracterizados principalmente por sua condição de estudantes. Os jovens das classes populares, tendo de trabalhar e interromper os estudos muito cedo, ou a eles nem tendo acesso, ficavam excluídos dessa categoria (GOMES, 2010, p. 17).

Somente em 2006, o Plano Nacional de Juventude foi aprovado, apesar de entrar em discussão na Câmara Federal em 2003, onde “estabeleceu a Comissão Especial de Juventude”.

Segundo Faustino, em 2005, através da PEC N° 394/2005, foi elaborado um pedido a Câmara dos Deputados para incluir a palavra jovem “no capítulo VII da Constituição Federal (CF/ 88) que propunha uma nova redação também ao Artigo 227”, o pedido foi aprovado somente em 2010 (PEC 42/2008 - PEC da juventude). A palavra jovem então, passou a ser incluída na Constituição Federal no Art. 227.

Após o trâmite de 10 anos (PEC N° 138/2003), somente em 2013, o Estatuto da Juventude conseguiu a aprovação (FAUSTINO, 2018), através da Lei N° 12. 852/2013, e nele estão reunidos os direitos dos jovens entre 15 a 29 anos de idade (FAUSTINO, 2014). Assim, “As políticas Públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais” (VAZ, *et al.*, 2006, p. 6), pois, no que se refere à juventude, existem fenômenos complexos que requerem elaborações de ações emergenciais. Grande parte das políticas públicas relacionadas à juventude está relacionada também à questão de segurança pública, no sentido de afastar os jovens da violência.

Com os avanços das políticas voltadas a juventude, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que viabiliza os projetos vinculados ao governo federal, e atualmente está subordinada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Observando o corpo técnico da SNJ²², não há nenhuma descrição curricular sobre os seus membros, que

²² <https://sinajuve.ibict.br/quem-e-quem/>

possa demonstrar experiências nas áreas Sociais, Humanas e muito menos relacionadas com ao tema juventude. No que se refere à atuação da SNJ, podemos dizer que retrocedemos.

A SNJ é resultado do Grupo de Trabalho Interministerial que reuniu 19 ministérios, realizou um diagnóstico da juventude brasileira e levantou os programas federais voltados para este segmento social. A partir de ampla pesquisa das condições socioeconômicas do jovem brasileiro, foram identificados nove desafios para nortear a consolidação da Política Nacional de Juventude:

- ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- erradicar o analfabetismo;
- preparar para o mundo do trabalho;
- gerar trabalho e renda;
- promover uma vida saudável;
- democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- estimular a cidadania e a participação social;
- melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais (VAZ, *et al.*, 2006, p. 8)

A SNJ foi criada pela lei N° 11.129 em 2005, e após a reestruturação em 2019, com a Medida provisória N° 870, passou a integrar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tem como objetivo:

- I - formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude;
- II - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinados à implementação de políticas de juventude;
- III - desempenhar as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional da Juventude;
- IV - participar da gestão compartilhada do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e da avaliação do programa;
- V - fomentar a elaboração de políticas públicas para a juventude em âmbito municipal, distrital e estadual;
- VI - promover espaços de participação dos jovens na construção das políticas de juventude;
- VII - propor a adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos temas de sua competência;
- VIII - formular, apoiar, articular e avaliar políticas públicas para a promoção dos direitos da juventude considerando a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e solidariedade intergeracional (LOZZI, *et al.*, 2019, p. 38).

Em 2018, foi criado o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE) com o Decreto 9.306 que “determina as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação da Política Nacional de Juventude” (LOZZI, *et al.*, 2019, p. 31), que tem como objetivo:

- I – promover a intersetorialidade e a transversalidade das políticas, dos programas e das ações destinadas à população jovem;
- II – estimular o intercâmbio de boas práticas, de programas e de ações que promovam os direitos dos jovens previstos no Estatuto da Juventude;

- III – integrar as políticas públicas de juventude ao ciclo de planejamento e orçamento públicos anual e plurianual;
- IV – ampliar a produção de conhecimento sobre a juventude;
- V – incentivar a cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal para a observância do Estatuto da Juventude;
- VI – estimular e articular a elaboração e a implementação dos planos de juventude dos entes federativos (LOZZI, *et al.*, 2019, p. 32).

Como podemos observar, diante de um breve histórico em relação as políticas públicas voltadas à juventude, mesmo com a criação de políticas públicas e as ações com bases nessas políticas e programas vinculados nos planejamentos que envolvem a juventude, seria necessário um esforço e dedicação mútua entre o Governo Federal, estadual e municipal, para que realmente os direitos dos jovens pudessem ser amparados conforme a Lei prescreve. É preciso estabelecer critérios de governabilidade e união entre os setores públicos e sociedade civil, sem isso, as políticas não são efetivadas como devem ser.

2.3 Juventude e Segurança Pública

Por diversos fatores os jovens são considerados a categoria de indivíduos mais propensa a se envolver em crimes ou se tornar vítimas da violência. A conivência e o desleixo do Poder Público originou um fenômeno social de violência que atingiu toda a sociedade brasileira. Enquanto as vítimas e autores estavam nas comunidades esquecidas pela administração pública, o fenômeno social não recebeu a devida atenção, e tão pouco era considerado uma pauta a ser debatida e resolvida. Deste modo, as políticas de segurança pública estiveram quase que completamente reduzidas à repressão. O apoio da sociedade civil e de representantes políticos com discursos moralistas e conservadores, permitiu que esta política de segurança pública com foco exclusivo na repressão, exercida pelo estado em respostas aos atos criminais, fosse construída e ganhasse força. (GOMES, 2010. P.4)

Contudo, inversamente ao esperado pelas políticas repressoras, houve crescimento da violência, evidenciando que tais políticas não surtiram o efeito.

Desde a década de 1990, vem ocorrendo no Brasil um fenômeno demográfico conhecido como “onda jovem”. Cerca de 26% da população se encontra na faixa de 15 a 29 anos – é o maior contingente jovem em toda a história do país, o que poderia representar um fenômeno extremamente positivo. Contudo, os jovens são o grupo mais afetado pela violência. A exposição da juventude brasileira à violência significa que os jovens são as maiores vítimas e também os mais frequentes autores dos homicídios, além de estarem envolvidos na prática de outros crimes, o que aponta a necessidade de políticas públicas direcionadas a esse segmento (GOMES, 2010, p. 4).

Para o autor, “há uma divisão entre aqueles que entendem a violência não como um problema em si, mas como resultado das mazelas sociais”. Segundo ele, há aqueles que conseguem perceber o fenômeno social identificando a inexistência de políticas voltadas para o aspecto social e a falta de ações do poder Público, e há outros que possuem uma falsa impressão, advinda do senso comum, que coloca a juventude como um fator problemático, sem pensar no que pode levar o jovem a incorporar a conduta desviante social e saliente: “Por isso, o jovem não deve ser visto somente por suas incompletudes e desvios, mas sim como

sujeito de direitos, com especificidades, potencialidades e carências legítimas” (GOMES, 2010, p. 19).

Com o apoio de boa parte da sociedade, as políticas de segurança projetaram ações que reforçam a ideia de que a juventude deveria ser reprimida e muitas vezes de modo que seus direitos fossem violados. A política de repressão se manteve por muitos anos como uma das principais ações para evitar ou retirar os jovens do mundo do crime, sendo até os dias de hoje justificada e naturalizada por aqueles que clamam por segurança pública, sem levarem em conta a dinâmica por trás dessas ações, onde as violações de direitos fazem parte. Durante os anos de ações repressivas viu-se que, não adiantou, a violência aumentou, mas houve constantes debates na tentativa de soluções para esse problema, um deles aconteceu no ano de 2009²³, e reuniu pela primeira vez grupos da área da segurança pública, policiais e sociedade civil. (GOMES, 2103)

No entanto, pouco se tem avançado no que diz respeito à aproximação dos profissionais de segurança pública com a juventude. A relação entre esses dois grupos é muitas vezes conflituosa e marcada por estereótipos. De um lado os agentes de segurança têm dificuldade em compreender o universo, a linguagem e as especificidades da juventude e superar os estereótipos que recaem sobre esse grupo, justamente o mais afetado e envolvido com a violência. De outro, os jovens e os profissionais que trabalham com a juventude têm uma visão das policiais e guardas como agentes que, em nome da preservação da ordem, cometem abusos e transgredem a lei, inviabilizando qualquer possibilidade de contato e integração. Esse é de fato um comportamento inadmissível, mas é preciso ponderar se todos os profissionais agem dessa forma e reconhecer os avanços que têm sido realizados para mudar o modo de agir dos profissionais de segurança (GOMES, 2010, p. 8).

2.4 Juventude, violência e urbanização

Para tratar a questão deste subtópico, apontaremos as violências das quais os jovens estão envolvidos ou relacionados de forma direta e indiretamente, sendo violentados ou violentadores, algumas vezes ambos no mesmo evento. Diógenes (2011) percebe a ‘violência’ como sendo um dos principais temas discutidos no campo das políticas públicas, não estando limitado à questão da segurança pública:

Pode-se afirmar que a violência surge, de forma recorrente, até a década de 1990 no Brasil, associada a outros fenômenos sociais, quase sempre abordada em nível de análises de conjuntura, e no campo das reflexões sociológicas orquestradas por duplas variáveis conceituais: pobreza e violência, poder e violência, segurança e violência, drogas e violência, dentre outras (DIÓGENES, 2011, p. 210).

A violência se revela como um fenômeno que ajudou a marcar fronteiras entre “pobres e ricos”, “Ela opera intervenções, aciona aparatos de segurança, produz uma infinidade de escudos imaginários e concretos que acabam armando toda a ordem social” (DIÓGENES, 2011, p. 210). Para a autora, a quantidade de estudos nas comunidades na década de 1970, evidencia a marca de uma trajetória do processo de “favelização”, “marginalidade urbana” e

²³ <https://www.ipea.gov.br>
relatório da 1ª Conferência nacional de Segurança Pública.

“crescimento desordenado”. “As favelas representavam ampliados enclaves urbanos, com dinâmicas e modos de sociabilidade bem delimitados” (DIÓGENES, 2011, p. 211). A autora analisa o fenômeno violência sob os aspectos sociais, construídos intencionalmente quando houve a divisão de espaços, assim, as “Tentativas de zoneamento pretendiam definir usos e ocupações do espaço e acabavam produzindo cidades partidas e desiguais, compondo o mesmo cenário” (DIÓGENES, 2011, p.211).

A migração do indivíduo da zona rural para as cidades urbanas na década de 70 intensificou o processo de demarcação de território, onde diferenciou o “lugar de rico” e o “lugar do pobre”, segregando bairros “confinando a pobreza” e excluindo pessoas do convívio social em áreas direcionadas aos ricos. (DIÓGENES, 2011)

Pode-se afirmar que até a década de 1970, antes do ápice dos processos de metropolização, da intensificação da migração campo-cidade, da integração dos mercados e a ampliação de novas tecnologias da comunicação, a violência assumia no Brasil traços e dinâmicas diferenciadas. Tratava-se de uma geografia que até então inspirava o planejamento urbano das cidades e ativava seus fluxos. Tentativas de zoneamento pretendiam definir usos e ocupações do espaço e acabavam produzindo cidades partidas e desiguais, compondo o mesmo cenário. A segregação espacial, a separação entre o lugar dos ricos e os espaços reservados para o confinamento da pobreza, subsistiu por décadas no Brasil. Em quase todas as grandes metrópoles brasileiras, podia-se identificar facilmente os limites dessas fronteiras (DIÓGENES, 2011, p. 211).

Para a autora, a crise no mercado de trabalho, juntamente com os desejos de bens de consumo, causa aos jovens um sentimento de “desesperança e medo”, justamente em uma fase da vida em que os jovens parecem ter uma necessidade em demonstrar sua negação as “tensões sociais” das quais eles fazem parte, o comportamento rebelde, talvez seja uma ação de resistência às situações do cotidiano. Neste sentido, a juventude pobre, para Diógenes, parece ser a mais vulnerável, “a protagonizar cenas coletivas de recusa, formação de turmas constituídas sob a lógica da depredação de patrimônios públicos e negação e enfrentamento violento da polícia e dos demais sujeitos que corporificam a lei e a autoridade” (DIÓGENES, 2011, p. 214).

Para Diógenes (1998), os jovens resistem à exclusão de forma indesejada pela sociedade, a rebeldia e violência fazem parte de uma dinâmica de “inclusão social às avessas”. Os jovens se organizam “[...] criam uma linguagem peculiar, rechaçam o trabalho como forma de sobrevivência, inserem-se na dinâmica de cultura de massa, desautorizam famílias e constituem-se na metáfora designada por muitos, como tribos urbanas” (DIÓGENES, 1998, p. 78). Embora sejam incorporados no ciclo do “consumo de massa”, os jovens são percebidos socialmente como diferentes e pertencentes a uma “tribo” fechada. A autora trabalha com a ideia de que no imaginário social, a violência sempre é vista como vinda do “lado de lá”, podendo ser caracterizada como um fato isolado, e que os sujeitos que as cometem precisam ser eliminados da sociedade, repelidos de forma violenta, com isso “[...] tende-se a deixar de perceber a violência como uma extensiva rede fenomenológica” (DIÓGENES, 1998, p.113).

Para Guattari e Rolnik (1996) a cultura de massa, mencionada no parágrafo acima, produz a subjetividade social, ela acaba controlando a sociedade e está entranhada em todos os aspectos da produção de consumo. A cultura de massa é também “uma produção de subjetividade inconsciente” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16), pois ela vai além do nosso cotidiano e o nosso consciente, ela controla o nosso inconsciente.

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistema de submissão- não sistemas de submissão visíveis e específicos, como na etnologia animal, ou como nas sociedades arcaicas ou pré-capitalísticas, mas sistemas de submissão muito mais dissimulados (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16).

Segundo Diógenes (1998), há violências camufladas e sua forma sutil é vista com naturalidade e justificada pela classe dominante. Contudo, as violências mais percebidas são aquelas cometidas de forma “concreta” pela camada economicamente mais vulnerável da sociedade, sendo elas mais computadas no índice de violência. A autora afirma que essa violência “concreta” seria uma forma de combater as sutis violências direcionadas cotidianamente a classe dominada, sua análise, tem como uma de suas bases teóricas o “*Manifesto do Partido Comunista*” de Marx e Engels, quando eles se referem a “Guerra Civil, existente na sociedade”. (DIÓGENES, 1998)

São, fundamentalmente, os grupos de jovens os “novos” protagonistas da violência urbana neste final de século. Os jovens aparecem como atores por excelência dessas novas dinâmicas urbanas, adotando o movimento, a velocidade e a super- exposição como referentes centrais nas encenações protagonizadas nos espetáculos urbanos (DIÓGENES, 1998, p. 77).

Para Viana e Lamounier (2018) em ‘*Relação entre Cidade e Violência*’ o meio urbano se tornará cada vez mais populoso e as cidades serão mais populosas quanto menos desenvolvidas forem as suas estruturas. São nas cidades que se constituem a procura pelas diversificadas relações “sociais, culturais e políticas”.

Entre essas questões, insere-se a violência urbana, como elemento de grande poder danoso à integridade física, emocional e psicológica do indivíduo, além de ser fator deletério dos espaços físicos de convivência, ou seja, fator degradador das cidades. (VIANA; LAMOUNIER, 2018, p. 282).

A cidade de Paraty vem, ao longo dos anos, se tornando cada vez mais populosa, esse desenvolvimento populacional não acompanhou o desenvolvimento urbano, os bairros em torno da cidade, vem sofrendo com o aumento das violências cometidas por jovens do município.

2.5 Segurança Pública

Segundo Silva (2018), a Segurança Pública é entendida a partir da base constitucional, deixando evidente que a “Ordem Pública” sobrepõe o conjunto da Segurança Pública. Para garantir a ordem pública, o aparato policial de categorias diferentes é listado no Art. 144 da Constituição de 1988, reforçando a ideia de que, somente a força policial e as ações repressivas das respectivas categorias policiais, garantem a segurança e a ordem.

“O Constituinte de 1988 não facilitou em relação às definições, pois, embora tenha utilizado a expressão “segurança pública” em seu art. 144, não a definiu; há apenas o estabelecimento de seus fins (dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio) e a nomeação de órgãos (polícias) responsáveis por exercê-la” (SILVA, 2018, p. 160).

Filho (2018) faz uma crítica à ideia de que, a segurança pública precisa ser exclusivamente preenchida com ações politizadas partidariamente, para ele o debate da segurança pública precisa estar dentro do contexto social, onde se tente compreender as realidades sociais locais, e assim criar estratégias voltadas à integração dos indivíduos à inclusão social, além do aparato policial. “A segurança, como resultado do esforço conjunto, deverá ser menos politizada partidariamente, mais integrada, e considerar cada vez mais as peculiaridades dos problemas e recursos locais” (FILHO, 2018, p. 343). Para o autor, a segurança pública deve ser elaborada e executada com apoio mútuo, sem viés ideológico partidário, ela deve ser entendida como uma necessidade da sociedade de forma ampla e coletiva.

A redução e prevenção da violência demandam, além da ação da polícia, um complexo de providências sociais, educacionais e assistenciais, que devem ser desenvolvidas tanto pelos prefeitos, quanto pelo Estado e também pela sociedade. Essas providências só apresentam resultados palpáveis se forem intencionalmente planejadas e coordenadas em seu conjunto de decisões e ações (FILHO, 2018, p. 344).

São recorrentes os debates sobre a segurança pública, onde a questão da segurança é reduzida ao princípio da repressão policial, como panaceia para a manutenção da ordem pública, porém, os discursos sobre a prevenção das violências causadas e suas origens não recebem a mesma atenção, assim: “A sistemática de segurança prevista pelo Constituinte de 1988²⁴ pouco mudou em relação às instituições policiais, consideradas núcleo central quando o assunto é segurança pública” (SILVA, 2018, p. 164). Atualmente há discussões em torno das transformações nas instituições e modelos policiais.

O modelo policial atualmente existente nos estados da federação tem causado inúmeras discussões na sociedade e no Congresso Nacional. Movimentos pelo ciclo completo, pela desmilitarização e pela unificação das polícias têm ganhado força e dominado parte da agenda de segurança pública no Parlamento (SILVA, 2018 p. 166).

No ano 2000, foi editado um Plano de Segurança Pública com 15 compromissos, a partir dos quais foram formuladas 124 ações que trataram “[...] de temas como combate ao crime organizado, desarmamento, capacitação profissional, reaparelhamento das polícias, atualização da legislação, redução da violência urbana, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e de políticas sociais, entre outros” (SILVA, 2018, p. 167). A partir de então, os municípios começaram a ganhar enfoque com as possibilidades de programar ações direcionadas a segurança pública e os recursos federais passaram a serem destinados as prefeituras para planejamentos em ações comunitárias.

Entre os anos de 2002-2010 (governo Lula) aconteceram avanços nas políticas voltadas a segurança pública, “no primeiro mandato de Lula, vale destacar a criação do programa de cooperação federativa denominada Força Nacional de Segurança Pública (FNS), por meio do Decreto nº 5.289/2004”, “Já em seu segundo mandato, Lula instituiu, por meio da Lei nº 11.530/2007 o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)”

²⁴ A Constituição de 1988 manteve a existência de duas polícias nos estados: as Polícias Cíveis, com funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais – exceto militares –, e as Polícias Militares, com a função de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública (Câmara dos Deputados, 2018, p. 165).

(SILVA, 2018, p. 169), bem como foi realizada a 1º Conferência Nacional de Segurança no ano de 2009 (Conseg-2009). Entre os anos de 2011 a 2016 (governo Dilma Rousseff), houve o lançamento de programas como “Brasil mais seguro”, “Crack é possível vencer”, “Prefon (Plano Estratégicos de Fronteiras) 2011”, “Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos 2011”, “Implantação do Siesp (Sistema de Ensino em Segurança Pública) 2012” e “Manual de Garantia da lei e da Ordem”. Em 2016, o então presidente, Michel Temer, iniciou o programa “O Plano Nacional a Segurança Pública 2017”, “Intervenção Federal no Rio de Janeiro 2018”, e a criação do “Ministério Extraordinário de Segurança Pública 2018”. (SILVA, 2018)

Observando o andamento da política de segurança pública, podemos perceber que o Brasil ainda tem muito a caminhar. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada²⁵ (IPEA), o índice de homicídio na faixa etária de 15 a 29 anos no Brasil aumentou no decorrer das últimas décadas. Segundo o Ipea²⁶, no ano 2000, os homicídios na faixa etária entre 15 a 29 de idade, foi de 25.105 jovens e em 2017 foi de 35.763 jovens, um aumento de 10.658 homicídios. Segundo o IBGE²⁷, no Brasil até 30 de maio de 2020, a população brasileira era de 211.583.785 pessoas e o Rio de Janeiro possuía 6,72 milhões de habitantes. “Estima-se que o Brasil tenha 210,1 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 0,79% ao ano, apresentando queda do crescimento quando comparado ao período 2017/2018, conforme Projeção da População”. (Agência IBGE Notícias²⁸, 2019)

2.6 Políticas de Segurança do RJ

Não nos propomos a listar as políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, mas percebemos que elas são criadas de acordo com a ideologia dos governantes, e como vemos ao longo dos anos, as políticas de segurança foram criadas para confronto. Em muitos momentos, podemos comparar a situação vivida no estado do Rio de Janeiro com uma “situação de guerra”, e as mortes causadas por essa “guerra” levam o estado a apresentar em suas estatísticas uma grande quantidade de óbitos decorrentes as ações repressivas.

Este subtópico propõe descrever com bases em trabalho de alguns autores sobre o tema, um contexto sobre as consequências de uma política de segurança amparada na repressão, sem uma política de prevenção a situação da violência.

Para mencionar a política de segurança no estado do Rio de Janeiro, utilizaremos um estudo produzido por Ignácio Cano (2008) “*Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro*”, nesse estudo há contribuições de outros autores que serão mencionados durante a escrita. A política de segurança no Rio de Janeiro foi construída com o “discurso de combate ao tráfico de drogas” entre as décadas de 1980- 1990 e “têm como efeito números crescentes de civis mortos” (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008, p. 7). Para os autores a utilização das ações implementadas das políticas de segurança pública estariam relacionadas com o pensamento higienista e associadas a uma tentativa de controle de massa, isso, “Configura-se na atualidade um tratamento penal da miséria que é levado adiante por políticas de segurança que estimulam a letalidade, a “demonização” de um segmento da população e a concomitante militarização de suas práticas” (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008, p. 7).

²⁵ Fundação pública federal, vinculada à secretaria de assuntos estratégicos da presidência da república, foi criado em 1994, e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

²⁶ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/24>

²⁷ Site que contabiliza em tempo real o crescimento populacional do Brasil. <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

²⁸ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>

Para os autores, essa política autoritária reproduz dinâmicas parecidas ocorridas em outros países, como os Estados Unidos e Colômbia, nos quais a violência está enraizada na população, e temos sempre a sensação de estarmos em constante “estado de guerra” vindo do conflito com o poder paralelo, porém, “a identificação do inimigo obedece a critérios geográficos, sociais e raciais, que impõe às camadas mais miseráveis da população a triste generalização entre pobreza, raça e crime” (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008, p. 8).

As políticas de segurança do estado no Rio de Janeiro priorizam suas ações nas comunidades, e durante décadas observamos as táticas operacionais dentro dessas comunidades, onde matar durante o “combate” parece ser o objetivo principal nessas operações, “Reforçando ainda mais a lógica de guerra, outros agentes do Estado expressam a noção de “retomada das comunidades” através do incremento das ações repressivas” (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008, p. 11).

Segundo Cano (2008), o fenômeno “milícia” começou a ganhar notoriedade em 2006, mas bem antes disso, as comunidades já sofriam com os grupos que eles nomearam como milícia. As milícias começaram a disputar território com o narcotráfico, e iniciou-se o processo de ocupação e “reintegração de território” na Zona Norte do estado. As milícias são compostas por bombeiros e policiais militares que conseguiram apoio das comunidades e também dos batalhões das regiões.

Nessas invasões de tipo militar, não é infrequente que a polícia acompanhe de forma aberta os milicianos para expulsar o tráfico. Em outras ocasiões, o relato indica que a polícia realiza primeiro a operação de limpeza e depois é a milícia que fica (CANO, 2008, p. 70).

As estratégias das políticas de segurança do Rio de Janeiro basicamente se mantem com os mesmos critérios em suas ações, com planejamento repressor, com dinâmicas que colocam as comunidades sempre em estado de alerta, impondo a condição do medo constante, pois os moradores do local são vistos pela sociedade de forma marginalizada.

2.6.1 Programa de Polícia Pacificadora (UPP)

Em 2008, surgiu em comunidades do Rio de Janeiro o Programa de polícia Pacificadora, implantado com o objetivo de recuperar territórios que eram controlados por grupos de criminosos, visando à diminuição da criminalidade e contou com a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

Atualmente, existem no estado do Rio de Janeiro 38 UPP instaladas, sendo 37 delas localizadas na capital, em 196 comunidades que reúnem cerca de 700 mil habitantes. Estas áreas contam com um efetivo policial de aproximadamente nove mil PMs, o que corresponde a 19% do efetivo total da Polícia Militar do estado (COELHO; PROVENZA, 2016, p. 3).

De acordo com Coelho e Provenza (2016) que produziram o relatório “*Balço de Indicadores da Política de Pacificação 2007-2015*”, o policiamento ostensivo, produzido pela UPP nas áreas em que se fez presente pelo programa UPP no estado do Rio de Janeiro, produziu diminuições no número de mortes causadas por intervenções policiais e aumento na apreensão de drogas. Contudo, a violência letal diminuiu no início da implantação do programa, mas aumentou nos anos finais.

A análise desse relatório tem um recorte do ano entre 2007 a 2015, e segundo os dados referentes à Homicídio Doloso, Homicídio Decorrente de Oposição à Intervenção Policial,

Ocorrências em Flagrante, Armas Apreendidas e Apreensão de Drogas, há diferenças comparadas aos números oficiais. O homicídio doloso em 2007 era de 179 e em 2015 diminuiu para 109, os homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial também diminuíram, sendo que em 2007 aconteceram 180 e em 2015 foram 38, já as ocorrências em flagrante houve aumento significativo, pois em 2007 foram 391 e 2015 foram 1.783. Houve ainda diminuição das armas apreendidas, sendo que em 2007 foram 757 e em 2015 foram 345, mas os números de apreensão de drogas dispararam, já que em 2007 foram 580 e 2015 foram para 2.469. (COELHO; PROVENZA, 2016)

Diante desses dados, vemos que as políticas estaduais de segurança pública talvez tenham influenciado o crescimento de alguns tipos de crimes em outras regiões do estado do RJ. Com o aumento das intervenções militares em territórios pertencentes a antigas organizações criminosas, a alternativa dos criminosos foi procurar estabelecer o comércio ilegal de drogas, em áreas distantes dos maiores centros urbanos.

Segundo o jornal Globo de edição eletrônica G1²⁹ (2020), o crime organizado expandiu o território, e fixou demarcações em regiões afastadas da capital do estado. Segundo a polícia, os criminosos das regiões afastadas mantem contato com os territórios controlados na capital.

No documento entregue ao Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal, a Polícia Civil afirmou que a expansão do crime para outras regiões do estado começou com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, em 2008. Foi durante a implantação das UPPs que os chefes do crime organizado passaram a buscar novos redutos para atuarem (G1, 2020).

Houve um crescimento do tráfico de drogas em regiões do interior do estado do Rio de Janeiro, aumentando a criminalidade em territórios considerados imunes a essa questão. Contudo, essas regiões não se adequaram a esse crescimento, e hoje, as populações desses territórios convivem com os problemas que eram considerados até então, problemas urbanos dos grandes centros. (COELHO; PROVENZA, 2016)

2.7 Paraty e a Política de Segurança

De acordo com o Instituto Igarapé³⁰, que tem como função servir como uma plataforma que associa informações dos vários serviços de atendimento da Prefeitura de Paraty (educação, assistência e saúde, localização dos indivíduos mais vulneráveis a se tornar vítimas ou perpetradores da violência), as principais vítimas da violência no município são jovens de bairros favelizados. Ademais, segundo o mapa de violência de 2016³¹, o município com cerca de 40 mil habitantes tem 60,9 assassinatos por arma de fogo a cada 100 mil habitantes e está entre as 48 cidades com mais mortes do tipo no país. Este estudo considera que a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude, com pico aos 20 anos de idade.

²⁹ <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/googleo/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/07/traficantes-do-rj-ampliaram-dominio-e-diversificaram-crimes-diz-relatorio-da-policia.ghtml>

³⁰ Instituto Igarapé- Premiada como a melhor ONG de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor. Trabalha com os temas :política sobre drogas nacional e global; segurança cidadã; consolidação da paz; cidades seguras e segurança cibernética. <https://igarape.org.br/sobre-o-igarape/>

Diagnóstico - <https://igarape.org.br/destino-turistico-paraty-tem-maior-taxa-de-mortes-por-armas-de-fogo->

³¹ Mapa da Violência 2016- Homicídio por armas de fogo no Brasil. Estudo produzido por Julio Jacobo Waiselfisz.

De acordo com as entrevistas realizadas pelo Instituto Igarapé ao longo de 2016, há uma percepção de que o número de homicídios está crescendo desde o final da última década. No entanto, a partir da análise dos dados dos mapas da violência, Paraty já se encontrava entre as cidades com maior taxa de homicídios a partir do início dos anos 2000. O Mapa da violência de 2007 que analisa dados de 2002 a 2004 já indicava o município entre os vinte mais violentos do estado do Rio de Janeiro (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 20).

Compreendendo o panorama da violência no município, o Instituto Igarapé com a Agenda Municipal de Segurança Pública de Paraty, em 2016, deu andamento ao processo de criação de uma política de segurança pública, dando prioridade a atender a demanda social da população e avançar nos trabalhos de conter o aumento da violência.

Em linhas gerais, o diagnóstico apontou que Paraty possui características similares a outros lugares do mundo em termos de violência urbana: a violência é concentrada em territórios, públicos e comportamentos específicos, indicando a necessidade de focalização de ações preventivas (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 24).

Segundo Santos, *et al.*, que produziram “*O Papel dos Municípios na Segurança pública, Agenda de Segurança Pública de Paraty (2019)*”, o programa de aperfeiçoamento da gestão pública (Programa Juntos) que esteve na linha de frente na criação de projetos contra a violência no município de Paraty, propôs a criação de um Observatório de Prevenção da Violência, e a Implementação de um Modelo de Governança que atua integrada em diferentes órgãos municipais. O Programa Juntos fez parte da elaboração do diagnóstico sobre a violência no município de Paraty e também da elaboração da política de segurança. Segundo as análises desse estudo:

[...] o diagnóstico identificou uma dinâmica típica de gangues, com elevado protagonismo e vitimização de adolescentes e uma lógica de vingança. No que diz respeito ao perfil das vítimas, observa-se a que a maioria são homens - correspondendo a 95% do total de mortes do período analisado. Também, destaca-se o percentual de mulheres nos anos de 2013 e 2014 chegando a 10% do total neste último. Entre os agredidos, a vasta maioria é de jovens, 66% deles estão abaixo dos 34 anos de idade (SANTO, *et al.*, 2019, p. 21).

Para os autores, os municípios tem o papel fundamental no combate a violência, pois, “Os municípios são capazes de identificar, de forma mais específica, quem são os atores envolvidos em situações de violência e, que contribuem para o aumento da criminalidade do país” (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 17). Como identificado no diagnóstico, um dos bairros onde acontecem mais episódios de violências decorrente dos conflitos causados pelo tráfico, é o bairro Ilha das Cobras, onde focamos nossa pesquisa.

Segundo o diagnóstico, as vítimas se concentram nos bairros com vulnerabilidades socioeconômicas e em sua maioria atingem jovens, na faixa etária entre 25 a 29 anos, como demonstra a Tabela 2, que indica a porcentagem de óbitos por faixa etária entre os , anos de 2005 a 2014. Porém podemos perceber também que, jovens entre 15 a 19 tiveram um relevante crescimento ao longo desse período, chegando ao pico em 2011 e com uma pequena queda nos números entre 2012 a 2014. A faixa etária de jovens entre 20 a 24 chegou ao pico em 2010, e a faixa etária entre 25 a 29 anos de idade chegou ao pico em 2007 (Tabela 2).

Tabela 2: Porcentagem de Óbitos por faixa etária entre os anos 2005-2014.

Faixa Etária	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
15 a 19 anos	14%	11%	0%	5%	14%	6%	28%	17%	23%	13%	14%
20 a 24 anos	18%	11%	7%	23%	21%	56%	22%	4%	23%	10%	19%
25 a 29 anos	32%	32%	43%	27%	7%	6%	6%	21%	35%	20%	22%
30 a 34 anos	9%	21%	0%	18%	14%	6%	17%	13%	4%	10%	11%

Fonte: (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 22).

Em 2008, com a implantação da UPP e a permanência dos policiais na rota do tráfico, os territórios do tráfico começaram a sofrer alterações. Ao longo do tempo mais comunidades foram ocupadas pelas UPPs, e as intensas ações do Programa da Unidade de Polícia Pacificadora nas comunidades ocupadas dificultaram a comercialização de drogas havendo certa contenção do tráfico, e levando a migração notória de criminosos para outras cidades, como Angra dos Reis e Cabo Frio, regiões litorâneas do estado do Rio de Janeiro. O município de Paraty começou então a mudar a dinâmica da violência relacionada aos conflitos de gangs, territórios passaram a ser disputados por facções criminosas que se espalharam pelo estado. “Segundo o Instituto Igarapé, não é possível tecer conclusões definitivas sobre a questão das drogas ilegais, consumo e tráfico, pois estas sempre estiveram presentes na dinâmica de violência em Paraty, mas o fato é que atualmente parecem ter um papel relevante” (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 24).

Com o número crescente da criminalidade no município, aumentaram as preocupações com a questão da segurança pública, especialmente quando a violência começou a ultrapassar as barreiras entre os bairros considerados mais vulneráveis e atingiu o Centro Histórico de Paraty. Com a promessa de efetivar uma política de segurança com planejamentos para serem concretizados entre 2017 a 2020, Paraty lança no dia 09 de agosto de 2018 o Observatório de Prevenção à Violência “O Observatório é uma das ações concretas que integram a frente de segurança pública de Paraty”, e “foi desenvolvida pela equipe do Instituto Igarapé, com base em indicadores de vulnerabilidade construídos em conjunto pelos consultores do instituto e técnicos da Prefeitura de Paraty” (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 33). A segurança pública passa a ser prioridade no município, e a política de segurança pública passa a estar relacionada com as atuações nas áreas da educação e assistência social.

Falar de educação e violência é falar da chance que queremos dar para o Brasil enfrentar seus traumas e crises. É falar sobre que Brasil queremos! Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sobre Medo da Violência e Autoritarismo no Brasil, mostrou que a educação é um dos mais fortes fatores de proteção contra a escalada de intolerância e ódio que toma conta do Ocidente. Quanto maior a educação, maior é a adesão ao Estado Democrático de Direito e maior é a capacidade de se lidar com a incerteza, uma das marcas da atualidade no mundo (LIMA; ESTEVES, 2019, p. 6).

Ao perceber que seria necessário diagnosticar o problema da violência em Paraty, compreendeu-se que, a juventude dos bairros excluídos por anos pelo Poder Público vivencia o problema, ela é afetada diretamente pelas violências, ela é a vítima, ela está inserida nas estatísticas em relação às mortes causadas por armas de fogo, pode ser comparada aos níveis em âmbito nacional, Paraty acompanha essa média. “Como vimos constatando desde o primeiro Mapa da Violência, divulgado em 1998, a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude. Na faixa de 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população” (WAISELFISZ, 2016, p. 49).

Os dados sobre as vítimas de violência no Brasil indicado pelos Mapas de violência produzido por Waiselfisz condizem com a média de faixa etária do município. Em Paraty, a política de Segurança parece ser moldada a partir do conjunto de dados elaborados por setores diferenciados que lidam com questões sociais do município.

Em Paraty, o Observatório busca mapear vulnerabilidades e fatores de risco à violência no município a partir da coleta desagregada de dados de atendimentos municipal. Para isso, o Observatório conta com dados da educação como risco de evasão escolar e distorção idade x série, da saúde como os atendimentos feitos na UPA em função de agressão e dados dos CAPS ligados à drogadição e adição e da assistência social como adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, casos de uso de substância psicoativa, pessoas em situação de rua e conflito familiar, entre outras ocorrências de cada pasta. O cruzamento destas informações em uma única plataforma permite que a Prefeitura se antecipe aos problemas e desenvolva ações efetivamente preventivas (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 33).

Neste capítulo fizemos um estudo com bases bibliográficas de autores específicos, sobre Juventude; Políticas públicas; Segurança pública e Violência. O capítulo seguinte será composto por conteúdos que demonstram de que forma construímos a pesquisa, e por onde percorremos para que essa construção fosse possível.

3 CAPÍTULO III- PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Contribuições e Construções

As Ciências Sociais me possibilitaram tentar olhar os mundos sociais através dos dados estatísticos. Costumamos olhar os índices, de fato eles são importantes, mas observo que “olhar” através dos números, para grande parte da sociedade, não tem importância. Provavelmente porque tudo que se refere aos fenômenos sociais, e as pesquisas em torno disso, já foram tão banalizados e marginalizados que, quase somos influenciados a perceber os dados numéricos apenas, como sendo a única fonte de conhecimento sobre a sociedade, porém a metodologia quantitativa e a qualitativa na área Social e Humana analisam as sociedades e podem se complementarem.

Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem os fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não aplicável em equações, médias e estatísticas.

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se completam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2009, p. 22).

A pesquisa proposta é de natureza qualitativa, porque “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2009, p. 21), que considera a complexidade histórica do campo, o contexto dos cotidianos e a experiência vivida. Para realizar uma pesquisa com metodologia qualitativa, se faz necessário estar dentro do campo de pesquisa, o lugar onde nos permite acompanhar e vivenciar as experiências junto aos sujeitos que fazem parte da construção da pesquisa.

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pergunta social (MINAYO, 2009, p. 61).

Embora a escolha da metodologia tenha sido a qualitativa, busquei por analisar dados estatísticos, inclusive dentro de instituição ligada diretamente em atuações relacionadas às crianças e adolescentes. Todas as tentativas de entrevistas com os Conselheiros Tutelares e obtenções de dados relacionados ao tema “violência” das quais crianças e adolescentes sofrem ou cometem, foram tentativas frustrantes. As entrevistas não aconteceram, apesar de me por presente nas horas e dias programados, as entrevistas iriam ocorrer dentro da unidade do Conselho Tutelar de Paraty. Os dados não foram concedidos por alguns motivos: o Conselho Tutelar de Paraty, até o fim desta pesquisa, não armazenava as informações sobre os atendimentos em programas de computador. Eu teria que conversar com todos os conselheiros, e cada um verificar os arquivos acumulados em pastas de papel em armários apropriados para o armazenamento. Após essa verificação, cada um teria que me informar sobre os números que eu precisava saber. Diante das circunstâncias, percebi que um dos problemas em um dos principais setores que atuam diretamente com crianças, adolescentes/jovens, seria justamente a não organização de forma adequada de dados importantes

referentes às demandas relacionadas à violência. Percebendo algumas dificuldades em construir dados em números, foquei na construção de dados empíricos.

Antes de qualquer escolha de métodos a serem utilizados para a construção dos dados para a pesquisa qualitativa, é preciso compreender que, “A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa” (MINAYO, 2009, p. 70), isso porque ela funciona como uma espécie de ferramenta que compõe a dinâmica do método escolhido pelo pesquisador.

Embora haja muitas formas e técnicas de realizar o trabalho de campo, dois são instrumentos principais desse tipo de trabalho: A observação e a entrevista. Enquanto que a primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria-prima à fala de alguns interlocutores (MINAYO, 2009, p. 63).

Dentre as múltiplas possibilidades da pesquisa qualitativa, escolhemos o método da cartografia, nele pesquisar é produzir o mundo, é construir realidades. “O trabalho vai modulando o campo de intervenção onde todos estão incluídos (quem encomenda, quem demanda, quem e o que analisa)” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 19), o método cartográfico utilizado para construir esta pesquisa permitiu avançar e ampliar percepções dentro do campo pesquisado, de modo que, o trajeto percorrido no processo da construção foi elaborado durante as análises juntamente com os sujeitos que fizeram parte da pesquisa, porque:

A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano de experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a própria produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação (PASSO; BARROS, 2009, p. 17).

Não poderia haver construção do percurso metodológico sem os sujeitos da própria pesquisa, as experiências ocorreram junto aos sujeitos, à observação participante possibilitou o reconhecimento das oportunidades e até onde poderíamos ir para preencher as lacunas e beneficiar a construção da pesquisa, assim:

Como cartógrafos, nos aproximamos do campo como estrangeiros visitantes de um território que não habitamos. O território vai sendo explorado por olhares, escutas, pela sensibilidade dos odores, gostos e ritmos (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 61).

A pesquisa iniciou com a exploração do território, nele comecei a perceber como poderia usar não um método, mas um hódos-metá “[...] o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um hódos-metá” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17).

Conheci alguns sujeitos que colaboraram para dar início a pesquisa. Iniciei pela Casa de Cultura de Paraty, dia 11 de dezembro do ano de 2018, com a “VII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente”, com o tema “Diversidade e Enfrentamento às Violências”, a Conferência foi organizada pelo Conselho Municipal da Criança e adolescente de Paraty (CMDCAP) e teve como objetivo expor os índices referentes a crianças e adolescentes do município de Paraty, dados relacionados à Educação, Saúde, Vulnerabilidades socioeconômica, Violência, etc. Minha presença no evento não foi obter dados, e sim iniciar os primeiros passos ao encontro dos sujeitos que ajudaram a construir essa pesquisa.

Entre as reuniões que presenciei, as do CMDCAP eram mensais, com pautas diversificadas, que iam da prestação de contas a votações e definições de projetos voltados a infância a adolescência. Na Câmara dos vereadores presenciei dois eventos, um deles no dia 28 de setembro de 2019, onde ocorreram homenagens aos jovens que fazem parte do projeto “*Jovem Aprendiz*” e aos empresários que aceitaram participar do projeto. Vale ressaltar que, dentre o vasto comércio, incluindo pousadas, restaurantes, lojas, mercados, entre outros, apenas seis empresários da cidade aceitaram participar desse projeto, iniciando os jovens no mercado de trabalho.

No dia 14 de fevereiro de 2020, presenciei o “*XXII Encontro de Conselheiros Tutelares da Região Médio Paraíba e Baía da Ilha Grande*”, essa Conferência teve como base pautas relacionada às atuações do Conselho Tutelar do município, e as necessidades que o órgão possui para efetivar os trabalhos, como a de construir um banco de dados com acesso aos usuários pela internet, pois essas informações não estão organizadas e arquivadas de modo acessível à consulta, ou seja, não há informatização de um banco de dados. Diante desta realidade, o caminho para alcançar as crianças e adolescentes em Paraty foi construído seguindo um percurso para outro território: o Bairro Ilha das Cobras. A diretriz cartográfica seguiu pistas que orientou o percurso desta pesquisa. (PASSOS; BARROS, 2009)

3.2 Lócus da Pesquisa: Bairro Ilha das Cobras e as redondezas

O bairro Ilha das Cobras³², escolhido para a pesquisa, é, segundo os relatos que obtive, um dos que mais vivencia o fenômeno violência da forma como se apresenta atualmente, e onde acontecem os mais diferenciados crimes cuja juventude está envolvida. Segundo moradores e profissionais dos setores que atuam com a juventude local, esse bairro possui uma maior concentração dos episódios de violência, onde os jovens são as maiores vítimas. Nesse bairro é possível identificar grupos de jovens armados delimitando território, e articulando possíveis produções de ações criminosas, com práticas no próprio bairro ou em outros.

Analisando o histórico da cidade (CARVALHO, 2010) podemos compreender o porquê da aglomeração no bairro Ilha das Cobras e o acúmulo de problemas. Segundo Mello (2009) aglomeração do local só começou a ocorrer após a abertura da Estrada Paraty-Cunha, ainda na década de 1950, com o início do ciclo do turismo e com a abertura da Estrada Rio-Santos, na década de 1970. Os caiçaras passam por problemas desde o início da construção da BR-101, onde foram obrigados a abandonar suas terras porque não possuíam documentações que comprovassem a posse, de modo que também não foram ressarcidos pelo governo, ocorrendo nesse período o primeiro processo de êxodo rural na região. Já com a BR-101 concluída, o turismo aumentou e iniciou-se a construção de condomínios de luxo, começando outra etapa do êxodo rural dessa região.

O bairro Ilha das Cobras possui um cais pesqueiro, onde o pescador artesanal ancora e vende o pescado para o Mercado do peixe (localizado na Ilha das Cobras) e também para a população da Ilha e de outros bairros. No bairro, até onde pude entrar, percebi que há pequenas pousadas, comércio local com mercados, padarias, lojas de materiais de construções, bares e Igrejas Pentecostais.

³² Ilha das Cobras, “alguns atribuem o seu nome ‘ilha das Cobras’ ao apelido de seu primeiro morador, o Sr. Augusto ‘Cobrinha’, outros às cobras que se refugiavam na ilha durante as enchentes do rio e lá ficavam” (MELLO, 2009, p. 74). Esse trecho foi retirado do livro “Reme Dios. Para estudante” escrito por Diuner Mello, sócio fundador do Instituto Histórico e Artístico de Paraty. Desta biografia também retiro a base para escrever sobre a história de Paraty.

A figura 8A mostra uma das ruas que se localiza em frente à Praça da Paz (figura 8A). A figura 8B Em frente ao bairro Ilha das Cobras, ao lado da Praça da Paz há um terreno grande que foi aterrado e parece abandonado, e virou uma espécie de lixão improvisado (figura 8B).

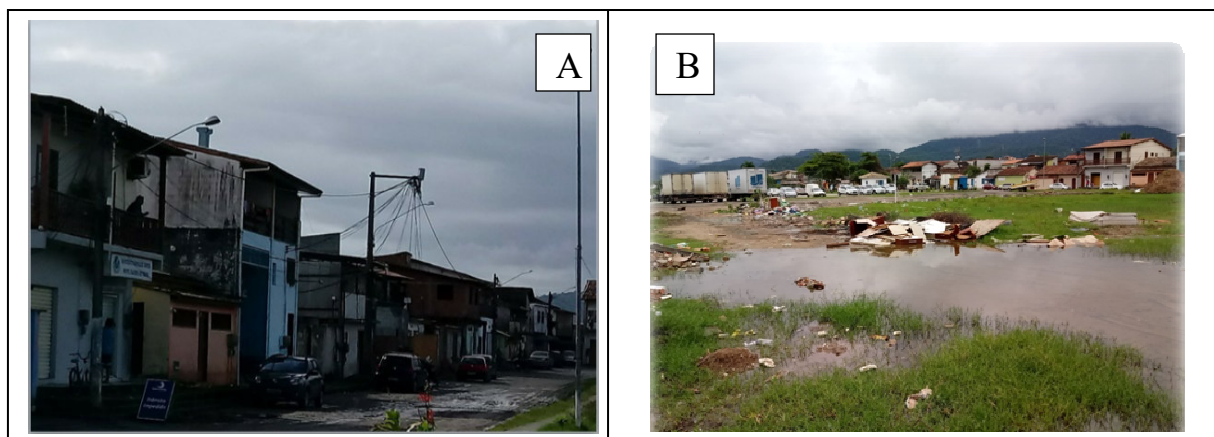


Figura 8: Entrada do bairro Ilha das Cobras (A) e Entorno da Praça da Paz (B).

Fonte: Autora, 2020.

Grande parte das casas do bairro são de construções simples e aglomeradas, muitas ruas são estreitas, as casas avançaram para beira da água e quando a maré sobe invade as casas de muitos moradores. Em Paraty, o tratamento de esgoto é inadequado, e no bairro Ilha das Cobras não é diferente. A desorganização urbana não é evidenciada apenas pela falta de saneamento básico, que permite a invasão pelo esgoto de uma área do mangue, que deveria ter preservação ambiental, ela se apresenta também na ocupação desordenada que atinge e avança sobre o mangue.

Em Paraty, o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário da área urbana da cidade, foi estabelecido somente em 2014, quando a empresa Águas de Paraty, do grupo Águas do Brasil³³ assumiu esse serviço. A promessa foi de que, nos quatro primeiros anos seriam construídas duas Estações de Tratamento de água (ATA), que “também prevê a implantação de grande parte das obras de esgotamento sanitário em quatro anos”. Em 2018 foi inaugurada a primeira Estação de Tratamento de Esgoto da cidade “1ª Estação de Tratamento de Esgoto Municipal Jovênio Soares de Oliveira³⁴”, no bairro Praia Grande.

Em 2019, uma denuncia dos moradores do local evidenciou o despejo de esgoto na Praia Grande³⁵ feito por um caminhão limpa fossa, esse esgoto foi retirado das fossas das escolas e prédios públicos. No dia quatro de fevereiro de 2019, foi inaugurado³⁶ o Departamento de Águas e Esgoto (DAE), ele atende as demandas de atendimentos nas instalações já prontas, e também atua no novo “Plano Municipal de saneamento”.

Na imagem da figura 9, nota-se uma casa em construção dentro do mangue que cerca parte do bairro Ilha das Cobras (figura 9).

³³ <https://www.grupoaguasdobrasil.com.br/paraty/agua-e-esgoto/estacao-tratamento-esgoto/>

³⁴ <https://www.googleo.com/amp/s/www.portalcostaazul.com/amp/2018/07/04/esta%25C3%25A7%25A3o-municipal-de-tratamento-de-esgoto-%25C3%25A9-inaugurada-em-paraty>

³⁵ <https://www.googleo.com/amp/s/vaiparaty.com.br/prefeito-vidal-manda-esclarecimento-sobre-esgoto-enviado-a-praia-grande/amp>

³⁶ <https://www.facebook.com/266149006847036/posts/3568983433230227/>



Figura 9: Imagem de uma das casas construída dentro do mangue.
Fonte: Autora, 2020.

3.2.1 O Aeroporto de Paraty

O aeroporto da cidade separa o centro da cidade dos bairros Ilha das Cobras e Mangueira, os usuários do aeroporto são sujeitos considerados a elite de Paraty, geralmente são donos de mansões dentro de condomínios luxuosos ou visitantes com poder aquisitivo bastante elevado. Em novembro de 2020, a empresa de aviação Azul Conecta³⁷, passou a fazer voos comerciais entre Paraty e aeroportos de grande porte.

Ilha das Cobras e Mangueira são dois bairros com histórico bastante violento, dois bairros vizinhos, uma rua faz a divisa entre eles, são bairros que possuem uma rivalidade complexa, ao ponto de alunos de escolas do bairro da Ilha das Cobras não poderem frequentar a escola do bairro Mangueira. Os bairros em questão atualmente possuem uma rivalidade ligada a facções criminosas, um tem relação com o Comando Vermelho e o outro com o Terceiro Comando, ambos originados das comunidades da cidade do Rio de Janeiro, e ambos disputam territórios pela venda de drogas.

Ouçõ os discursos de moradores da Ilha das Cobras e entorno contra o aeroporto no local, os motivos vão da sensação de exclusão dos moradores a periculosidade devido a possibilidade de acidentes com aeronaves no local, as casas são muito próximas a pista do aeroporto, o que separa a pista das casas é somente uma rua. Alguns adolescentes costumam atravessar a pista do aeroporto para brincarem de bola nas ruas dos bairros vizinhos, que possuem ruas largas, calmas, limpas e com saneamento adequado, ruas cercadas por casas grandes com quintais murados. Diógenes (2011) escreve sobre a movimentação dos jovens para romper barreiras e ir além dos delimitados territórios. Em grupos eles conseguem ultrapassar as demarcações sociais, querem ser notados dentro de espaços que eles não consideram deles.

Partindo do pressuposto de que os jovens se projetam como termômetro e vitrine que parece tornar públicas e visíveis às tensões sociais, são eles os primeiros a tentar romper ou simplesmente se rebelar contra uma ordem que fala através deles e, concomitantemente, os exclui (DIÓGENES, 2011, p. 214).

³⁷<https://www.melhoresdestinos.com.br/azul-conecta-vvos-angra-paraty-ubatuba-buzios-canela.htm#:~:text=azul%20Conecta%20lan%c3%A7a%20voos%20in%c3%A9ditos,Ubat>

Esses são uns dos aspectos que caracterizam o distanciamento do bairro ao centro de Paraty, apesar de serem um ao lado do outro. Para Diógenes (2011) há uma limitação, um distanciamento social entre localidades, esse processo define espaços entre ricos e pobres, “Cada vez mais os espaços são privatizados, segmentados, monitorados e destinados a usos específicos e de acessos públicos bem delimitados” (DIÓGENES, 2011, p. 219).

3.2.2 A Ponte

A Ponte foi construída e inaugurada em 2019, ela se localiza em frente ao mercado de peixe do bairro Ilha das Cobras e dá acesso ao Centro Histórico, ao lado do Fórum da cidade e um dos principais cartões postais do município que é a Igreja Santa Rita, próximo ao cais onde os barcos de turismo ficam ancorados à espera dos visitantes. A Construção da ponte foi uma etapa importante para tentar facilitar o acesso dos moradores do bairro ao Centro Histórico, já que, segundo alguns relatos de moradores, existem ainda moradores do bairro que nunca foram ao Centro Histórico.

A ponte também facilita o acesso dos moradores de outros bairros a frequentar o mercado de peixe, construído em 2018, em frente a ele fica o cais do bairro, onde após a pesca ficam ancorados as embarcações a espera de compradores do pescado. Nota-se entre as embarcações as canoas caiçaras, embarcações feitas artesanalmente pelos caiçaras. No bairro Ilha das Cobras há moradores que permaneceram preservando alguns costumes caiçara, e uma das atividades é a construção das canoas e o pescado artesanal.

Na figura 10 é possível visualizar uma imagem com o mapa de satélite da cidade, os locais específicos foram marcados de cor amarela. Segue uma referência do Centro Histórico de Paraty, da ponte de acesso entre o bairro Ilha das Cobras e o Centro Histórico e do aeroporto que faz a divisão entre os bairros (Figura 10).



Figura 10: Localização e referências do bairro.

Fonte: Google Maps, 2020.

A figura 11 mostra uma imagem de um dos principais pontos turísticos de Paraty, a Praça da Igreja Santa Rita, vista de quem está no bairro Ilha das Cobras (Figura 11).



Figura 11: Centro Histórico visto pelo bairro Ilha das Cobras.

Fonte: Autora, 2020.

A figura 12 mostra a imagem de como veem o bairro Ilha das Cobras, a ponte dá acesso ao bairro, porém a visão não nos permite visualizar o bairro. É como percebemos o bairro visto da Praça da Igreja Santa Rita (Figura 12).



Figura 12: Bairro Ilha das Cobras visto pela Praça da Igreja Santa Rita.

Fonte: Autor, 2020.

Até o final desta pesquisa as informações sobre facções e territórios continuavam da mesma forma como as obtive.

3.2.3 A Praça da Paz

A Praça da Paz foi fundada em 2008, ela fica localizada na entrada do bairro Ilha das Cobras, antes da sua fundação a praça era chamada de “Praça do Aeroporto”. A praça fica ao lado do aeroporto, sua construção tem 9,5 mil m², nela há uma pista de skate, parquinho, quiosques, uma cabine da polícia militar e ela serve como acesso à rua para o bairro Patitiba um dos bairros vizinho ao Centro Histórico. A praça é um importante local de socialização entre os moradores, e é um local frequentado pelos jovens dos bairros, hoje adolescentes e jovens dos bairros Ilha das Cobras e Mangueira frequentam a praça, mas antes isso não era possível.

A figura 13 mostra uma imagem da pista de skate da Praça da Paz, e a figura 14 mostra a localização da Praça da Paz, marcada de cor amarela, na entrada do bairro Ilha das Cobras (figuras 13 e 14).



Figura 13: Pista de Skate.

Fonte: Autora, 2019.



Figura 14: Localização da Praça da Paz.

Fonte: Google Maps.

3.3 Estratégias de Pesquisa e o Campo de Pesquisa

Para entrar no bairro Ilha das Cobras e perceber parte do cotidiano local, foi necessário buscar acessos que me permitiam caminhar por alguns espaços. Iniciei o campo com o apoio de “*Associação Liberdade de Surfar*”, autorizando minha permanência nas aulas do Projeto “*Ruah Skate*” alternando com as reuniões mensais que participei no “*Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Paraty (CMDCAP)*”, e tive acesso a visitas a “*Biblioteca Comunitária Casa Azul*”. As instituições mencionadas foram fundamentais para ampliar a observação dentro do bairro.

O campo de pesquisa foi construído durante o processo de investigação, procurei participar de eventos dos quais pudesse ampliar as oportunidades em conhecer instituições e grupos de pessoas que pudessem colaborar com a pesquisa. Procurei aproveitar ao máximo o

espaço e tempo nos locais que frequentei, a pesquisa foi direcionada a partir da construção do campo de pesquisa.

No processo de produção de conhecimento há que se colocar em análise os atravessamentos que compõem um "campo" de pesquisa. Estas forças que se atravessam foram inicialmente designadas pelo institucionalismo de transferência e contratransferência institucionais, sendo em seguida pensadas como implicações (PASSOS; BARROS, 2009, p. 30).

3.3.1 Associação Liberdade de Surfar- Projeto Ruah Skate

A associação Liberdade de Surfar, é uma associação civil, não possui fins lucrativos, ela foi criada no ano de 2005 e desenvolve projetos que trabalham com atividades voltadas ao esporte. A proposta da associação seria de ocupar o tempo livre das crianças, preenchendo com práticas de esportes, também associam à prática a valorização da cultura local e propõem experiências com a natureza e respeito ao meio ambiente. Atualmente a associação faz parte do CMDCAP (Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Paraty).

Projetos e ações:

-Skate Por Um Sorriso - Projeto Ruah Skate. A escola de Skate Ruah nasceu da unificação de skate+ Grafite+ Evangelho. Atua em quatro comunidades: Pantanal, Ilha das Cobras, Mangueira e Chácara e atende crianças e jovens de diversos bairros de Paraty.

-Entre Ondas e Sonhos - Projeto de Surf Cairuçu. A escolinha de surf é considerada uma ferramenta socioeducativa que atende crianças e jovens moradoras dos bairros Vila Oratória e Laranjeiras, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

-Ações Voluntárias - apoia o desenvolvimento de atletas amadores com treinamentos e acompanhamento em eventos e organização curricular.

Além de ser o ponto de partida para o campo de pesquisa, a Associação Liberdade de Surfar foi o local onde concluí o estágio institucional obrigatório para complementar minhas horas curriculares no Programa de Pós- Graduação do qual essa pesquisa faz parte (figuras 15 e 16).



Figura 15: Pré adolescentes do Projeto Ruah Skate praticando atividades- Praça da Paz.
Fonte: Associação Liberdade de Surfar, 2019.



Figura 16: Atividades com crianças do Projeto Ruah Skate- Praça da Paz.
Fonte: Autora, 2019.

3.3.2 Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Paraty (CMDCAP)

O Conselho Municipal da Criança e Adolescente é responsável pelo registro e fiscalização das instituições e programas, públicos e privados, que realizam atendimento ao público infanto-juvenil.

Ele é representado por 17 membros, distribuídos entre o Poder Público e sociedade civil organizada: 1- APAE-Paraty; 2- ACIGUA Associação Comunitária Indígena Guaraní; 3- Associação Paraty Cultural Casa da Cultura de Paraty; 4- associação Cairuçu; 5- Associação Casa Azul; 6- Associação de Mães da equoterapia; 7- Escola de Boxe; 8- Associação Liberdade de Surfar; 9- associação Quintais Escola Waldorf Quintal Mágico; 10- CIA de Dança e Arte; 11- Instituto Colibri; 12- Instituto Náutico Paraty; 13- Instituto Socioeducativo OJU Moran- Escola Cirandas; 14- ITAE(Instituto Trilha da Arte e Educação); 15- ITEMA (Instituto Terra e Mar); 16- Núcleo de Mídias Artes e Tecnologias e 17- Verde Cidadania.

3.3.3 Biblioteca Comunitária Casa Azul

A Biblioteca Casa azul é uma biblioteca comunitária, uma Organização sem fins lucrativos. Ela participa das atividades da Festa Literária de Paraty (FLIP) nos dias das festividades, levando seu acervo até a Praça da Matriz, onde se concentra a Flipinha, atividades voltadas ao público infantil, entretanto, durante todo o ano, acontecem atividades educativas na sede, no bairro Ilha das Cobras.

A Biblioteca Casa Azul se instalou no bairro em 2013, segundo as informações cedidas pela coordenadora, ela se mantém com patrocínio do Itaú Social RNBC- Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. De 2013 até 2019, as atividades da Casa diminuíram devido às dificuldades financeiras. A Casa Azul oferece atividades de leitura, reforço escolar, passeios fora da Ilha das Cobras, oficina de artesanato, roda de conversa, entre outros.

Neste capítulo descrevemos como foi construída a pesquisa. Localizamos o campo de pesquisa, reconstruímos todo o trajeto feito desde o início do projeto de pesquisa, até a finalização da fase em campo de pesquisa. Considero esse capítulo riquíssimo, pois nele demonstro toda a elaboração da construção da metodologia que utilizamos para conseguirmos os dados. Percebo neste capítulo a trajetória das etapas construídas, e é onde encontro a experiência mais importante entre as etapas da pesquisa. Os estudos das Ciências Humanas e Sociais me proporcionam considerar os fenômenos sociais, mas também a considerar as vidas inseridas nestes fenômenos, e é exatamente isso que vejo além dos dados estatísticos, vidas.

No capítulo seguinte apresento as cartografias traçadas durante visitas aos projetos e as atuações de projetos.

4 CAPÍTULO IV

TRAÇADOS CARTOGRÁFICOS: PROPOSTAS E PROJETOS PARA OS ADOLESCENTES DE PARATY

4.1 Projeto Ruah Skate: Cartografia do primeiro dia de campo

A associação Liberdade de Surfar foi uma das entidades que me recebeu de ‘braços abertos’, seu representante foi um dos parceiros para que a pesquisa fosse construída. Eles aceitaram minha presença em campo de pesquisa durante as aulas do projeto de skate, e a partir dali eu tive um vasto campo ao redor do projeto. As atividades do projeto Ruah Skate na Ilha das Cobras acontecem na Praça da Paz. Foi durante uma aula de skate na praça que presenciei crianças consumirem drogas no banco da Praça da Paz, ao meu lado, enquanto ela assistia os alunos do projeto fazer as atividades. Foi também no projeto que conheci moradores do bairro Ilha das Cobras, mães dos alunos do projeto e profissionais que apoiavam as atividades, preocupados e empenhados no desenvolvimento e integração dessas crianças.

“Paraty, 29 de julho de 2019.

Hoje iniciei o campo de pesquisa com a “Associação Liberdade de Surfar,

Marquei com o coordenador e criador do projeto na Praça da Paz. Nosso encontro aconteceu por volta de 16:30, durante a aula da tarde que começa às 16h e termina às 18h. Durante dois meses conversamos pelo telefone, hoje foi dia de conversarmos pessoalmente, e de conhecer também o instrutor das aulas de skates e os alunos que frequentam as aulas.

Enquanto conversava com o coordenador, observei a dinâmica do início das aulas. Antes da atividade, há uma oração, o instrutor faz um trabalho durante as aulas, o de evangelização com os alunos. Eles se organizam em círculo, o instrutor carrega uma Bíblia com capa surrada, abre em alguma página, e lê alguns versos. Em algum momento eles dão as mãos e oram, logo acaba essa etapa, e os alunos são liberados para se prepararem com protetores como capacetes, cotoveleira, caneleiras, o colete com o nome do projeto e escolherem os skates de preferência.

Para o instrutor, as atividades do projeto são importantes para a vida das crianças, adolescentes e jovens do bairro, para ele, as crianças precisam de um referencial. As crianças que frequentam as atividades são crianças que sofrem diversos tipos de violências, inclusive a violência sexual. Para Carvalho e Cardoso (2008) “[...] os indicadores apontam para alarmante estatística, segundo a qual cerca de 20% desses indivíduos são vítimas de alguma forma de violência” as autoras se referem aos indivíduos da categoria infantil em nível nacional, e ainda que, “Entre as modalidades de violência infantil, destacam-se a física, a sexual, a psicológica e a negligência” (CARVALHO; CARDOSO, 2008, p. 158).

Já o coordenador relatou alguns casos de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, e falou do histórico de conflitos entre o bairro Ilha das Cobras e Mangueira. Segundo ele, as atividades do projeto serviram também para aliviar o conflito entre os bairros. Até alguns meses passados, um adolescente do bairro Mangueira não poderia ultrapassar a “Faixa de Gaza”, nome popular da rua que separa os dois bairros, para frequentar o projeto na Praça da Paz, localizada no bairro Ilha das Cobras. É comum no bairro situações relatadas por moradores em que os jovens, na faixa etária entre 15 a 20 anos de idade, estejam envolvidos em alguns tipos de crimes. Para Almeida (2014) há uma dualidade na vivência desses jovens,

um ciclo da violência onde ao mesmo tempo eles são vítimas e causadores. O coordenador relatou sobre o envolvimento dos adolescentes nas atividades do tráfico e o conflito violento entre eles, esses adolescentes começam muito novos no mundo do crime, e como relatou o instrutor do projeto, as crianças do bairro sofrem diversos tipos de violência.

Os jovens, vítimas e também perpetradores da violência em uma sociedade desigual, estão envolvidos com homicídios, violência doméstica e sexual, furtos e roubos, dentre outros delitos, além da violência simbólica que atinge seus direitos fundamentais, como o direito à educação, cultura, saúde, lazer, formação profissional, saúde e afeto (ALMEIDA, 2018, p. 106).

Na minha presença, o coordenador chamou um adolescente frequentador do projeto, morador do bairro Mangueira, bairro vizinho, me apresenta e pergunta a ele:

Coordenador: Você mora onde Moleque?

Aluno: Na Mangueira.

Coordenador: Você podia frequentar a Praça da Paz antes do projeto?

O adolescente responde que não, e solta um sorriso.

Segundo o coordenador, no plano inicial com a prefeitura, a pista de skate estava programada para ser construída em um bairro próximo a entrada da cidade, onde hoje há uma resistência a construção da escola Técnica para a juventude, ao lado de uma quadra. Mas a aprovação do projeto da pista de skate foi negada por questões relacionadas ao aspecto cultural da cidade. O skate e os jovens desses bairros, segundo o coordenador, são marginalizados, assim os empresários influenciaram na negação da aprovação no projeto naquele local, e foi oferecido para a sua implementação a Praça da Paz, no bairro Ilha das Cobras.

Após a conversa, sentei no banco da praça ao lado da pista de skate, ao meu lado sentaram duas crianças que não eram alunos do projeto, a mais nova aparentava ter dez anos de idade. Eles pegaram algo do bolso da bermuda, eles enrolaram em um papel a maconha e acenderam, fumaram esse cigarro ao meu lado, em frente às outras crianças. As pessoas que passavam agiam naturalmente, como se esse ato fizesse parte do cotidiano deles. As crianças que estavam fumando davam a impressão de que queriam que todos percebessem o que elas estavam fazendo. Eu nunca me senti tão incomodada com uma situação, nunca presenciei tal atitude partindo de uma criança, nunca assisti tamanho desamparo.

Antes de ir embora, mencionei o episódio ao instrutor do projeto, segundo ele, uma das crianças tem onze anos o outro tem 14 anos de idade, já cometem pequenos delitos, a mãe do mais novo é usuária de álcool, o pai está preso condenado por tráfico de drogas. Essa criança passa as noites nas ruas se drogando, algumas pessoas tentaram ajudar, mas não conseguiram.

O primeiro dia no campo de pesquisa foi impactante, experimentei um mundo fora da minha realidade, presenciei atitudes nunca esperada, mas percebi também a boa vontade, ideias criativas, organizações e disciplinas.”

Segundo Henriques et.al. (2016) o “relacionamento social” das crianças e adolescentes que consomem drogas é afetado, se tornando muito prejudicial a curto e a longo prazo, isso acaba também comprometendo sua saúde e o convívio com toda a família. O círculo familiar, em que a criança e o adolescente fazem parte, se torna frágil e fragmentado, “[...] adoecem psicologicamente devido à sensação de vulnerabilidade em relação à situação em que se encontram” (HENRIQUES, *et al.*, 2016, p. 4). É preciso identificar essas vulnerabilidades para que essas famílias sejam acompanhadas e amparadas pelas políticas sociais. Essas situações podem ter origens complexas e precisam ser analisadas, podem ser geradas por fatores que fazem parte de seu ambiente e reproduzidas, pois:

A ligação entre violência e o uso abusivo de droga afeta todas as áreas da sociedade, sendo o consumo um importante fator de risco para comportamentos violentos, como homicídios, suicídios, violência doméstica e acidentes de trânsito. O abuso de drogas entre crianças e adolescentes, assim como um ambiente de vulnerabilidade social, pode estimular comportamentos violentos (HENRIQUES, *et al.*, 2016, p. 5).

Quando acionado, os profissionais, aparatos e ferramentas de amparo social, devem identificar a situação da família, e então direcioná-los aos atendimentos específicos. O SUS possui ferramentas e dispositivos necessários para atendimentos emergenciais como hospitais e unidades de urgências e emergências. Para o atendimento da família das que também possuem crianças e adolescentes que necessitam de algum tipo de apoio ou suporte em relação à saúde mental, existe o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), o Centro de Atenção Psicossocial Infantil-Juvenil (Capsi), além de atendimento necessário nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outros[...].

Neste sentido, é fundamental que cada município organize e estruture a sua rede de saúde articulada com as redes da Assistência Social, da Educação e com os sistemas de Justiça, Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Varas da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e conselhos de direitos e a sociedade civil organizada existentes no território para fortalecer e/ou implementar a rede de cuidado e de proteção social para a atenção integral as crianças, adolescente e suas famílias em situação de violência (BRASIL, 2010, p. 78).

Dentro desses dispositivos de amparo social, existem os abrigos que acolhem crianças e jovens, com o objetivo em dar suporte e condições para eles se desenvolverem socialmente e oportunidades que não iriam ter no ambiente familiar. Os abrigos, utilizados pelas crianças e adolescentes em condições de violência intrafamiliar, e ações onde crianças e adolescentes que praticam crimes, não exime os usuários de vivenciar ou praticar outros tipos de violências. O site do jornal da CBN³⁸ reportou uma notícia no dia 19/05/2016, de que, o Secretário de Desenvolvimento Social Abraão Ribeiro, expos as condições que crianças e jovens vivenciavam nos abrigos Minas Gerais que, segundo ele “não estavam conseguindo cumprir sua função protetiva”. Em uma das unidades um jovem adolescente de 16 anos “foi brutalmente espancado”, a violência foi cometida por outro jovem. O jovem espancado se encontrava abrigado juntamente com seus outros irmãos, após constatação de negligência dos pais, sob a responsabilidade do Estado os jovens continuam a vivenciar violências dentro de instituições que deveriam acolhê-los e socializa-los. Segundo informações inseridas na mesma matéria, as violações não são casos isolados, as violências acontecem em diversas formas, inclusive os homicídios.

4.2 Linhas e possibilidades no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Paraty (CMDCAP): uma cartografia sobre um dos eventos junto ao CMDCAP

O CMDCAP fica localizado em uma das principais entradas do bairro Ilha das Cobras, foi o local onde acompanhei reuniões sobre a situação da criança e adolescente de Paraty e elaborações de planejamentos e atividades de projetos para a categoria criança e adolescente

³⁸ <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/19-05-2016/agresao-expoe-situacao-de-jovens-que-vivem-em-abrigos.html>

dos bairros considerados vulneráveis social e economicamente. Através do Conselho tive informações sobre eventos na Câmara dos vereadores, na Secretaria de Assistência social e dos Direitos Humanos de Paraty, participei do grupo de WhatsApp do Conselho onde acompanhei as atividades inclusive durante a pandemia, onde as reuniões passaram a ser através de ferramentas disponíveis na internet.

A primeira Assembleia Ordinária que participei no CMDCAP aconteceu no dia oito de agosto de 2019. Resolvi frequentar as Assembleias Ordinárias que acontecem uma vez ao mês no CMDCAP. Me comuniquei através de e-mail durante um mês com a secretária do Conselho, até que decidi acompanhar as reuniões, que são públicas. A partir desse dia, passei a participar do grupo de whatsapp do Conselho, assim pude acompanhar todas as atividades do conselho e dos projetos que fazem parte do órgão.

“Data: 28/09/2019

Auditório da Câmara dos Vereadores.

Recebi o convite a presenciar a homenagem aos jovens do Programa Jovem Aprendiz pela CMDCAP.

Foi um evento organizado pelo Instituto Colibrí, com o objetivo de evidenciar a participação de empresários que apoiaram o programa, e a homenagear a participação e atividades dos jovens que participam do programa.

Representantes do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Paraty participaram, estavam todos lá, e pareciam felizes em presenciar essa homenagem. Foram convidados representantes da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Paraty, Casa Abrigo, Conselho Tutelar, Conselho de Direito Humanos da Criança e Adolescente, Jovens de projetos e escolas, professores de rede pública de educação, a Coordenadoria da Juventude, coordenadores de projetos que atuam com crianças, adolescentes e jovens...

Todos se conhecem, se cumprimentam com abraços e beijos carinhosos. Sorridentes se aconchegam um ao lado do outro e começam a se preparar para assistir as homenagens.

No repertório de falas do início da apresentação dos jovens que participam do Programa e dos empresários que abraçaram a causa, o tema violência e criminalidade foram enfatizados, e mencionados algumas vezes, inclusive em uma das falas do representante da secretaria da cultura, ele menciona a experiência pessoal de que, nasceu e cresceu na Ilha das Cobras, e ele é o único sobrevivente entre os amigos de infância que, segundo ele, entraram no mundo do crime e não conseguiram sair com vida.

Alguns questionamentos aponto aqui, apenas seis empresários apoiaram o Programa até então, Paraty com a quantidade de pousadas, hotéis e outros tipos de comercio, incluindo a maior rede de supermercado do município, são centenas e centenas de empresários que fazem parte da elite da cidade e apenas seis deles empregaram os 18 jovens. Dá pra imaginar as dificuldades dos jovens em relação a sua inserção no mercado de trabalho observando esse evento e o que ele simboliza.”

Diante da situação mencionada na cartografia acima, Henriques, *et al.* (2016), discute os aspectos da violência e o que gira em torno disso. Segundo os autores o envolvimento dos jovens no mundo do crime e o consumo de drogas poderiam estar relacionados à falta de oportunidades e as dificuldades no cotidiano desses indivíduos, portanto:

Outros pontos também podem ser destacados, como a violência vivenciada no cotidiano; a dificuldade de ocupar postos de trabalho; o estresse do dia a dia em relação à desigualdade social em que vive; a questão econômica precária, portanto, o jovem vê no trabalho com e para o tráfico uma oportunidade de aquisição de bens; e a dependência física e psicológica para manter o consumo de drogas (HENRIQUES, *et al.*, 2016, p.7).

A reunião do dia 13 de fevereiro de 2020 serviu para ser discutida a aprovação do calendário de reuniões do ano de 2020 que seria todas as segundas quintas feiras do mês às nove horas da manhã; a capacitação do novo colegiado do Conselho Tutelar com orçamento aprovado; a escolha dos membros das comissões do Fundo e de comunicação e sobre o projeto “*Paraty- Educar e Acolher*”.

As pautas eram sempre de acordo com o posicionamento do grupo, as votações aconteciam de forma harmoniosa, os projetos eram sempre mencionados e os representantes noticiavam fatos positivos. Quando algum projeto vivenciava dificuldades financeiras o conselho era acionado, quando algum projeto precisava do auxílio de setores públicos, o conselho era acionado e servia como mediador as necessidades dos projetos.

4.3 Conselho Tutelar: uma cartografia sobre tentativas e descobertas

Nas insistências em obter dados referentes aos atendimentos do Conselho Tutelar, algumas vezes fiquei na mesma sala de espera que os usuários para atendimentos.

“Paraty, 06 de novembro de 2019.

Após esperar o contato que foi prometido pela coordenadora do Conselho Tutelar, sobre obter ou não dados que busquei, decidi ir até o local, mais uma vez. Durante a espera pelo atendimento eu conheci usuários dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar.

Durante a espera ouvi conversas entre duas usuárias da instituição, uma delas relatou que mora no bairro Ilha das Cobras, estava acompanhada dos seus três filhos menores, o mais novo era um bebe de colo, mencionou o motivo da necessidade ao atendimento, segundo ela, sofria violência domestica praticada pelo esposo, e as crianças também sofriam violências, inclusive físicas. A mulher parecia estar bem abalada, a aparência debilitada e sua expressão eram de dor e desespero.

A outra senhora, com mais idade, disse morar no bairro Mangueira, ter 65 anos de idade, e foi ao Conselho Tutelar para tentar resolver o problema de seus quatro netos que estão sob sua responsabilidade, segundo ela a filha, mãe das crianças, está cumprindo pena de 13 anos de reclusão, foi condenada por tráfico de drogas. Ela conta que a filha e a amiga da filha foram presas juntas, porém a amiga pegou uma pena de 19 anos de reclusão porque além do crime de tráfico de drogas ela também foi acusada por pedofilia e aliciamento de menores de idade para o turismo sexual na cidade. Ela dá continuidade à conversa enfatizando sobre a quantidade de crimes como esse, segundo ela, a prostituição infantil no bairro é grande e muito comum.”

A violência sexual em crianças e adolescentes é um tipo de violência muitas vezes praticada por membros da família ou pessoas de confiança da família, em muitos casos a violência é velada e banalizada, não levando em consideração as queixas da vítima. Esse tipo de violência “Provoca sinais e sintomas físicos e psíquicos” (BRASIL, 2010, 46) podendo ter consequências para a vida adulta como “Distúrbios ou impossibilidade de assumir uma vida sexual adulta saudável”, “Dificuldades no desenvolvimento sexual” e “Desvio do comportamento sexual”. Para Muggah e Pellegrino (2020) “Crianças e adolescentes no Brasil são vítimas de diversas formas de violência. Embora difíceis de medir, existem desafios associados à exploração sexual, abuso doméstico e maus tratos” (MUGGAH, PELLEGRINO, 2020, p.18), pois em muitas situações as violências são encobertas pela própria família, e as crianças e adolescentes podem passar anos sendo abusadas e mal tratadas sem nunca ter tido apoio para se livrar de tal condição.

4.4 Oficina na Biblioteca Comunitária Casa Azul

No dia 11 de dezembro de 2019, iniciei um trabalho de campo com o objetivo de observar as atividades oferecidas para crianças e adolescentes do bairro Ilha das Cobras, oferecidas pela instituição Biblioteca Comunitária Casa Azul. Tive contato com a coordenadora, o assistente administrativo e com as crianças durante as atividades. Pretendi ter alguns dias de convivência na biblioteca que se localiza em uma das entradas do bairro, e frequentei três dias de atividades.

Não participei das oficinas, mas observei as atividades com as crianças, percebi que fisicamente as crianças pareciam possuir menos idade, algumas pareciam possuir problemas nutricionais; algumas crianças apresentavam um comportamento bastante agressivo com as outras; seus corpos possuíam cicatrizes visíveis, no rosto, braços e pernas.

Ouvi conversas aleatórias entre cinco crianças em idade que aparentavam de 10 a 13 anos de idade, os relatos foram ditos em conversas entre eles de forma bastante natural, sobre perdas de entes ou amigos sendo vítimas de armas de fogo, ferimentos causados pelas armas de fogo, tiroteios que dificultavam dormir à noite. Registrei algumas conversas aleatórias entre as crianças:

“já estou até acostumado, cresci ouvindo tiros, eu durmo, mas minha mãe não consegue dormir”;

“perdi meu primo com um tiro na cara, pegaram ele dentro de casa”;

“passou um carro ali na praça e atirou muito, matou meu tio, eu abaixei no chão”;

“quase morri, tive um livramento de Deus, eu acredito em Deus. Eu entrava nos barcos pra brincar, e um dia o dono do barco me pegou e me colocou dentro do carro, ele ia me matar porque achou que eu estava roubando ele. Meu primo viu e foi me pegar, pediu a ele para não fazer isso comigo” [...]

Essas foram algumas das falas das conversas entre as crianças, a impressão que tive era de que disputavam as experiências entre elas. Aparentemente, as crianças não tinham outro assunto para conversar entre elas, nos três dias que presenciei as atividades, os assuntos estavam relacionados às experiências de violências que sofriam, apesar de em todo instante serem interrompidas de modo sutil pela instrutora das atividades.

Observando as falas, expressões e os corpos das crianças, refleti sobre algumas questões, elas fazem parte de um projeto social que oferece um apoio no reforço com leituras e também atividades de oficinas de artes, porém ao sair das aulas elas tornam a sofrer as violências que mencionaram durante as aulas das oficinas. As crianças continuam expostas as violências que fazem parte do cotidiano do bairro, e o projeto acaba não sendo suficiente para atender essas demandas fora das atividades que a instituição oferece. Para Almeida (2014) a violência precisa ser combatida de forma conjunta, pois ela interfere na vida de todos os cidadãos. As crianças do projeto, notavelmente sofrem diversos tipos de violências, elas estão inseridas em um contexto onde as violências são naturalizadas e banalizadas, inclusive a violência intrafamiliar.

É nesse cenário que o poder público, assim como as famílias e sociedade, de forma conjunta, devem dividir as responsabilidades pela garantia dos direitos das crianças e jovens, principalmente nas regiões mais carentes de uma cidade, onde a violência prevalece (ALMEIDA, 2014, p. 106).

Alguns dos relatos das crianças também estão relacionados à fome, algumas dizem que esperam ansiosamente pelo dia das oficinas, porque nesses dias “as tias” compram os lanches que são oferecidos depois das atividades. O projeto parece ser um suporte, uma válvula de escape para as crianças, onde encontram alguns momentos distantes do próprio cotidiano de violências que relatam. Para Almeida (2008) a violência estrutural tende a condicionar a miséria para grupos específicos, os mais vulneráveis economicamente sofrem as consequências da pobreza, e as crianças, adolescentes e jovens arcam com as impossibilidades estabelecidas.

[...] a maior expressão da violência estrutural é observada quando 40% dos brasileiros na miséria são meninos e meninas de até 14 anos de idade; 38% dos adolescentes, entre 12 e 17 anos, estão em condições de pobreza, pois vivem em famílias cuja renda per capita é inferior a meio salário mínimo por mês, evidenciando a gravidade da nossa infância e juventude (ALMEIDA, 2008, p. 108).

A figura 17 mostra os dias, horários e os tipos de atividades da oficina de artes dentro da Biblioteca comunitária Casa Azul. Foram três dias de atividades assistidas, onde pude perceber os aspectos dos quais descrevi neste subtópico. A Biblioteca Comunitária Casa Azul me possibilitou uma experiência construtiva e que auxiliou para que pudesse obter mais informações para a pesquisa. A figura 18 mostra um dos trabalhos de artes produzidos pelas crianças durante aquela semana (figuras 17 e 18).

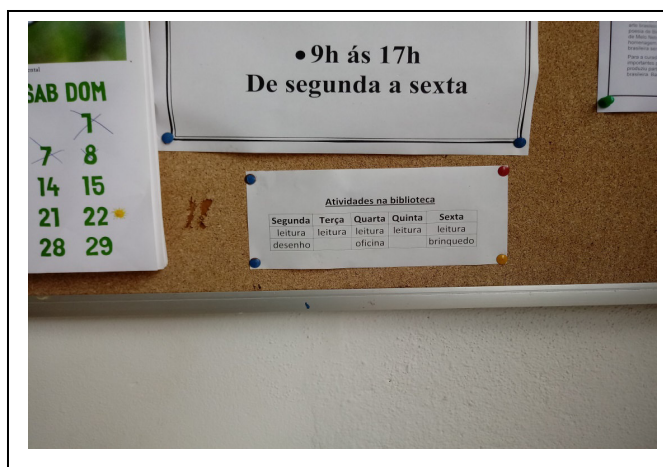


Figura 17: Horários, dias e tipos de atividades oferecidas na Biblioteca Comunitária Casa Azul.

Fonte: Autora, 2020.



Figura 18: Trabalhos de artes produzidos por crianças.

Fonte: Autora, 2020.

Neste capítulo inserimos as experiências que foram obtidas em campo de pesquisa, ele foi preenchido com cartografias construídas durante as visitas ao campo de pesquisa. No capítulo seguinte incluímos as entrevistas com os participantes da pesquisa, fazendo uma análise desse conteúdo.

5 CAPÍTULO V

ENTREVISTAS NA PESQUISA CARTOGRÁFICA

5.1 Entrevistas

As entrevistas fazem parte da construção metodológica desta pesquisa e foram realizadas a partir das experiências vivenciadas em eventos, conferências, conselhos e encontros que aconteceram em locais como escolas, praças, bibliotecas, centros culturais e no campo de pesquisa. O campo forneceu possibilidades para direcionar a construção metodológica da entrevista e também facilitou as escolhas dos entrevistados.

As entrevistas foram abertas e aconteceram de forma livre à medida que fomos conversando sobre os temas investigados. Algumas interferências foram realizadas para que o entrevistado não se afastasse do tema pesquisado, salvo em alguns momentos em que, informações importantes sobre o contexto, mas que não faziam parte da pergunta foram apresentadas. Estar no campo de pesquisa foi fundamental para perceber quem eram os sujeitos, quem e onde poderiam ser entrevistados. Algumas entrevistas foram gravadas, em outras algumas falas consideradas importantes para a construção da pesquisa foram escritas. Durante a pandemia, com a necessidade do isolamento social, uma entrevista foi feita pelo WhatsApp.

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semi-estruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista (DUARTE, 2004, p. 216).

Os temas abordados durante as entrevistas foram: violência, juventude, o bairro Ilha das Cobras, projetos sociais e medo, todos os temas eram relacionados ao município de Paraty. Estes temas foram construídos após a entrada no campo de pesquisa e a observação da dinâmica do cotidiano do bairro Ilha das Cobras. Em conversas com moradores que tive a oportunidade de conhecer, percebi algumas pistas em suas falas que serviram para selecionar os temas tratados. As entrevistas gravadas foram transcritas e analisadas posteriormente.

Durante o ano de 2019, frequentei reuniões do Conselho Municipal da Criança e adolescente de Paraty (CMDCAP), eventos, palestras e encontros em diferentes locais cujo tema estava relacionado à criança, adolescente e jovem do município. A participação nesses grupos de diferentes esferas de organizações contribuiu para a construção desta pesquisa. No ano de 2020, devido à pandemia Covid-19, as reuniões passaram a ser de forma remota dada à necessidade de distanciamento social. Contudo, fiz parte de grupos de WhatsApp de diferentes locais relacionados às atuações nas áreas que precisei acompanhar durante a pesquisa. Essa dinâmica auxiliou a dar continuidade em construir um círculo de contatos que forneceram importantes informações sobre palestras e eventos diversos com a temática da juventude.

As falas das entrevistas foram cuidadosamente analisadas, essa foi à fase em que foi necessária muito mais atenção e sensibilidade, foi à fase que mais tempo levou durante a escrita da pesquisa.

Analisar entrevistas também é tarefa complicada e exige muito cuidado com a interpretação, a construção de categorias e, principalmente, com uma tendência bastante comum entre pesquisadores de debruçar-se sobre o material empírico procurando “extrair” dali elementos que confirmem suas hipóteses de trabalho e /ou pressupostos de suas teorias de referências (DUARTE, 2004, p. 216).

5.2 Entrevistados e Locais das Entrevistas

Foram nove entrevistados. As entrevistas aconteceram em dias e lugares diferentes. Os lugares e horários ficaram a critério de escolha dos entrevistados, com a intenção de não prejudicar o cotidiano dessas pessoas, que gentilmente cederam um tempo de seus dias para participar da construção dessa pesquisa.

Algumas entrevistas foram solicitadas diretamente a pessoa quando a conheci em campo de pesquisa, outras entrevistas foram solicitadas por mensagens no aplicativo WhatsApp, a partir dos contatos que me foram fornecidos por sujeitos durante encontros no campo de pesquisa.

Os nomes dos entrevistados foram substituídos por letras do alfabeto maiúsculo de forma aleatória para garantir o sigilo aos participantes.

5.3 Visadas a partir das Entrevistas

Em campo de pesquisa foi possível conhecer os sujeitos que participaram da construção desse estudo. A participação em reuniões, conferências e eventos relacionados com temas à categoria infanto-juvenil, permitiu conhecer projetos sociais e profissionais concernentes as políticas públicas municipais, bem como, profissionais voluntários que atuam diretamente com crianças, adolescentes e jovens no município de Paraty. Entre as reuniões e os contatos que fiz durante a construção da pesquisa, identificamos demandas e propostas de políticas públicas direcionadas aos adolescentes e jovens do município, e a existência ou não de correlações entre demandas e políticas, como intercessores.

Durante esse processo cartografamos o território social e afetivo, e reconhecemos ações que serão compostas na produção das análises das entrevistas.

[...] a prática da cartografia cria condições para a transformação das relações entre os elementos/linhas/vetores afetivos, cognitivos, institucionais, micro e macropolíticos, acionando movimentos e sustentando processos de produção. Nesse sentido, a cartografia produz efeitos de produção e transformação da realidade', que também devem ser analisados (KASTRUP; BARROS, 2009, p. 80).

5.3.1 Ação I – A Conselheira dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Paraty.

Conheci “A” na Escola Municipal Professora Pequenininha Calixto, durante meu estágio pedagógico que faz parte do conteúdo de atividades obrigatórias do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, do qual esta pesquisa está vinculada. “A” é Conselheira dos Direitos da Criança e Adolescente de Paraty, não é um cargo da prefeitura, nem remunerado, é uma atuação ligada a sociedade civil através do Núcleo de mídia que é uma ONG, que participa do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Paraty CMDCAP. “A” organizou e apresentou uma mostra de filmes curtas metragens produzidas por alunos de

escolas públicas e particulares. Antes de iniciar a atividade, “A” se apresentou e falou sobre seu trabalho com mídias e o seu envolvimento com atividades voltadas a crianças e adolescentes do município. Ao terminar a atividade conversei com “A”, e perguntei se poderia fazer parte da pesquisa, trocamos contato e a partir disso houve uma aproximação. “A” foi entrevistada em uma das salas na sede do Conselho Tutelar de Paraty, e a partir da entrevista continuamos nos encontrando em reuniões do Conselho; em eventos relacionados à temática criança, adolescência e juventude e continuamos conversando eventualmente pelo telefone.

“A” relatou na entrevista que, em uma reunião na Câmara dos vereadores, onde estavam presentes representantes de instituições que lidam com a questão da criança, adolescente e jovem de Paraty e vereadores do município, houve uma denúncia em que se relacionava a interdição dos alunos adolescentes do bairro Ilha das Cobras a frequentar a escola municipal do bairro da Mangueira com a violência presente e o medo construído ao longo desses anos, devido aos conflitos existentes entre as gangs rivais e hoje, entre os membros de facções criminosas envolvidas com tráfico de drogas.

Vai ser apurado, no mínimo vai ser apurado, aí a gente vai emitir um boletim, pela questão dos direitos violados, das crianças da Ilha de não poderem frequentar a escola da Mangueira. Que é uma escola referência na região ali, e que algumas crianças dependem dessa escola, a escola tem que ser pra todos, inclusive para as crianças do bairro vizinho (“A”, 2020).

“A” mencionou esse fato se referindo à violação de direitos da criança e do adolescente, Segundo ela há restrições e dificuldades para efetivação de matrículas para crianças e adolescentes moradores do bairro Ilha das Cobras, o medo de que aconteça algo com as crianças e adolescentes gerou um mecanismo que limita o acesso dos alunos a escola do bairro vizinho, esse medo foi gerado pelos conflitos existentes entre os dois bairros por adolescentes e jovens. Para ela há uma necessidade de viabilizar essa questão pelas vias públicas, com setores responsáveis por averiguar a denúncia, porém, ainda não se sabe de que forma poderão resolver a situação. O acesso à escola para esses adolescentes é mais limitado devido ao desgaste entre as relações entre os adolescentes e jovens durante anos, os alunos do bairro da Ilha das Cobras são obrigados a frequentar escolas em bairros mais distantes, gerando um impasse, ou o aluno abandona a escola, ou tenta vagas de matrículas em escolas de bairros considerados neutros a esse tipo de conflito entre gangs. O CMDCAP fez um estudo para mapear as condições sociais das crianças e adolescentes de Paraty, “*Diagnóstico de Vulnerabilidades e Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes em Paraty-2014*”, com base nos dados oficiais das Secretarias Municipais, da Educação, Saúde, Direitos Humanos e Assistência Social e Segurança. Segundo o Diagnóstico, há pouca oferta de atendimento escolar, relacionando essa informação com a situação dos adolescentes do bairro Ilha das Cobras, é possível perceber que as vulnerabilidades sociais estão além das ofertas de vagas nas escolas.

Segundo “A” sempre houve conflitos de gangs entre bairros, os conflitos mais intensos sempre aconteceram entre a gang do bairro da Ilha das Cobras e Mangueira, a aproximação entre os dois bairros, facilitou o crescimento e perpetuação entre os conflitos, insegurança entre os moradores e a sensação de medo. Com a expansão das facções criminosas pelo interior do estado do RJ, os conflitos aumentaram e a dinâmica mudou, passou a ser comum um adolescente ou jovem portarem armas de fogo, e os assassinatos também.

Para Rivero (2010) “A localização da violência nesses espaços pode contribuir para o aprofundamento da estigmatização, acentuando os motivos da separação e aumento a desigualdade entre populações e áreas” (RIVERO, 2010, p. 121), a autora discute a separação

do espaço do meio urbano, uma “separação social” construída através da violência e criminalidade concentradas em determinadas áreas. Isso faz com que se criem categorias de indivíduos que se estabelece de acordo com critérios de localidade de moradias, influenciando até se os direitos dos cidadãos são respeitados ou não.

Devemos considerar a questão da distribuição territorial e todos os desafios de logística como um possível fator para as baixas taxas de atendimento escolar. Estas dificuldades, no entanto, não isentam as responsabilidades do poder público neste objetivo de universalização do ensino, visto que é um direito fundamental (SCOTTI, *et al.*, 2014, p. 24).

Ela critica a falta de empenho nos recursos destinado a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, e como o município possui suas bases econômicas no turismo, as administrações públicas do município, anos após anos, acharam que os jovens deveriam se alinhar profissionalmente somente na área do turismo, em trabalhos mal remunerados em serviços subalternos.

Paraty é uma cidade turística, a maior parte dos cursos aqui, toda vez que chega cursos aqui incentivados por outras iniciativas, vem oferecer cursos de garçom, de camareira, mas a gente sabe que as crianças têm anseios de outras oportunidades (“A”, 2020).

Segundo “A” o município abandonou os cuidados com a população, e isso acabou agravando as violências no município. “A” ao falar da violência, relata: “A maior violência é a falta de cuidado do Estado em relação a sua população, a falta de investimento em Educação que se agravou ao longo desses anos todos, sem investimentos, e a gente está vendo a consequência, que é essa”. Segundo Rivero (2010) “Geralmente, as ocorrências têm lugar em bairros limítrofes ou nos mesmos bairros em que as vítimas residem. Isso tem a ver com as características socioeconômicas tanto das vítimas como desses lugares” (RIVERO, 2010, p. 128). Para “A” o aspecto socioeconômico tem a ver com a relação que o poder público tem com essas localidades e com os cidadãos, as necessidades básicas precisam ser supridas, de modo que, as oportunidades sejam democráticas e justas.

Configurações marcadas por extrema desigualdade social, desvantagem concentrada e serviços desiguais-especialmente educação- podem exacerbar os determinantes da violência. A exposição dos jovens a esses fatores estruturais de risco na escala do bairro influencia seu provável envolvimento e exposição a comportamentos violentos (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020, p. 30)

5.3.2 Ação II – O Policial Militar.

Conheci “B” frequentando um ambiente comum, praticávamos atividades físicas na mesma academia localizada no centro de Paraty, nos cumprimentávamos sempre quando nos víamos, e um dia nos encontramos em um restaurante self-service, ele estava com a farda da polícia militar, eu o cumprimentei e ele disse: “agora você vai me ver com outros olhos né?”, ele sentou em uma cadeira ao meu lado e me fez outra pergunta: “o que você acha dos policiais?”, respondi que não posso dizer o que penso da instituição polícia militar para um policial, mas que o respeito assim como respeito qualquer outro indivíduo. Aproveitei aquele momento para convidá-lo a participar da construção desta pesquisa, expliquei o tema e falei sobre parte do projeto de pesquisa. “B” aceitou participar, trocamos contatos de telefone e

assim continuamos nos falando e marcamos a data para a entrevista, ele sugeriu a Casa de Cultura localizada no Centro Histórico de Paraty.

“B”, é policial militar em Paraty há anos, está na profissão há 23 anos. A entrevista com “B” foi a que mais me deixou incomodada, isso porque ele apresenta opiniões que destoam da minha visão sobre Sociedade, Educação e Cultura. “B” disse que não confia nos estudos sobre sociedade produzida por “esse pessoal de humanas” e que tem um estudo de um sociólogo que desqualifica o município de Paraty. Segundo “B”, esse pesquisador mente quando mostra em seus estudos sobre violência de uns anos passados que, Paraty é um dos municípios mais violentos do Brasil. Essas mesmas falas foram ditas por um policial civil do município, durante uma tentativa de busca por informações durante a construção desta pesquisa.

Durante a entrevista “B” expos sua interpretação sobre fenômenos sociais, inclusive dos quais ele faz parte, ele como policial militar vive situações incluídas em estatísticas relacionadas às violências. Parece que ele possui algumas dificuldades em ampliar sua interpretação sobre os aspectos sociais para fora da percepção pessoal, de sua própria vida. “B” qualifica e separa as pessoas como “gente de bem” e aqueles que não são “gente de bem”. “Gente de bem” para ele são as pessoas que superaram dificuldades na vida e conseguiram um status fora da vida marginalizada pela sociedade, isso por que “[...] tendemos a caminhar para um terrível processo de estigmatização, quanto a esses atributos acrescentamos, ao se tratar de jovens pobres, necessariamente, a qualificação de violentos e marginais” (ADORNO *apud* DAYRREL, 2002, p. 100).

A marginalização de indivíduos existe e ela remete a ideia de que a pobreza é algo que as pessoas escolhem ter, o local de moradia insalubre é algo escolhido, entrar para o mundo do crime é uma situação em que houve somente a escolha do indivíduo. Dependendo do indivíduo que tenha praticado um crime, o crime é banalizado ou não, e dependendo do tipo de crime que se tenha praticado ele é naturalizado e justificado ou não.

“B”, que mora no município e atua como policial militar em Paraty há 10 anos, faz parte das ações inseridas no planejamento das políticas de segurança pública do município. Ele tem experiência em ações de rondas nos bairros em torno do Centro Histórico, áreas consideradas violentas no município, e contou sobre algumas ações das políticas de segurança da cidade. Em uma das falas “B”, menciona sobre a ponte que faz ligação entre o Centro Histórico e o bairro Ilha das Cobras. Segundo “B” após a inauguração dessa ponte, o índice de assalto ao Centro Histórico aumentou, e que por isso foi necessário ficar uma viatura da polícia militar na entrada que dá acesso a ponte pelo lado do Centro Histórico. Para “B” o acesso do bairro permite que assaltantes frequentem a cidade, segundo “B”:

A ponte que liga a Ilha das Cobras ao Centro Histórico foi pensada na gente de bem, é lógico que foi pensada nas pessoas de bem, e pessoas de bem estão usando aquela ponte, mas também trouxe uma dor de cabeça pra segurança pública, não tinha necessidade de uma viatura ficar ali tomando conta de uma ponte, está tendo que ficar ali uma viatura. Logo depois da construção começou a aparecer incidentes de assaltos ali (“B”, 2020).

Para “B”, grande parte das atividades do aparato público de segurança está direcionada a intervenção as drogas, há apreensão todos os dias, e sempre nos mesmos bairros, Ilha das Cobras e Mangueira (bairros vizinhos com facções criminosas diferentes). Ele indica a Praça da Matriz³⁹ como um território neutro, em que crianças e adolescentes de bairros e facções diferentes utilizam para venda de drogas entre os turistas. Segundo “B” os

³⁹ Praça da matriz (Praça Monsenhor Hélio Pires, é o núcleo mais antigo de Paraty, se localiza no Centro Histórico, é um dos principais pontos turísticos da cidade.

grupos de vendas se localizam nos quatros cantos da praça, cada canto com seus respectivos grupos, de seus respectivos bairros e facções. “B” me incentivou a observar a dinâmica dos grupos na praça, segundo ele:

“Se você sentar na praça, e ficar ali, qualquer horário, você vai ver o carinha da bicicleta, ou o cara que está ali e sai e entra na ruazinha, pra você ver como funciona, vai um dia e fica ali, senta no banco da praça e observa” (“B”, 2020).

“B” destaca ainda que a atuação da polícia no município está relacionada à apreensão de drogas, e que grande parte dessas apreensões estavam em poder de adolescentes. O que “B” relatou a partir da experiência dele como policial militar em relação às crianças e adolescentes com o consumo e venda de drogas, também foi relatado pelo diagnóstico sobre os homicídios no município produzido pelo Instituto Iguarapé, que diz:

(i) as mortes são decorrentes de disputa por pontos de venda de drogas entre facções organizadas que estão presentes na cidade, similar às dinâmicas encontradas na cidade do Rio de Janeiro e (ii) as mortes estão relacionadas a outras dinâmicas do comércio de drogas como o não pagamento de dívidas por usuários e busca de afirmação e status de poder por parte de Jovens (SANTOS; CASTRO; ANUNCIACÃO; RISSO, 2019, p. 22).

“B” demonstra descredito quanto às notícias e repercussão relacionadas à violência, principalmente no que diz respeito ao município de Paraty, para ele as notícias estão fora do contexto.

“Sobre a violência na cidade, é uma cidade pequena, mas recebe muita gente, ela triplica ou até quadriplica o número de pessoas, porém eu não concordo quando a mídia fala que Paraty é uma cidade violenta, porque eles colocam de maneira impensada, porque o número de habitante da cidade não pode ser relacionada à quantidade de crimes que acontecem na cidade, porque como eu falei, tem 4 vezes mais pessoas itinerantes na cidade, então numa cidade que tem uma população maior normalmente tem de acontecer mais violências (“B”, 2020).

Sem citar o nome do pesquisador Júlio Jacobo Waiselfsz, “B” relatou o descrédito que sente pelo trabalho de um pesquisador sobre a violência em Paraty, que mencionou e criticou o fato de Paraty estar em “48° no hanking, como o município onde possui mais Homicídios por Armas de Fogo (HAF)” (WASELFISZ, 2016, p. 43), “B” disse que leu uma matéria de jornal em que mencionava essa classificação, com bases em um estudo construído por um sociólogo. A crítica que “B” fez não foi pelo fato do município estar entre os municípios do Brasil que possui mais esse tipo de homicídios (por 10 mil habitantes), mas pelo fato do pesquisador colocar a cidade em evidencia, expondo essa realidade, prejudicando a imagem pacata e a busca de um turismo satisfatório. O fenômeno incomoda “B”, e ele insiste durante a entrevista em reforçar sua opinião sobre a situação de Paraty em relação à violência, mas desconsidera estudos sociais sobre o tema, e generaliza condições sociais dos indivíduos.

Durante as entrevistas foram apontadas diversas questões e demandas da juventude. Perguntei a “B” sobre os projetos sociais voltados a juventude, ele relatou não concordar que o esporte possa contribuir de forma positiva para a formação do indivíduo, disse que apenas instituições profissionalizantes como o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) podem preparar o jovem

adolescente para o futuro, e que o incentivo e o investimento ao esporte e ao laser seriam uma forma da máquina pública garantir as eleições, apenas isso.

Eu sou uma pessoa que não concordo com foco de você abrir escolinha de futebol, eu não concordo com isso. Eu concordo sim como da minha época, eu concordo com SENAI, SENAC, que são instituições que você aprende com 16, 19 e sai preparado (“B”,2020).

A entrevista com “B” foi fundamental para compreender o seu posicionamento, que pode revelar também o pensamento de uma parte da população, quanto ao aspecto das ações da segurança pública do município e de que forma são pensadas as ações sociais direcionadas as crianças, adolescentes e jovens.

Para “B”, há uma necessidade de ocupar a vida de crianças e adolescentes (12 a 18 anos de idade) com projetos e ações voltadas à formação profissional, possivelmente “B” não consegue estabelecer ligações entre formação humana com diversas atividades além da profissional, não consegue perceber que quando ele diz “ocupar” ele está se referindo em ocupar apenas para a vida do trabalho, sem a criança e os adolescentes utilizarem de seus direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garantem o lazer e o esporte, além da educação e profissionalização.

ART.4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao **esporte**, ao **laser**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 19).

No Estatuto da Juventude, diz que a juventude é considerada entre 15 a 29 anos de idade, e que assim como o ECA, a família, a sociedade e o Estado devem assegurar um convívio familiar e comunitário, e o direito a educação, laser e a profissionalização (...).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Estatuto da Juventude, 2013, p. 9).

5.3.3 Ação III - Um adolescente.

“C” é um adolescente de 16 anos de idade, reside na rua que divide dois bairros, Ilha das Cobras e Mangueira, os bairros possuem conflitos gerados por duas facções criminosas Comando Vermelho (CV) e Terceiro Comando (TC). “C” é um adolescente que frequenta projetos sociais direcionados aos adolescentes do município, de diversos bairros. “C” também é um dos produtores de um dos filmes curta metragem (<https://youtu.be/acqj57hyT-M>) que assisti em uma mostra de filmes organizado por “A” na Escola Municipal Professora Pequenina Calixto no final de 2019.

Conseguí o contato desse adolescente através de “A”, marcamos a entrevista e ele sugeriu o local. A entrevista aconteceu na Casa de Cultura, ele disse que não poderíamos

realizar a entrevista na casa dele, pois o local não seria adequado para mim que não sou do bairro, pois haveria uma possível estranheza da minha presença na localidade.

“C” é um adolescente que se expressa de forma gentil e doce, gesticula com as mãos enquanto fala, possui uma dicção muito boa, parece ser disciplinado e dedicado em suas atividades, como estudante do Ensino Médio, como aluno praticando atividades em projetos e como filho. Durante nossa conversa, “C” falou sobre seus sonhos, seus projetos para o futuro e também sobre seus medos. Essa foi uma das entrevistas que mais criei expectativas em realizar, pois é um jovem com uma vivência dentro do campo desta pesquisa, é um sujeito que se enquadra dentro do tema deste estudo. Foi uma conversa tranquila e amigável, foi gratificante observar como os projetos sociais podem criar possibilidades diferenciadas para o futuro de um indivíduo.

“C” expôs suas demandas, medos e angústias pessoais, todas relacionadas às violências que fazem parte do cotidiano de vida dele e dos outros adolescentes com as realidades sociais que ele compara as dele. Ele é um adolescente que procura ocupar seu tempo ocioso com atividades em projetos sociais, é bailarino clássico em um projeto de dança de uma instituição vinculada ao CMDCA, estuda em um colégio estadual de tempo integral.

O filme produzido por ele retrata as vivências dos jovens nas periferias do município, as violências seriam um dos principais problemas relacionados à juventude no município. O filme tem uma dedicatória: “Dedicado à memória dos que a violência levou”. O curta metragem produzido pelo adolescente tem o título “*Violência em Paraty*”, ao assistir ao filme a impressão que tive foi de que esses jovens fazem um pedido de socorro. Eles falam em apenas quatro minutos sobre a violência e violações dos direitos, o filme é impactante, e produziu em mim sentimentos de impotência e incomodo pessoal, são experiências vividas por muitos jovens da região e do restante do Brasil:

“[...]então a gente pensou em produzir um curta metragem que falasse às coisas que estavam engasgadas em todos os jovens” (“C”, 2020)

Na entrevista, “C” menciona algumas vezes sobre segurança, sua preocupação está voltada para a questão da política de segurança pública, e segundo ele, deveria haver no município um policiamento amplo e eficaz que correspondesse às necessidades da população diante de tantas violências.

Mas uma coisa que eu queria que resolvesse dentro da cidade era a segurança, pra gente tentar conseguir resolver isso eu acho que eles deveriam aumentar o nível de segurança da cidade, botar mais viaturas, botar mais policiais dentro da cidade, para o morador ter a segurança que ele precisa, porque hoje em dia tem muitas pessoas trabalhadoras que chega cansado ou às vezes está chegando a casa e se depara com tiroteio no meio da rua, ou às vezes briga mesmo (“C”, 2020).

“C” percebe a segurança pública relacionada ao policiamento ostensivo, para ele, a polícia precisa atuar mais na cidade, e mais precisamente nas comunidades como a dele. Hoje a polícia tem quase exclusividade no desempenho das políticas de segurança, incluindo as políticas de segurança em nível municipal. Porém, a polícia não atua, em grande parte, com apoio das comunidades, na maioria das vezes não há entre a comunidade e policiais uma cumplicidade. Segundo Gomes (2010), depois de anos de atuações repressoras e violentas, a polícia ficou cada vez mais isenta dos vínculos com o cidadão, o conhecimento das condições sociais das comunidades não fazem parte das atuações da polícia, esse distanciamento e incredulidade com o trabalho da polícia impossibilita uma política mais efetiva e dificulta o combate à violência, apesar de existir cada vez mais um discurso de que a atuação da política

precise mudar e possuir características que viabilize a afetividade e o respeito entre agentes policiais e comunidade.

Com o reconhecimento de que era preciso repensar a gestão da segurança pública, vêm acontecendo mudanças na concepção de polícia nos últimos anos. Ganhou força a ideia de que o enfrentamento da criminalidade deve investir também em ações preventivas e, para que a prevenção seja eficaz, a polícia deve buscar o apoio da população, pois é ela que mais conhece os principais problemas e características de sua comunidade. Sem saber onde e como os crimes ocorrem, o alcance da atividade policial diminui significativamente. Assim, faz parte da rotina de um policial estabelecer laços com a população e acumular conhecimentos sobre sua área de trabalho, sendo a informação sua principal ferramenta de trabalho (GOMES, 2010, p. 14).

“C” é um jovem que apesar de vivenciar diariamente o ambiente violento, vem conseguindo suportar e superar as dificuldades, como morador de uma das ruas mais violentas do município, que se localiza entre os bairros comandados com facções rivais, Ilha das Cobras e Mangueira, “C” é um jovem que não perdeu a esperança do mundo, consegue sonhar e almejar um futuro fora do ciclo do turismo predatório, do qual a cidade tem como bases econômicas. “C” diz que deseja ser um bailarino famoso, quer seguir sua vida profissional na dança, e acha que todos os jovens deveriam poder ter oportunidade de escolhas.

5.3.4 Ação IV- Sesc Paraty.

Conheci “D” em uma reunião que aconteceu no dia 29 de janeiro de 2020, no prédio da Secretaria Municipal de Assistência social e Direitos Humanos de Paraty. Na reunião participaram diversos representantes de instituições e projetos sociais direcionados a crianças, adolescentes e jovens. No início da reunião todos os representantes dessas unidades se apresentaram e contaram sobre seus respectivos projetos. “D” falou um pouco de sua trajetória juvenil e sua atual ocupação relacionada às juventudes da localidade. Ao término dessa reunião resolvi conversar com ela e a convidei para participar da construção desta pesquisa. “D” aceitou, e marcamos um dia para a realização da entrevista. No dia marcado fui ao encontro dela, no prédio administrativo do Sesc, onde ela trabalhava.

“D” é uma jovem moradora de um dos bairros considerados como área de avanço da criminalidade no município: Bairro Corisco. Ela é uma das coordenadoras de projetos da unidade Serviço Social do Comércio (Sesc) em Paraty. Segundo “D”, a unidade Sesc Paraty só trabalha com a cultura, a unidade é um centro cultural localizada no Centro Histórico de Paraty, ao lado de um dos principais cartões postais da cidade, a Igreja Santa Rita. Ela demonstra paixão pelo seu trabalho com os jovens, o trabalho dela é incentivá-los a criarem projetos a partir de suas próprias demandas individuais ou coletivas. Após a construção, ela avalia o projeto, e se for aceito, a unidade Sesc Paraty financia o projeto criado, o Sesc Paraty parece desenvolver um trabalho que envolve os jovens a um processo de criação de projetos voltados para a própria comunidade, “Os programas e projetos para a juventude liderados pelos próprios jovens são cada vez mais abundantes, embora enfrentem desafios para escalar seus projetos e de financiamento” (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020, p.10).

Para “D”, os adolescentes precisam ter a possibilidade de se prepararem para a vida adulta, terem suas demandas atuais inseridas em políticas públicas que contemplem diversos aspectos necessários ao desenvolvimento físico, mental e socioemocional:

A juventude de Paraty, a gente percebe que, elas necessitam de ser ocupadas, elas precisam estar ocupadas com cultura, com esporte, com laser, com saúde, elas precisam dessa política (“D”, 2020).

Neste sentido, outras atividades além da educação escolar fazem parte do desenvolvimento humano. Para “D”, a ocupação para a juventude estaria relacionada à garantia dos direitos, que possibilita o jovem usarem suas energias e criatividade em atividades que são criadas através das oportunidades oferecidas pelos projetos sociais. Assim, “As iniciativas lideradas por jovens são particularmente adequadas para alcançar grupos em situação de risco, a fim de evitar que eles se (re) envolvam em comportamentos violentos” (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020, p. 47), para “D” além da participação dos jovens nas atividades em projetos sociais, é importante também que ele seja o protagonista dos projetos e ações, pois os jovens conhecem e se reconhecem como sujeitos pertencentes às condições difíceis em suas comunidades, eles conseguem identificar as situações adversas de suas localidades e podem criar atividades que atraem jovens nas mesmas condições sociais que eles.

Gomes (2010) diz que, crianças, adolescentes e jovens, precisam ocupar o tempo com atividades e projetos sociais, no entanto, essa ocupação deve ser considerada como direitos e deveres da sociedade, essa ocupação faz parte da formação humana do indivíduo, e não deveria estar relacionada somente como uma ação de prevenção a violência. Para Muggah e Pellegrino (2020) “O uso do esporte e recreação como meios para prevenir a violência é bastante difundido no Brasil” (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020, p. 43), eles são usados como forma de ocupar o tempo ocioso, mas também tem o objetivo profissional, preparando o jovem para uma possível oportunidade nas áreas dessas atividades.

Um projeto cultural, esportivo ou educacional para jovens de determinada comunidade não pode ser considerado de prevenção da violência pelo simples fato de ser realizado em uma comunidade com altos índices de homicídios ou porque a atividade “ocupa o jovem e o afasta da criminalidade”. O projeto deve existir porque a cultura, o esporte ou a educação são importantes para sua formação e são direitos garantidos a todos os jovens, independentemente de sua origem social (GOMES, 2010, p. 6).

5.3.5 Ação V – O instrutor do projeto.

Conheci “E” através de um amigo em comum, e a partir disso iniciei visitas ao o projeto social Ruah Skate para avaliar se seria possível observar e acompanhar as aulas das crianças e adolescentes do bairro Ilha das Cobras. Entrevistei “E” em uma dessas aulas na Praça da Paz, no bairro Ilha das Cobras. Segundo “E”, Ruah quer dizer folego divino em hebraico. “E” é o instrutor das aulas desse projeto, que foi criado por ele em 2016. Após um tempo, o projeto passou a ser apoiado pela Associação Liberdade de Surfar, que acolhe projetos sociais e investe neles através de apoio de financiadores. O projeto existe há três anos e atende um grupo de alunos desde crianças com cinco anos até jovens de 20 anos de idade. As aulas de skate acontecem três vezes na semana, com uma turma pela manhã e uma turma à tarde.

“E” relatou que para ele, o ambiente influencia a entrada das crianças e adolescentes ao mundo do crime, esse ambiente possuindo diversos tipos de violências se torna um ambiente mau para a criança, que naturaliza a violência que ela sofre e acaba reproduzindo depois.

“Eles veem isso lá dentro e vem aqui pra Praça da Paz, um ambiente neutro, onde tem pessoas de vários bairros então eles acabam impondo esse ódio que eles têm lá” (“E”, 2020).

O ambiente é capaz de ajudar na construção saudável do sujeito, porém o ambiente não é o definidor da construção das personalidades. No entanto, ele faz parte dessa construção. Para Bourdieu (1989), os conflitos surgem com a tentativa de rompimento a estrutura “estruturada”, isto é, os interesses por classificações diferentes impulsionam o indivíduo a quebrar regras.

Mas isso não é tudo: a “realidade”, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais “naturais” apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima (BOURDIEU, 1989, p. 115).

As violências que “E” relata, das quais as crianças e adolescentes são as vítimas e reprodutoras, parecem estar relacionadas ao processo em que Bourdieu descreve em seus conceitos, onde sinaliza a força que uma imposição produz, simbolicamente caracteriza-se essa imposição como um tipo de violência. Possivelmente, um indivíduo convivendo em um ambiente que naturalizam diversos tipos de violências, ele tende a dar continuidade a esse processo, e até o movimento de rompimento desse processo causam conflitos. Pois um jovem ao entrar no mundo do crime ele estaria fadado a ser estigmatizado e rotulado pela sociedade como criminoso, e a tentativa de sair desse circuito também pode levar a desavenças com membros dos grupos dos quais ele faz parte. Bourdieu em “*O Poder Simbólico*”, discute o tema e conceitos sob macro perspectivas, nesta análise sobre os adolescentes e jovens envolvidos na reprodução da violência e os conflitos que isso causa, reduzi a uma micro perspectiva.

Com o contato direto com as crianças do projeto e o trabalho que faz de evangelização para crianças, adolescentes e jovens do bairro Ilha das Cobras, “E” possui uma vasta experiência e conhecimentos sobre fatos relacionados às violências do local, disse que perdeu alunos para a violência, um deles era um adolescente de 14 anos, estava acompanhado de outro adolescente de 16 anos de idade, ambos foram assassinados a tiros na Praça da Matriz.

Tem uma história que um jovem que a gente atendia aqui chegou a andar de skate algumas vezes e se envolveu com tráfico, acho que tinha uns 14 anos, aí começou até a trabalhar, a gente colocou ele pra trabalhar em uma oficina de bicicleta e tal, só que ele acabou se envolvendo, não aguentou a onda da influência né, se envolveu com um pessoal e foi morto, levou tiros no Centro histórico há uns dois anos atrás (“E”, 2020).

A história relatada por “E”, esteve estampada nos jornais do dia 10 de setembro de 2018, um deles, G1⁴⁰, com o título: “*Dois menores são mortos a tiros no Centro Histórico de Paraty, na Costa Verde do Rio*”, segundo a matéria outros dois jovens cometeram os crimes, um de 19 anos que foi preso no mesmo dia, e o outro um adolescente de idade não revelada na matéria, que estaria foragido. Essa história pode ser vista como exemplo do ciclo da violência no município, a origem, como ela age diretamente no direito do outro, e como ela segue uma

⁴⁰<https://www.googleo.com/amps/s/g1.globo.com/googleo/amp/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/09/10/dois-menores-sao-mortos-a-tiros-no-centro-historico-de-paraty-na-costa-verde-do-rio-ghtml>

vivência de conflitos e perdas, entre “matar ou morrer”. De acordo com a “Comunitas⁴¹”, o conflito gerado pelo sentimento de vingança e a disputa por territórios, parecem ser um dos principais motivadores para esse tipo de crime entre os adolescentes do município.

A quantidade de homicídios ocorrida no município é alta desde pelo menos a segunda metade da primeira década dos anos 2000. Além disso, o perfil do público afetado pela violência é similar ao nacional: majoritariamente homens jovens de até 24 anos vítimas de arma de fogo. Em anos mais recentes, observa-se um crescimento de adolescentes envolvidos na dinâmica da violência letal.” (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 21).

“E” parece conhecer muito bem os jovens do bairro Ilha das Cobras, ele é membro de uma das Igrejas pentecostais do bairro. Entre suas atividades dentro do bairro, ele faz um trabalho de evangelização dos jovens da “bocada”, palavra usada por ele para classificar o local onde os jovens traficantes ficam. “E” consegue entrar nesses locais com consentimento desses jovens. O trabalho de evangelização nesses locais é comum.

Paraty é bem violenta, Paraty pela proporção ela é muito violenta. Faço trabalho com evangelismo também com a Igreja então a gente entra nas “bocadas”, a gente vê que, eles aceitam bem a gente, a gente entra, fala, infelizmente até filhos de pessoas que tem uma vida religiosa acabam entrando nesse meio. Ilha e Mangueira são duas facções diferentes, Comando Vermelho (Ilha das Cobras) e o Terceiro Comando (Mangueira), e a gente vê que, a violência entre eles é muito grande, um matando o outro, na verdade a maior parte da violência aqui não é nem assalto, é a questão mesmo dele, entre eles. E acabam atingindo pessoas inocentes na rua, a questão é entre eles mesmo. Acerto de contas, um tá devendo e eles vão lá e, às vezes por coisa boba acabam matando (“E”, 2020).

Segundo Fajardo (2011), “Em locais onde o estado está menos presente, outras instituições ganham um papel de importância na inclusão socioeconômica de populações segregadas” (FAJARDO, 2011, p. 8). O autor se refere às Igrejas pentecostais, que ganharam notoriedade em seu crescimento nas periferias em todo o Brasil, “O pentecostalismo é o grupo religiosos que mais cresceu no país nas últimas décadas” (FAJARDO, 2011, p. 1). Toledo (2019) faz um estudo sobre a relação entre lazer, periferia e juventude, para discutir o crescimento do pentecostalismo.

Outra importante transformação no campo religioso brasileiro nas últimas três décadas tem sido o crescimento dos adeptos das religiões evangélicas. Dados dos últimos censos demonstram uma correspondência de 6,6% da população brasileira em 1980 e 1991, 14,6%, constatadas nas apurações do censo de 2000, saltando para 22,2% em 2010” (TOLEDO, 2019, p. 615).

Com esse crescimento, as instituições pentecostais ganharam “poder” dentro das comunidades, acabam fazendo o papel de mediadores entre a comunidade e o estado e absorvem um papel que deveria ser do estado. Para Fajardo, um dos aspectos mais importante para esse crescimento da Igreja nas comunidades seria o fenômeno da migração, segundo ele:

Dentre os atores sociais envolvidos no desenvolvimento urbano das metrópoles brasileiras, os migrantes adquirem grande importância, por serem

⁴¹ <https://www.comunita.org>

os mais afetados pelas consequências desse desordenado processo de concentração urbana (FAJARDO, 2011, p. 5).

“E” também evangeliza as crianças, adolescentes e jovens que frequentam as aulas de skate, ele diz que criou o projeto depois que assistiu a um vídeo de um pastor⁴² do estado de São Paulo, esse pastor ensinava crianças a praticar skate e durante as aulas o pastor evangelizava as crianças, foi quando “E” decidiu fazer a mesmo com as crianças, adolescente e jovens do bairro Ilha das Cobras, “Quando eu vi um pastor em SP e achei legal, me identifiquei, e arrumei um skate e vim pra cá sozinho e as segundas feiras eu treinava eles e lia a Bíblia”.

A figura 19 mostra a Bíblia que “E” utiliza em todas as atividades de evangelização, essa imagem é de uma das aulas de skates (Figura 19).



Figura 19: A Bíblia de “E”, utilizada nas atividades do projeto.

Fonte: Associação Liberdade de Surfar, 2019.

É preciso mencionar que, a criminalidade nos bairros Ilha das Cobras, Mangueira e outros bairros dominados pelo crime organizado com atividades relacionadas ao tráfico de drogas, possui um poder paralelo e dividem os territórios de acordo com os conflitos e tomadas de poder. Como já mencionado anteriormente, os bairros envolvidos nos conflitos, são disputados por duas facções criminosas, os membros dessas facções são crianças, adolescentes e jovens do município, mas, há relatos de que, o medo dos moradores e a sensação de insegurança aumentaram porque ultimamente os considerados chefes dessas atividades nos bairros, não são mais os conhecidos moradores, são jovens vindo de outras regiões e por não conhecerem os moradores o tratamento se torna agressivo e violento.

Até o fim da pesquisa, nesses bairros dominados pelo poder paralelo, não há relatos de atividades da milícia. As milícias são compostas por policiais e bombeiros, justificam suas atuações como forma de combate ao tráfico de drogas e a violência nas localidades, geralmente é apoiada por parte da sociedade, os discursos acabam legitimando as violências praticadas por milicianos contra os moradores das comunidades. (CANO, *et al.*, 2012)

Nos bairros do Rio de Janeiro essas atuações de milicianos são comuns, a milícia no Rio de Janeiro está associada ao:

- A) Controle territorial e populacional de grupos armados irregulares; b) coação contra moradores e/ou comerciantes locais; c) motivação de lucro individual dos integrantes do grupo; d) discurso de legitimação em oposição ao narcotráfico e à desordem social; e) participação aberta de agentes

⁴² <https://noticias.adventistas.org/pt/pastor-evangeliza-skatistas-surfistas-e-motoqueiros-em-sao-paulo>

armados do Estado em posições de comando dos grupos (CANO, *et al.*, 2012, p. 58).

Nos bairros não dominados pelas facções de tráficos de drogas, moradores relatam que, há movimentações e atividades de milicianos. Os relatos de moradores são variados, como apropriação indevida de terras alheias, extorsão e intimidação a moradores, parece ser o início de uma atividade ligada às características correspondida ao poder da milícia. “[...] o papel de regulador social das milícias é similar ao exercido pelo narcotráfico, que também recebe um apoio parcial dos moradores das comunidades” (CANO, *et al.*, 2012, p. 59), não seria exagero imaginar a cidade daqui uns anos ou menos, a cidade de Paraty já acumula problemas em relação ao poder paralelo, e as milícias começam a exercer suas atuações dentro de outros bairros, pelo que consta, os mais afastados do centro da cidade.

5.3.6 Ação VI - Coordenadoria da Juventude de Paraty.

Conheci o jovem “F” em um evento na Casa de Cultura de Paraty, o evento foi organizado pelo CMDCAP. Depois desse evento, passei a perceber a presença de “F” em todas as reuniões e eventos que frequentei, em um deles convidei “F” para participar da construção da pesquisa. Marcamos um dia para a entrevista, “F” escolheu ser entrevistado na Sala de Cinema, localizada na Praça da Matriz, um dos principais cartões postais da cidade. “F” foi muito solícito, e respondeu minhas mensagens via WhatsApp sempre que solicitei informações. A partir dos primeiros contatos, passamos a nos cumprimentar afetuosamente.

“F” é um jovem nascido e criado em Paraty, é de uma família que pôde dar oportunidades de concluir os estudos, morou em outro município, se formou e voltou pra Paraty. “F” articulou um grupo de jovens e junto com eles criou ações que pudessem tornar visíveis às demandas juvenis do município. Começou o envolvimento com juventude através da Igreja Batista, coordenando jovens na Igreja, e depois assumindo a direção da Juventude Batista da Costa verde. Com a visibilidade que ganhou sendo representante do projeto “Chega Junto”, foi convidado pelo então prefeito de Paraty a assumir a Coordenadoria municipal da juventude e dar início a ações articuladas com as demandas do município. No final do ano de 2020, “F” deixou o cargo na Coordenadoria da Juventude de Paraty para disputar as eleições para vereador. “F” conseguiu se eleito um dos vereadores do município.

“F” relata sobre a situação das crianças do bairro. Segundo ele, as crianças da Ilha das Cobras e Mangueira se dão bem, no entanto, há o medo que as impedem de se relacionarem de forma natural, medo gerado pela violência de fato, e exposto inclusive pelos adultos responsáveis pelas crianças, e também pela direção da escola que impede de fazer a matrícula das crianças do bairro Ilha das Cobras na Escola Municipal Parque da Mangueira, no bairro Mangueira, vizinho a Ilha das Cobras.

Eu acredito que é esse medo do que vai acontecer posteriormente, quando eles se tornarem adolescentes, de sofrerem retaliações por causa dos pais (“F”, 2020).

Os conflitos parecem gerar um sentimento de ameaça e medo constante, o cotidiano de uma comunidade violenta, passa a ser moldada conforme as ações violentas determinam e influenciam as práticas diárias dos moradores dessa localidade, “Seguindo as pistas dos medos, pode-se dizer que o “medo do outro” nos tornou presa fácil para outro temor avizinjado do primeiro: o da violência” (DIÓGENES, 2011, p. 213).

“F” é um jovem evangélico, criado com ensinamentos bíblicos, e quando adolescente continuou seguindo a doutrina cristã participando das atividades dentro da Igreja, e iniciou seu trabalho com a juventude dentro dessas atividades, “pelo fato de eu ter trabalhado com a

juventude dentro da Igreja, isso me deu a oportunidade também de eu rodar a cidade toda, graças a Deus”, assim, “*F*” conseguiu adquirir experiências e reconhecimentos e ganhou espaço na administração pública.

Comecei meu envolvimento com juventude através da Igreja Batista, coordenando jovens na Igreja, e depois assumindo a direção da juventude batista da Costa verde. A partir daí fui ganhando espaço dos movimentos e, assumi um projeto social no bairro do Condado chamado “Chega Junto”, e lá ganhei uma certa visibilidade através do trabalho, e fui convidado pelo prefeito Casé, que era o prefeito da época, pra assumir, dar início a Coordenadoria municipal da juventude (“*F*”, 2020).

Toledo e Cassab (2019), em seu estudo sobre o crescimento da juventude nas Igrejas pentecostais, conclui que, as Igrejas propõem aos jovens uma dinâmica de cotidiano voltado a sociabilidade, para as autoras esse espaço compõe uma diversidade de atrativos, além da doutrina cristã, nele o jovem cumpre determinadas funções. No caso de “*F*”, ele atribui sua atuação com jovens atualmente, as ações que realizava quando fazia parte das atividades da Igreja.

As respostas nos permitem perceber que a instituição religiosa se apresenta não apenas como um espaço propício à manifestação da fé, mas na oferta de atividades que tentam ocupar o jovem. Percebe-se também que ela se constitui como um espaço de proteção diante dos perigos da rua, identificados pelos próprios jovens (TOLEDO; CASSAB, 2019, p. 629).

“*F*” ao falar sobre a violência, expõe a sua opinião, para ele “a sensação de violência às vezes acaba sendo maior que a violência de fato é, não deixando claro, de assumir que a cidade em uns anos aí, principalmente por volta de 2008, a violência tomou proporção assustadora”. Segundo “*F*”, a cidade não é tão violenta quanto dizem ser, mas admite que, a cidade de tempos em tempos ocupa algum destaque nos índices relacionados à violência. Ele nos revela a provável origem, segundo a opinião dele, sobre o crescimento da violência na cidade, há quatro aspectos que influenciaram nesse crescimento:

Aspecto 1- “[...] a gente passou por um período muito longo na cidade sem se preocupar com isso também, acho que a gente acreditou que pelo fato de Paraty ser distante dos grandes centros a gente estava imune a todas essas loucuras que estavam acontecendo. Era muito difícil a gente sentar pra conversar sobre políticas públicas relacionadas à segurança pública, a gente tinha ideia realmente que Paraty era uma cidade extremamente tranquila”;

Aspecto 2- “a gente teve um período longo da cidade que educação por exemplo foi deixado de lado, isso é um fato mesmo, a gente se fosse em escolas municipais, nas regiões costeiras a gente via o estado das escolas bastante precário, creche que na minha opinião é algo fundamental, a gente tinha pouquíssimas vagas, até pouco tempo atrás eram 150 vagas de creche para o município inteiro, isso era uma coisa que também influenciava bastante”;

Aspecto 3- “a construção, que criou a divisão da cidade que é o aeroporto que dividiu a cidade em duas, a gente pode dizer também um pouco sobre a especulação imobiliária nas zonas costeiras, que rolou muito de pescadores, moradores de locais tradicionais virem morar em bairros como a Ilha das Cobras e mangueira, e ainda com esse aeroporto no meio dividiu, então foi bastante complicado”.

Aspecto 4- “A violência na cidade, creio eu que ela ganhou uma proporção diferente a partir das UPPs que aconteceu no Rio, no governo do Sérgio Cabral na época, em que a gente aqui de Paraty que tinha uma facilidade de conhecer todas as pessoas da cidade, a gente começou a presenciar, a gente começou a perceber a presença de pessoas diferentes, de pessoas que estavam vindos de outras cidades, e que aos poucos a gente percebia que eram pessoas novas que estavam vindo viver pra cá. Umas delas vindo realmente dessas políticas de segurança que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro principalmente” (“F”, 2020).

O primeiro aspecto, diz respeito ao longo período de abandono do Poder público em relação à segurança pública, segundo “F”, enquanto a violência estava localizada somente dentro da Ilha das Cobras, era visto com naturalidade e desprezo pela situação por parte dos governantes da cidade; o segundo, fala sobre a falta de estrutura em relação à Educação do município, esse aspecto também era desprezado pelo Poder Público, implicando inclusive a falta de acesso a vagas nas escolas pelas crianças do município.

No terceiro apontamento “F” fala sobre o aeroporto da cidade que fez uma divisão entre a cidade e dois bairros periféricos, um deles é o bairro Ilha das Cobras. Segundo “F”, o aeroporto segregou os bairros, possibilitando a ideia de que, o lado de lá possui bairros onde a marginalidade impõe suas regras, de fato há facções diferentes que impõem regras no cotidiano dos bairros, e isso é um dos problemas que os moradores do local são obrigados a conviver. A especulação imobiliária, segundo “F” foi um dos fatores marcantes na vida dos paratienses que dificultou bastante o estilo de vida das comunidades tradicionais, esse fato obrigou muitas famílias a abandonarem suas terras e se alojar na Ilha das Cobras, o bairro cresceu de forma desordenada, dando margens a diversos problemas, inclusive a violência.

A especulação imobiliária no território de Paraty e os problemas que foram causados por essas ações, têm sido mencionados pelos entrevistados. Notadamente há diversas consequências das ações promovidas por essas especulações e, que tiveram como aliados e cúmplices o poder público municipal juntamente com o poder judiciário local. A convivência travestida de regularidade, afirmou a condição dos caiçaras como algo que pudesse ser descartado, e jogado a própria sorte, com isso a desorganização social se fez presente, com criações de bairros que por anos foram abandonados pelos governos do município. A condição social e econômica dos caiçaras não foi levada em considerações durante os despejos e desapropriações de terras, o morador antigo não poderia provar que eram donos e herdeiros das terras em que residia e mantinha sua subsistência através do seu trabalho com a terra e a pesca. (MELLO, 2009)

Condomínios e mansões tomaram o lugar da população tradicional da região, os conflitos surgiram e continua aflorados, essa situação vem acontecendo durante décadas e parece não haver justiça em relação aos danos cometidos contra essa população. (CARVALHO, 2010)

O quarto aspecto diz respeito à política de segurança do governo de Sérgio Cabral, com a instalação das UPPs nas comunidades do Rio de Janeiro, o tráfico expandiu seus territórios para regiões interioranas do estado do Rio de Janeiro. (COELHO; PROENZA, 2016)

A figura 20 evidencia uma característica do bairro Ilha das Cobras, dentro desse bairro há regras feitas por facções criminosas, uma delas são as regras para permissão da entrada na comunidade, na parede de uma das casas do início da rua está escrito: “CV. Desligar o farol e ligar a luz interna. IDC” é um aviso que diz que o bairro é comandado pela facção criminosa “Comando Vermelho”, e qualquer carro que entrar nas ruas do bairro precisam desligar os faróis (figura 20).



Figura 20: Imagem de uma das ruas da entrada do bairro Ilha das Cobras.
Fonte: Autora, 2020.

No ano de 2016 “F” organizou um grupo de jovens, e junto a eles preparou um documento apontando demandas das juventudes de Paraty, segundo ele, o que motivou essa ação foi constatar através de pesquisas que o município estava se tornando uma das cidades mais violenta do estado. Esse documento foi entregue ao prefeito da época, que se comprometeu em tentar atender ao pedido dessas juventudes.

No ano de 2017 teve um pacto da prefeitura que se chamou “*Pacto pela Paz*”, esse Pacto pela Paz reuniu a sociedade civil, prefeitura, comércio e várias instituições e alguns compromissos foram firmados, a diminuição da violência é uma delas (“F”, 2020).

Um dos compromissos firmados seria a criação da Coordenadoria da Juventude. Segundo a organização da sociedade civil, “*Comunitas*”⁴³ (2017), a prefeitura de Paraty e o Programa Juntos lançou o Pacto pela Paz em setembro de 2017.

O Pacto Pela Paz tem o objetivo de organizar ações que possam auxiliar ao combate à violência no município, para isso articulou uma lista com temas a serem aplicados: 1- Ações de Prevenção a Violência; 2- Fortalecimento da Juventude; 3- Tecnologia no Combate ao Crime; 4- Articulação e Integração com as Polícias, Sistema de Justiça e Sociedade. E dentro de cada item numerado, serão discutidas as criações das ações e de que forma elas poderão ser realizadas. (Comunitas, 2017)

Segundo “F”, para a criação da Coordenadoria da Juventude, foi necessário realizar uma pesquisa, “*O Ideal Imaginário do Jovem de Paraty*”⁴⁴, juntamente com a ação, roda de conversa “*Ciranda de Ideias*”⁴⁵ para auxiliar no entendimento sobre as demandas desses jovens. Assim surgiram as ações como “*Juventude sem Caô*”⁴⁶ que, “[...] a gente vai pra dentro das escolas bater um papo com a molecada sobre temas diversos, sexualidades, profissões, outros temas, o principal que foi o maior foi exatamente sobre segurança pública”, essa ação teve influência no “*Papo de Resposta*”⁴⁷ produzido por policiais nas escolas do Rio de Janeiro:

Eu e dois guardas municipais a gente passou uma semana na cidade da polícia civil no Rio, conhecendo aquele trabalho “papo de resposta” pra

⁴³ <https://www.comunitas.org/prefeitura-de-paraty-lanca-pacto-pela-paz-em-parceria-com-o-programa-juntos/>

⁴⁴ <https://www.comunitas.org/pesquisa-mede-expectativas-da-juventude-em-paraty/>

⁴⁵ <https://www.comunitas.org/ciranda-de-ideias-reune-70-jovens-em-paraty/>

⁴⁶ <https://comunitas.org/juventude-sem-cao-discute-sexualidade-com-adolescentes-de-paraty/>

⁴⁷ <https://www.sindpolrj.com.br/encerramento-ano-programa-papo-de-resposta>

entender um pouco o que era feito por esse grupo de policiais que priorizavam a prevenção e aí a gente voltou copiando um pouco esse modelo, de um bate papo bem aberto sobre o tema com a galera, mesmo quebrando alguns tabus, entrevistando, perguntando esses jovens na escola (“F”, 2020).

Outras ações da Coordenadoria da Juventude são o “*Reaja*”⁴⁸, que é uma ação contra o abuso sexual da criança e adolescente, a campanha foi feita dentro das escolas. “*Meu Corpo Não é Folia*”, campanha contra assédio sexual no carnaval. “*Setembro Amarelo, Não Deixe pra lá*”⁴⁹ uma campanha realizada dentro das escolas e redes sociais e o “*Território da Juventude*”⁵⁰ que tem parceria entre a Coordenadoria da Juventude com as Secretarias da Cultura e Turismo.

Então a gente faz intervenções artísticas em espaços como rodoviária, Av. principal, a Praça da Paz (Ilha das Cobras), nas festas tradicionais da cidade, a gente já ocupou a Flip, a gente já ocupou a Festa de Nossa Senhora dos Remédios, agora dia 31 no Viva Verão, a gente vai estar na quadra, então é dando espaços pra molecada estar agindo mesmo, e incentivando o jovem que é bailarino ou que é artesão, de diversos bairros (“F”, 2020).

5.3.7 Ação VII- O Sociólogo.

Conheci “G” em um evento realizado na Casa de Cultura de Paraty, o evento foi uma Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, nele foram discutidos temas pertinentes à violência, violação dos direitos da criança e adolescente, vulnerabilidade socioeconômica de famílias do município, atuações de projetos sociais para a categoria infanto-juvenil, entre outros.

“G” é vice presidente do CMDCAP, é sociólogo, trabalha e é um dos criadores do Instituto Colibri, atua como gestor de projetos, foi um dos pesquisadores a desenvolver um dos diagnósticos da violência em Paraty. Em todas as reuniões, eventos e conferências que participei como ouvinte, foi servido um lanche, posto sobre mesas grandes que ficam rodeadas pelos participantes, e neste momento as pessoas socializam, trocam ideias, compartilham informações (...). Foi assim que tive a oportunidade de conversar com “G”, falar sobre a pesquisa, e ele, por sua vez, se dispôs a colaborar para possíveis necessidades durante a construção da pesquisa. Trocamos contato e marcamos uma entrevista. Entrevistei “G” na sede do CMDCAP, localizada no bairro Ilha das Cobras.

“G” conduziu a pesquisa “*Diagnóstico de Vulnerabilidade e violações de direitos da criança e adolescente em Paraty-2014*”, essa pesquisa serviu como base para o CMDCAP direcionar a dinâmica da atuação do conselho municipal juntamente as instituições vinculadas ao conselho, para o ano corrente, outro diagnóstico está sendo produzido. Para “G” uma das situações que mais afetaram o município foi à especulação imobiliária, como vimos no decorrer da pesquisa, isso afetou diretamente as comunidades tradicionais, e desestabilizou famílias inteiras. (CARVALHO, 2010).

Outra situação que ele considera problemática é sobre o município ter suas bases econômicas unicamente no turismo, no tipo de turismo predatório. Isso atrai uma população flutuante, isso cria um mercado de consumidor específico, onde exclui as necessidades da população. Segundo Korossy (2008) houve uma expansão econômica no setor de turismo, “[...] assumindo importante papel enquanto fonte de renda para diversos países”, o município

⁴⁸ <https://www.google.com/amp/s/tribunalivrejornal.com.br/juventude-campanha-paraty/amp/>

⁴⁹ <https://www.google.com/amp/tribunalivre.com.br/setembro-amarelo-paraty-coordenadoria/amp/>

⁵⁰ <https://paraty.rj.gov.br/infprmativo/noticias/territorio-da-juventude>

de Paraty se desenvolveu em torno do turismo, estruturou suas bases econômicas neste setor, acelerando e acentuando as condições de exclusão social para a sua população mais vulneráveis.

Entre os principais impactos positivos estão: geração de empregos, desenvolvimento local, construção de infraestruturas e dinamização da economia local. Já entre os efeitos negativos, segundo a OMT (2003), os mais relevantes são: pressões especulativas; ocupação desordenada do espaço; práticas incompatíveis com a utilização do solo; conflitos com valores tradicionais consolidados e standardização dos padrões de consumo. Pode-se citar, ainda, como impactos da atividade turística desordenada: desagregação social, perda de identidade cultural das comunidades autóctones, prostituição, além das alterações no equilíbrio dos ecossistemas (KOROSSY, 2008, p. 59).

O Turismo Sustentável é levado em discussão quando o tema é o reflexo do turismo predatório, e mencionado como uma tentativa de amenizar os impactos negativos que o turismo causa. Segundo Korossy (2008) em 1995, na Conferência Mundial de Turismo Sustentável foi apresentada a “Carta de Turismo Sustentável” e sugere que:

O desenvolvimento da atividade turística não deve ultrapassar os limites do ambiente natural, deve ser economicamente viável e equitativo para as comunidades locais; Deverá haver a participação dos atores sociais envolvidos nos níveis local, regional, nacional e internacional; O planejamento do turismo deve ser elaborado por governos e autoridades competentes, contando com a participação das comunidades locais e de organizações não governamentais, de forma integrada; Defende a adoção de códigos de conduta; Promoção de formas alternativas de turismo (KOROSSY, 2008, p. 62).

Uma das dificuldades dos jovens, segundo “G” é a competição desigual em torno da formação educacional, da preparação desses jovens na vida profissional, para ele, “Tem umas pessoas que crescem em Paraty, cresce com uma cultura da educação de Paraty, e tem uma população que chega e que vão competir os espaços de ocupação e tem vantagens em relação àquele que é da terra”.

“G” considera a questão do território segregado entre bairros, um dos fenômenos causados com a construção do aeroporto da cidade. Para ele a violência no município, por muitos anos permaneceu nos bairros em volta do Centro Histórico, até que alguns anos atrás se tornaram evidentes episódios de violências entre adolescentes e jovens dentro do Centro Histórico. A violência extrapolou e ultrapassou a barreira física e imaginária, e somente assim foi vista pelo poder público, a partir de então a questão da violência em Paraty começou a ser pensada e as políticas em relação a isso começaram a ser construídas.

O fenômeno social vivido pelos jovens impulsionou alguns grupos de jovens da cidade a questionar as condições em que viviam e a pressionar o poder público a construir políticas direcionadas as demandas que eles apresentavam. O movimento dos jovens expôs a necessidade de um olhar mais focado para a violência e a criminalidade da forma como realmente se apresentava. Em 2017, o “*Pacto pela Paz*” foi elaborado e o compromisso firmado pelos governantes da cidade, o Programa é uma política pública com algumas ações, incluindo a construção de equipamentos públicos direcionados a profissionalização dos adolescentes e jovens do município, com o objetivo de profissionalizar e aumentar as chances desses sujeitos nas disputas de vagas por empregos. Toda a construção dessa política de

segurança e as variedades de ações dentro do Programa criado foram relatadas por “F”- Ação VI.

5.3.8 Ação VIII- O Quilombola.

Conheci “H” durante a campanha de eleição municipal para prefeito de Paraty e o reencontrei em eventos e reuniões relacionados aos debates sobre as demandas das comunidades tradicionais. Em algum momento trocamos contato, e depois disso, percebendo que “H” tem conhecimentos sobre as juventudes da região, o convidei a participar na construção desta pesquisa.

“H” foi o único que não consegui entrevistar pessoalmente, isso porque em fevereiro de 2020 entramos em isolamento social por conta da pandemia de Covid-19. Propus a ele que fizéssemos essa entrevista pelo aplicativo WhatsApp, eu enviaria alguns temas como proposta de falas, e ele daria andamento, discorrendo sobre os assuntos, e se eu quisesse saber mais sobre o que ele falasse, eu poderia pedir para ele aprofundar mais em suas falas.

“H” é um conhecedor da política local, nasceu e cresceu em um dos Quilombos de Paraty, começou ainda adolescente a se envolver com política. Deu início em sua vida política e ativista sobre as questões quilombola, participou de diversas organizações relacionadas às demandas das comunidades tradicionais do município. Atualmente continua empenhado em fortalecer o debate em torno das diversidades culturais e étnicas da região.

“H” é um respeitado membro de uma das comunidades quilombolas no município. Empenhou-se junto aos demais representantes nas demandas da Educação Diferenciada e as necessidades das comunidades tradicionais da região da Costa Verde. É conhecedor das questões ambientais e das culturas tradicionais do município, inclusive é produtor de conhecimento, através de elaborações de estudos sobre o tema.

“H” vê a violência em Paraty e a relação da juventude nesse contexto. Segundo ele, em Paraty há poucos espaços existentes para as pautas raciais negras, a pauta na região condiz mais com as questões das comunidades tradicionais, onde inclui as pautas quilombola. “H” percebe que, nos índices sobre assassinatos em Paraty, quem morre geralmente são jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos, de cor parda ou branca, esses jovens estão envolvidos com o tráfico, são de bairros considerados vulneráveis, próximos à zona urbana do município.

Acho que Paraty tem uma configuração que destoa um pouco da média nacional, como a pressão econômica de Paraty está sobre os caiçaras que em geral são expulsos de suas terras, em geral vão ocupar a periferia da cidade, eu acho que a cara da vítima da violência de Paraty é caiçara, pode ter até um recorte racial negro ali que não está dimensionado. Do ponto de vista dessa violência, dessa guerra, instaurada, acho que o povo caiçara que mais sofre. Povos indígenas que é minoritário em quantitativo na cidade, a população negra que é muito invisível, Paraty tem uma população negra invisível, obviamente elas são violentadas também e permanentemente, mas isso nem aparece estatisticamente. Eu sou um militante da questão negra e não consigo falar da questão negra em Paraty, pra fora da questão quilombola, porque é uma questão que realmente desaparece na cidade, e isso é uma forma de violência (“H”, 2020).

A figura 21 mostra os índices que “H” mencionou, 100% das vítimas no município de Paraty em 2019 eram do sexo masculino, 50% delas eram pardas e os outros 50% brancas, contrapondo o índice em nível estadual para o mesmo ano. O estado do RJ, segundo Isp⁵¹, em

⁵¹ <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/grupos.html>

2019 teve 50,2% das vítimas de homicídio doloso de indivíduos de cor parda, 19,2%, de cor branca e 26,4%, de cor preta e outros 4,2% indefinidos. No estado do RJ 93,7% das vítimas eram do sexo masculino e 6,2% eram do sexo feminino, 0,2% sem informações. Isso define uma característica do município, nenhuma das vítimas é considerada de cor preta. Podemos relacionar essa característica com a origem das comunidades do município de Paraty, onde há uma concentração de famílias caiçaras que foram expulsas de suas terras, sendo obrigadas a se instalarem nos pequenos lotes improvisados em bairros como Ilha das Cobras. No município de Paraty o extermínio não é predominantemente de indivíduos de cor preta (Figura 21).

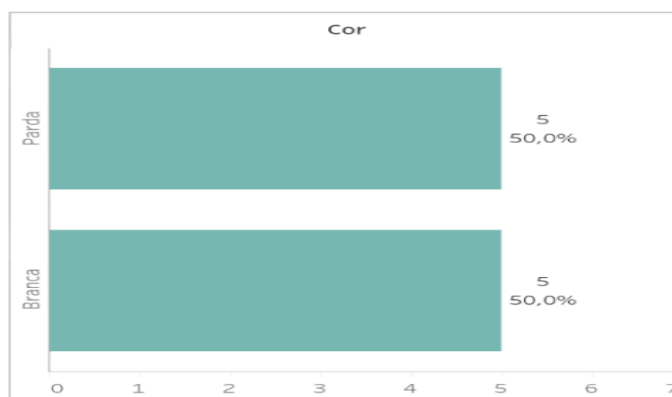


Figura 21: Vítimas por cor- Homicídio doloso. Paraty-2019.

Fonte: Isp, 2019.

Para “H” as violências em Paraty são variadas, e não estão somente produzidas pelas facções criminosas, elas começam muito antes, ainda durante a construção da cidade, com as violências cometidas contra os índios, contra os negros sequestrados e trazidos como escravos, depois elas começam a se reestruturar com outras dinâmicas, com a especulação imobiliária, que há décadas vem causando danos à população tradicional, a institucional e também as violências domésticas, que parecem ser o reflexo da estrutura social. De forma cultural reproduzimos as violências em diferentes esferas:

Acho que essa coisa da guerra de facção é o que grita mais aos nossos olhos, só que a gente sabe que não é a única, em Paraty nós temos um histórico de briga por ocupação de terras, que tem a ver com a especulação imobiliária, isso é uma forma de violência (“H”, 2020).

Para “H” a violência visível, notada na cidade, são as que se apresentam nas estatísticas policial relacionadas ao narcotráfico, porque hoje ela ultrapassou os limites da fronteira entre os bairros considerados perigosos. No entanto, na visão dele as violências causadas através das ações da especulação imobiliária ocorrem durante décadas na região, e é até hoje naturalizada pela sociedade. Siqueira (1984) em “*Genocídio dos Caiçaras*” expõe de forma realista as violências vividas durante décadas pelos caiçaras, população tradicional da qual “H” menciona. A discussão em torno desse tema está exposta no primeiro capítulo desta pesquisa, com subtítulo “*Povos Tradicionais e a Especulação Imobiliária: Interferências na cultura e no turismo*”.

Segundo Scotti, *et al.* (2014) no período de 2013 a 2014 o Conselho Tutelar do município de Paraty destaca que 7,1% dos casos atendidos foram de violência doméstica, 34,4% foram de abandono intelectual, 2,9% foram de violência sexual, 16,0% de negligência por parte dos responsáveis 4,2% de agressão física [...] esses são uns dos índices relacionados

à violência contra criança e adolescente no município, que segundo os autores consta como tipos de violações de direito, do Direito a Vida, Saúde a Alimentação; Liberdade, Respeito e Dignidade; da Convivência Familiar e Comunitária; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Profissionalização e Proteção no Trabalho. Os cinco Direitos Fundamentais, de acordo com ECA, que segundo os autores, “[...] os registros estão concentrados, em maior medida, em dois deles: Convivência Familiar e Comunitária; e Liberdade, Respeito e Dignidade” (SCOTTI, *et al.*, 2014, p. 47). Esses dados são de 2014, e não foram atualizados, porém corrobora com o que “H” nos diz sobre o contexto de violência na cidade.

“H” também percebe que a juventude de Paraty não possui oportunidades para uma formação educacional e profissional, “A juventude de Paraty é sem oportunidades, Paraty não tem formação, nem técnica, nem educação superior”, para ele a juventude de Paraty fica condicionada a trabalhar somente na área de turismo que a cidade oferece, e que a mão de obra é desvalorizada pelo setor. Guattari e Rolnik (1996) discutem como a sociedade tende a reduzir o sujeito às características sociais impostas, o capitalismo condiciona o sujeito a não perceber os mecanismos que destroem a singularidade e criatividade. Neste sentido, não construir oportunidades para jovens do município, perpetua as suas condições atuais, que se sujeitam a servirem como mão de obra barata, sem que consigam criar perspectivas diferentes disso.

Uma das frases considerada mais impactantes durante as entrevistas, foi dita por “H”, eu considero um resumo de todas as críticas que os entrevistados fizeram, suas experiências e conhecimento sobre o contexto da cidade, auxiliaram para uma melhor compreensão sobre o tema da pesquisa:

Paraty é uma cidade muito sem perspectiva, não tem muito incentivo, ao esporte, nem ao lazer, nem a cultura. Na cidade tem eventos o ano inteiro, tem a literatura, dança e música, mas a juventude da cidade está fora desses espaços, à juventude de Paraty é sobrevivente, na verdade é resistente (“H”, 2020).

5.3.9 Ação IX- O Líder Comunitário.

Conheci “I” através de contatos com pessoas conhecidas, durante algumas reuniões que frequentei. Forneceram-me o contato de “I” e segundo informações, ele seria o líder comunitário do bairro Ilha das Cobras, foco desta pesquisa. Consegui o contato dele através de conhecidos que atuam em projetos sociais na Praça da Paz, localizada na entrada do bairro. Minha primeira conversa com “I” foi pelo telefone, expliquei sobre a pesquisa e qual era o meu objetivo e interesse em conversar com ele. O convidei para uma entrevista, ele concordou e marcamos na Associação dos Moradores da Ilha das Cobras.

“I” marcou o horário e o local da entrevista, às 14 horas na associação de Moradores. No dia e hora determinados compareci, a indicação que me foi passada foi a seguinte: “entra na rua do mercado Carlão do bairro da Ilha, a rua fica em frente à Praça da Paz, entre na rua e siga até o final dela, você vai ver uma escola a sua direita e um ponto de ônibus ao seu lado esquerdo, vire à esquerda e siga a rua do ponto de ônibus. Ande até encontrar um casarão branco com janelas grandes pintadas de azul, em frente à casa tem uma birosca”.

Segui essa referência, chamei “na casa” e não tinha ninguém, fui até a ‘birosca’ e perguntei à senhora que atendia no balcão, ela confirmou a referência, e depois de cinco minutos I apareceu e me levou até a Associação. Ele atua sozinho, me mostrou o espaço, grande por sinal, percebi a quantidade de bonecos gigantes usados no carnaval de Paraty, ele me disse que esses bonecos ficam guardados ali o ano todo e fazem parte dos eventos culturais de Paraty.

Acomodamo-nos e expliquei sobre a entrevista, entreguei as documentações para ele assinar e autorizar a utilização de suas falas da entrevista na pesquisa. De início “I” não entendia o porquê eu estava ali pesquisando, se o Instituto do qual a pesquisa faz parte está relacionado à Agronomia. Então expliquei que a pesquisa corresponde ao Instituto de Agronomia, a Pós é de Educação Agrícola, e que a Ilha das Cobras possui sua origem composta por indivíduos de comunidades tradicionais como, caiçaras, quilombolas e famílias que saíram das zonas rurais de Paraty. Comentei que a Ilha não é um bairro rural, mas possui uma origem composta pelas culturas tradicionais da região, dos problemas causados pelo êxodo de famílias que foram obrigadas a saírem de suas terras por causa da especulação imobiliária da região. (MELLO, 2009)

“I” admitiu não ter conhecimento sobre como foi composta a comunidade, mas percebe que existem muitas famílias que sobrevivem com resquícios de culturas locais como a pesca artesanal e construções de canoa caiçara, por exemplo. O fato de “I” não ter conhecimento sobre a forma como foi aglomerado o bairro parece estar relacionado à dinâmica do próprio bairro, dos que foram morar na Ilha das Cobras porque perderam suas terras na costeira ou na zona rural, foram tentando se adaptar a vida urbana, buscando trabalho no centro da cidade, e assim ficando cada vez mais distante de suas antigas atividades, dos poucos que resistiram e tentaram se manter efetivando o trabalho com o mar e artesanal como faziam antes, foram perdendo espaço à medida que foram envelhecendo, e os jovens, perdendo o interesse pelo acúmulo de conhecimento dos antigos moradores, não ocuparam o lugar dos mais velhos nesse ciclo. (CARVALHO, 2010)

“I” não nasceu no município de Paraty, segundo ele, sua família é de município próximo, ele mora há muitos anos na Ilha das Cobras. Reconhece que o bairro possui muitos problemas, incluindo a as violências, e afirma em sua fala que, o Poder Público abandonou o local, e que a Ilha das Cobras se torna visível somente em época de campanha eleitoral, onde os candidatos entram e fazem promessas de campanhas.

“I” diz que, a Associação de Moradores não tem recursos para efetivar ações, as ações são feitas através de ONGs ou pessoas que se sensibilizam pela comunidade. As ações mais efetivadas são compostas por atividades voltadas às crianças, como brincadeiras, rodas de leituras e oficinas artísticas. As festividades como as do dia das crianças, dia das mães, Natal e Páscoa acontecem com a ajuda de doações e ações de projetos de instituições que eventualmente oferece algum apoio. Uma das instituições que apoiam as atividades culturais e festividades para as crianças do bairro seria a Biblioteca Comunitária Casa Azul⁵², que também realiza a Festa Literária Internacional Paraty. Durante o ano ela pratica algumas ações em sua sede, que fica localizada no bairro Ilha das Cobras: Mediação de leitura; Apoio Pedagógico e ação social e comunitário emergencial. Com o início dos contágios do vírus Covid-19 no Brasil, no início do ano de 2020, as atividades da Casa Azul sofreram transformações, as atividades presenciais pararam e começaram a oferecer as ações via redes sociais, e também entregou 239 cestas básicas para famílias vulneráveis socioeconomicamente do município de Paraty.

As crianças que participam das atividades da Biblioteca Comunitária Casa Azul participam da Flipinha⁵³ durante o Festival FLIP. É um dos momentos em que as crianças do bairro Ilha das Cobras participam de atividades fora do bairro e vão para o Centro Histórico, elas provavelmente não teriam oportunidades de frequentar o Centro Histórico se não fosse essa ação.

Sobre a Ponte, o acesso construído no ano de 2019 entre a Ilha das Cobras e o Centro Histórico, “I” diz que há um preconceito “do pessoal de lá com o pessoal de cá”, ele se refere ao que as pessoas do centro costumam dizer em relação às pessoas da Ilha das Cobras.

⁵² www.flip.org.br/educativo/biblioteca-comunitaria-casa-azul/

⁵³ <https://www.flip.org.br/flipinha-2020>

Diógenes (1998) escreve sobre a relação do medo entre as partes envolvidas, segundo a autora o medo se origina a partir de um imaginário de que a violência parte somente do outro, a violência vem do outro. Neste sentido, moradores e comerciantes do Centro Histórico, dizem que, a violência é ocasionada por moradores da Ilha das Cobras e os moradores da Ilha das Cobras dizem que a violência é ocasionada por pessoas vindas de outros municípios, e até de outros estados.

Estão dizendo agora que, depois que fizeram essa ponte os assaltos no Centro Histórico começaram a acontecer. Sempre teve assalto lá, mas agora que temos acesso por essa ponte eles dizem isso, é pra gente não ter acesso ao Centro Histórico. Eu sei que na ponte está acontecendo muito assédio sexual e tentativa de estupro, já ouvi muitas histórias assim, mas isso não é o morador daqui que faz, é vagabundo vindo de fora (“I”, 2020).

Importante salientar que, o acesso ao Centro Histórico (centro antigo) e ao centro da cidade (centro novo) de Paraty não foi interditado as populações carentes, não há nenhuma estrutura erguida que os impeçam de circular pela cidade, não há decretos oficiais criados para dificultar o acesso à cidade, porém pelo que percebemos, há uma barreira invisível, uma barreira social que os inibem, há estruturas concretas que se tornaram símbolos da segregação desses bairros. A exclusão desses bairros construídos ao redor do Centro Histórico fortaleceu a ideia de que, facilitar o acesso e incentivar a frequência desses moradores ao centro antigo possibilitaria o aumento da criminalidade nos arredores da cidade. O sentimento do medo é bem presente nos discursos entre os moradores, independente da forma como relata e de onde moram. (DIÓGENES, 2011)

Se para o acesso ao centro antigo não há impedimento legal que determine a negação a presença dos moradores, e apesar disso, os moradores não se sentem pertencente ao local, e não costuma frequentar os eventos no centro, para os moradores das comunidades tradicionais há dificuldades de acessos em determinadas localidades (CARVALHO, 2010). Há em Paraty determinações legais que dificultam acesso de moradores a outros locais, como por exemplo, a histórica situação dos caiçaras da Praia do Sono, bairro vizinho ao condomínio Laranjeiras⁵⁴. Há 40 anos, acontecem conflitos diretos entre os moradores da Praia do Sono e o Condomínio Laranjeira, devido às inúmeras irregularidades que dificultam a vida do caiçara dessa comunidade.

Sobre o tráfico de drogas “I” fala da situação, mas não coloca isso como uma emergência nas pautas do bairro, ele tem consciência do envolvimento de crianças nesse ciclo e da quantidade de mortes relacionadas a essa atividade, mas segundo ele, esse tipo de situação condiz com uma estrutura familiar desestruturada, para ele isso poderia ser resolvido se os pais dessem o exemplo e fossem mais firmes.

“I” ao culpabilizar os pais das crianças e adolescentes envolvidos com a criminalidade, anulam as responsabilidades do Estado que negligencia as dificuldades das comunidades e da sociedade que criminaliza a pobreza e rejeita na prática a justiça social. No discurso comum a sociedade tende a culpabilizar somente o indivíduo, mas não leva em consideração o aspecto sociocultural e nem mesmo conseguem refletir sobre as questões históricas que influenciaram a construção das comunidades.

O consumo de drogas, nessa realidade vivenciada, está associado à definição identitária do jovem, à busca pelo reconhecimento e pelo respeito do outro, à aceitação, ao acesso a bens e a serviços que ele não possui, à pressão social, bem como o desejo de inserir-se e de ser aceito por grupos (HENRIQUES, *et al.*, 2016, p. 7).

⁵⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/07/26/ult5772u4768.jhtm>

A sociedade tende a naturalizar a justificativa de que, o envolvimento dos indivíduos no mundo do tráfico de drogas seria uma escolha individual, e que a culpa seria somente dos envolvidos. Há por trás disso uma situação complexa que envolve na maioria das vezes, a injustiça social, o ambiente invasivo, as violências que fazem parte do cotidiano do indivíduo[...].

O ambiente conturbado tem influencia direta no crescimento e no desenvolvimento infantil. Além disso, pode contribuir para que seus membros se tornem jovens e adultos com comportamento antissocial, delinquente, dependente, com alto risco de ingresso na vida criminosa, perpetuando o ciclo da violência (HENRIQUES, *et al.*, 2016, p. 5).

5.4 Uma Cartografia construída com bases de minhas percepções fora da minha área de conforto

Paraty, 05/02/2020,

“Meu olhar sobre a Ilha das Cobras, no dia da entrevista com o presidente da associação do bairro.

Ao terminar a entrevista fui embora e segui o mesmo caminho que fiz para entrar no bairro, passei pela mesma referência que me foi fornecida.

Eu já entrei em algumas comunidades no centro do RJ, mas parece que aqui o consumo e venda de drogas mais explícitos está direcionado a uma categoria mais jovem, crianças e adolescentes. Ao chegar ao ponto de ônibus ao lado da escola da Ilha, observei um grupo com crianças e adolescentes, algumas crianças estavam rodeando com a bicicleta, o restante do grupo estava sentado e uns em pé, em volta de uma mesinha, uma senhora esperava o ônibus, ela estava afastada da cobertura feita pela prefeitura para os moradores aguardarem o ônibus, a senhora estava fora da calçada, na rua a espera do transporte público, notei que ela não cruzava os olhos nos meninos, evitava olhar para o lado onde eles estavam, é como se eles não fossem percebidos por ela. Deu pra visualizar o consumo de drogas, isso às 15h, dia claro. Segundo os autores Santos, Castro, Reis, Anunciação e Rizzo (2019), o consumo e venda de drogas no município existe há muitos anos, porém com a política de segurança do Rio de Janeiro do final da década de 2000, a UPP, evidenciou mais ainda a dinâmica do tráfico e estruturou de forma diferente essa atividade no município. O consumo e venda de drogas no município começou, segundo relatos, sempre existiu, mas a partir da implantação da UPP no Rio de Janeiro, O envolvimento de crianças no comércio e uso de drogas começou a ser mais explícito.

Lembrei-me do dia em que acompanhei uma atividade do projeto ‘Liberdade de Surfar’ na Praça da Paz, em frente ao bairro, em que uma criança aparentando ter 10 anos, sentou no mesmo banco que o meu, retirou a maconha do bolso, enrolou e fumou, na minha frente, isso era às 18h. Também me lembrei das informações fornecidas por um PM de Paraty, ele me disse que crianças vendem drogas de bicicletas no centro de Paraty. Lembrei-me de um morador quando me disse que mora há anos no bairro, na rua que divide os dois bairros, Ilha e Mangueira, e um dia, conversando com sua esposa pelo celular enquanto andava na rua, um rapaz apareceu e deu uma tapa tão forte nele que o celular foi arremessado longe, e um recado foi dado ‘nunca mais ande com celular na mão desse jeito aqui’. Foram diversas as informações que obtive ao desse período, e uma das características desse bairro são os constantes tiroteios à noite. Durante essa pequena caminhada pelo bairro observei tudo de forma não naturalizada, como não moro ali, não convivo com essa situação, percebi tudo como alguém de fora daquele contexto. Um olhar estrangeiro!

Velho (2004) escreve sobre a condição do estranhamento entre a relação com o que parece familiar. Para o autor “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (VELHO, 2004, p. 131). Morando no mesmo município, percebi que a Ilha das Cobras aparentemente mantém um cotidiano como qualquer outro bairro, porém observando mais atentamente, se torna perceptível a dinâmica das atividades de grupos de crianças e adolescentes. Os “de fora”, e os “de dentro”, percebem a situação se conseguirem estranhar, parece ser mais fácil entranhar se o indivíduo não faz parte do cotidiano local.

As dificuldades econômicas geram condições propícias para a entrada das crianças e adolescentes no mundo do crime, o comércio de drogas é visto fazendo parte de um cotidiano natural, as violências praticadas em torno disso geram, além dos danos individuais, os danos coletivos, como a marginalização dos moradores do bairro, por residirem em um local controlado por facções criminosas. (HENRIQUES, *et al.*, 2016)

Quanto mais entro no bairro mais percebo os olhares como se quisessem saber quem eu era e o que estava fazendo ali. Uma estrangeira sendo vista! O comportamento das crianças e adolescentes reunidos em volta daquela mesa, uma mistura de euforia e intimidação, como se quisessem que todos percebessem o que eles estavam fazendo ali, mas pelos moradores, parecia ser visto com naturalidade, talvez por medo ou até mesmo por serem tão comuns às atividades das crianças e adolescentes, que não faria diferença alguma se importar ou não. O comportamento dos adolescentes parecia uma demonstração do domínio local, foi possível perceber uma dinâmica territorial, onde estabelecem uma organização que demarca posições e funções aos membros do grupo.

Movidos pela necessidade de consolidar no grupo a ideia de pertencimento, as turmas de jovens se “organizam” com o objetivo de deixar marcas territoriais. Essa necessidade de “registro social” no mapa “oficial” é que vai ensejar entre as galeras a mobilização de práticas de violência (DIÓGENES, 1988, p. 158).

Na cidade de Paraty, a violência praticada por adolescentes e jovens começou a incomodar quando começou a atingir as áreas da cidade antes isolada desse fenômeno. Os moradores desses bairros não se incomodavam com as notícias pouco divulgadas pelas mídias. Quando algum adolescente ou jovem é assassinado ou comete algum crime, todos acabam sabendo, pois os comentários existem nas filas de banco, na padaria, nos pontos de ônibus [...], enfim quando acontece algo os moradores sabem quem foi a vítima, quem praticou o crime e como aconteceu o ocorrido, muitos se referem à vítima pelo nome. A maioria das notícias sobre os assassinatos que são vinculados em noticiários de jornais, são crimes que aconteceram nos bairros onde são considerados isolados a esse fenômeno, no entanto, os que acontecem dentro do bairro Ilha das Cobras ou Mangueira, pouco repercutem.

A “violência vinda de baixo”, antes “invisível”, pelo distanciamento das zonas de concentração de grandes contingentes de excluídos, cada vez mais explicita-se. Ela ganha as ruas, assume faces diversas, potencializa-se de tal forma que ordem e desordem “ocupam” o mesmo “lugar”; tornando potencialmente qualquer espaço um lócus de expressão da violência (DIÓGENES, 1998, p. 134).

A estrutura física do bairro é como de qualquer outra comunidade carente do RJ, muitas casas aglomeradas, não há saneamento de esgoto adequado, na verdade, em Paraty no que diz respeito a saneamento básico, a cidade toda está bastante necessitada. Grande parte da

população desse bairro possui vulnerabilidade socioeconômica, há uma escola que não atende toda a demanda do bairro, existe uma ‘guerra interna’ que extravasa para outros bairros carentes do município, incluindo o Centro Histórico.

A Ilha das Cobras é uma incógnita, um bairro localizado ao lado do Centro Histórico de Paraty, invisível aos olhos de quem não percebe a situação, invisível para os que preferem não ver, mas será que o que “não é visto”, “não existe?”.

5.5 A Escola Técnica Profissionalizante- Centro de Formação Econômica e Criativa (CEFEC): uma proposta inalcançável?

A Escola Técnica Profissionalizante faz parte do conjunto de medidas composta dentro do “*Pacto pela Paz*”, “F” menciona a escola técnica na entrevista e fala como foi projetada:

Sobre o Centro de Profissionalização para Jovens, um processo foi produzido pela coordenadoria da juventude, junto com a secretaria de cultura, inclusive os encontros que foram realizados com a juventude, foi pra saber inclusive até a parte arquitetônica, planta e tudo, tudo bolado pela juventude mesmo (“F”, 2020).

“F” também menciona sobre o embargo do início da construção da escola técnica. No Fórum de Paraty há o Processo Nº 0001391-95.2019.8.19.0041, autor: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Paraty- Setor Sul, Réu: Município de Paraty. Segundo “F”:

[...] o próprio bairro não aceita que seja lá. Moradores locais, pousadas, recorreram na justiça, na Câmara, tentando embargar. Justificativa, desvalorização do bairro, segundo eles um bairro muito tranquilo, que vai começar a ser um bairro tumultuado (“F”, 2020).

“F” diz não compreender os motivos que fizeram as pessoas moverem uma ação contra a possibilidade de oportunidade aos jovens do município, para ele tal movimento estaria relacionado a “uma visão de quem quer combater a violência, mas querem combater a violência na verdade exterminando a galera que eles creditam que é a responsável por isso na cidade”. Esse relato me fez lembrar do texto de Diógenes (2011) em “*O Enigmado Medo-juventudes, afetos e violência*”, onde ela discute sobre a construção da “segregação espacial” no Brasil. Segundo a autora, o processo de metropolização a partir da década de 1970, o fluxo do campo para a cidade, influenciou a demarcação de território entre ricos e pobres nas cidades. Paraty assim como em outros lugares seguiu o mesmo ritmo de segregação espacial, onde há o lugar do rico e o lugar do pobre, e qualquer tentativa de interferência neste sentido, é sentida como uma invasão de território, onde o medo é a justificativa para conter esse avanço.

No dia 20 de setembro de 2017 foi realizado uma “*Oficina de Co-criação*” com jovens do município no Colégio Estadual CEMBRA, com o objetivo de escutar as demandas dos jovens e começar a projetar a Escola Técnica Profissionalizante. Neste evento foram discutidas as propostas do programa de atividades do CEFEC. A figura 22 mostra uma imagem da localização do local para a escola, o bairro mostrado se chama bairro Parque Ypê, o local foi escolhido pelos jovens que participaram “*Oficina de Co-criação*”, esse bairro é considerado um bairro neutro entre os conflitos de facções criminosas, a escola ficaria em um local estratégico em frente à Avenida Roberto Silveira, principal via da entrada da cidade, com acesso ao transporte público (figura 22).



Figura 22: Localização da Escola Técnica Profissional.

Fonte: Prefeitura Municipal de Paraty, 2017.

No Programa criado para as atividades da Escola possuem algumas áreas: Náutica; Turismo; Capoeira e Artes Marciais; Artesanato; Designs; Gastronomia; Incentivo ao Empreendedorismo; Moda; Multimídia e Tecnologias; Produção e Gestão Cultural e Artes Cênicas. O Programa possui quatro ações principais: Programa Formativo; Programa de Residência e Intercâmbio Profissional; Edital de Ocupação da Escola técnica; Incubadora de Projetos. Será ofertada uma estimativa de duas mil vagas por ano, para os usuários moradores na Zona Rural do município o Programa forneceria passes livres para os alunos frequentarem as atividades da Escola.

A figura 23 mostra uma imagem do encontro que aconteceu no final do ano de 2019, seria a última reunião para dialogar com a juventude, com o objetivo dar satisfações sobre o processo de licitações para o início da obra da escola Técnica, logo depois, antes do início das obras, o processo foi embargado, após uma ação dos representantes do bairro onde a escola iria ser instalada. No telão, atrás dos participantes do encontro, há o modelo do prédio que iria ser construído, com finalização da obra no segundo semestre do ano de 2020 (figura 23).



Figura 23: Evento para aprovação de licitação para o início das obras do CEFEC-2019.

Fonte: Coordenadoria da Juventude, 2019.

A figura 24 mostra uma imagem de como está o terreno onde deveria ter a Escola Técnica Profissionalizante, as obras nem chegaram a iniciar, depois do embargo a prefeitura

cercou com tapumes de madeira. Ao lado do terreno podemos observar a extensão de uma escola privada mencionada em um parágrafo acima (figura 24).



Figura 24: Terreno cercado com tapumes- CEFEC-Paraty.

Fonte: Autora, 2020.

Durante as campanhas da eleição municipal do ano de 2020 esse tema foi bastante usado pelos políticos, seja os que apoiavam a construção ou pelos que eram contra. Os que apoiavam sensibilizavam os eleitores que eram a favor e os que não apoiavam sensibilizavam os eleitores que eram contra a construção. E os conflitos que surgiram nos debates sobre o tema, geraram votos para os candidatos.

No dia 05/11/2020, na 7ª Câmara Cível, o Desembargador Ricardo Couto de Castro, anulou⁵⁵ o embargo do CEFEC.

- 1-[...] ANULOU a decisão de 1ª instância que havia paralisado as obras do CEFEC (Centro de Formação e Economia Criativa);
- 2- Entendeu o Tribunal de Justiça que a decisão de primeiro grau não foi juridicamente fundamentada, não apontou qualquer prejuízo à coletividade e se baseou em informações equivocadas, uma vez que houve a autorização legal de todos os órgãos públicos competentes[...] (Ofício MALBN, 2020).

As informações para o reinício das obras foi de que, iria acontecer logo no início do ano corrente, porém, até o momento não iniciaram a construção do CEFEC.

⁵⁵ Instrumento nº0072493-72.2020.8.19.0000

Agravo do Instrumento: Município de Paraty.

Agravada: Associação dos Moradores dos Bairros Portal e Parque Ypê.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial, inserida no projeto desta pesquisa, para o fenômeno ocorrido na cidade de Paraty era de que, quanto mais próximo do centro estivesse o bairro, mais violento ele seria, isso porque os bairros se tornam aglomerados nas zonas urbanas, nos bairros mais próximos ao centro. De fato, Paraty, parece ter seguido as mesmas dinâmicas de grandes cidades. Porém, ao iniciarmos a pesquisa, não sabíamos como e porque os bairros ao redor do Centro Histórico foram construídos e se desenvolveram.

Ao longo da construção desta pesquisa, foram compreendidas as origens de alguns aspectos das violências como se mostra hoje, foi entendido como os bairros se tornaram excluídos e aglomerados, e de que forma foi e está sendo construída as vivências das juventudes local.

Os aspectos dos fenômenos sociais do município de Paraty se apresentam, de modo geral, não percebidos por quem frequenta a cidade esporadicamente e também por quem, ou não possui a sensibilidade para reconhecê-los ou preferem acobertá-los e não admiti-los. Para aqueles que tentam expor a situação, há evidências dos fatores que geraram os fenômenos sociais e como poderiam resolver.

A cidade possui uma importância histórica imensa, foi local estratégico para escoar a extração de minério vinda de Minas Gerais, possuiu um dos mais importantes portos do Brasil. Mas também se estruturou sob muitos aspectos de violências contra os indígenas escravizados e quase todos exterminados, negros sequestrados e escravizados trazidos de longe. Com o passar dos anos, sofreu o impacto econômico por conta da construção de outro trajeto para o caminho do ouro e pelo fato de libertarem os negros escravos, a cidade sucumbiu e tentou reconstruir sua base econômica. O ciclo do ouro, café e cana-de-açúcar definem o histórico de Paraty no século passado, e a partir da abertura da estrada que liga o Rio de Janeiro a São Paulo (BR-101/ Rio-Santos) na década de 80, Paraty foi desenvolvendo sua base econômica através do turismo. Juntamente com a construção da estrada iniciou-se um processo de desapropriação de terras devido a maçante especulação imobiliária, situação recorrente e extremamente problemática até os dias de hoje.

O histórico da cidade, entre as fases glamorosas e decadentes, fez vítimas em comum. Paraty vivencia constantes transformações sociais ao longo dos anos, e acumula consequências dessas transformações. Uma das consequências seriam a violência e suas diversas formas estruturadas e estabelecidas no município, percebemos como ela foi composta neste cenário, e de como ela é presenciada e significada pelos moradores durante a construção dessa pesquisa.

Uma das consequências da violência no bairro Ilha das Cobras é um problema antigo em sua origem, hoje ela se apresenta com a disputa de território entre os grupos de adolescentes e jovens, uma rivalidade entre gangs, entre bairros que possuem suas rivalidades. O uso e vendas de drogas, juntamente a disputa de territórios entre os jovens e adolescentes existem no município há décadas, hoje a disputa é entre facções criminosas, porém os sujeitos participantes dessa “guerra” continuam sendo os jovens, adolescentes e cada vez mais a faixa etária diminuem, há muitos casos em que crianças estão envolvidas no uso de entorpecentes e venda de drogas.

Os conflitos causados pelas disputas de territórios passaram a serem vistos também em locais fora dos bairros considerados origem dessas violências, episódios ocorridos dentro do Centro Histórico e em outros bairros, inclusive nos bairros rurais, começaram a se tornar cada vez mais comuns.

Durante a construção da pesquisa, nos deparamos com relatos de crianças, adolescentes, moradores locais e profissionais que atuam nas diversas áreas sociais. Os relatos

mencionam os diversos tipos de violências ocorridos no município, os conflitos por territórios; a entrada dos adolescentes e jovens no mundo do crime e, as mortes causadas por armas de fogo, esses episódios parecem ser consequência das violências institucionais e injustiça social que de fato ocorre no município, como em qualquer outro lugar.

No entanto, outro fato que, historicamente parece ser especificamente local é a forma como a cidade foi desenvolvida economicamente da década de 80 até os dias de hoje, parece ser um ponto crucial para o aspecto do desenvolvimento social local.

Até o final da construção desta pesquisa, não houve notícias de que, a dinâmica entre facções tenham cessado os conflitos. Porém o contrário disso aconteceu constantemente, adolescentes e jovens continuaram morrendo ou cometendo crimes como assassinatos com arma de fogo e assaltos no Centro Histórico e outros bairros incluindo os bairros da zona rural. É preciso enfatizar que, de alguns anos até o ano corrente, a população de Paraty vem aumentando bastante, o motivo provável seria a migração de pessoas de outras cidades para a cidade de Paraty, muitos moradores da cidade que se tornaram vítimas de assaltos, alegam que foram assaltados por jovens não conhecidos, ou seja, por indivíduos que migraram para a cidade.

Quanto à Especulação imobiliária, no decorrer da construção da pesquisa, identificamos a relação entre o problema dos povos tradicionais com o tema da violência e a juventude, isso porque percebemos que, a perda de uma identidade cultural de forma impositiva, mesmo que de modo sutil, origina fenômenos sociais dos quais tendem a ser naturalizado pela sociedade. A violência parece ser banalizada e muitas vezes justificada no mundo social, a cultura por sua vez é vista como algo a ser padronizada, seguindo critérios estabelecidos pela cultura de massa.

Sem o aparato governamental para se estabelecerem e permanecerem em suas terras e dar continuidade ao cotidiano de uma cultura local, as comunidades tradicionais sofreram e ainda sofrem os embargos sociais, as injustiças e cada vez mais se tornam vulneráveis socioeconomicamente, por isso, foi necessário buscar bibliografias que pudessem nos auxiliar para escrever sobre o contexto histórico e atual a essa questão, mas também buscamos observar o cotidiano local, e tentar agrupar o máximo de informações das experiências dos moradores do local.

Observando o contexto histórico da década de 80 até 2020, verificamos que, a especulação imobiliária continua sendo um dos pivôs de uma parte significativa dos aspectos de violências na cidade. Valem ressaltar que essas violências em grande parte são direcionadas as comunidades tradicionais que, por sua vez, acaba se deparando com as perdas de suas terras, de sua cultura e identidade, muitas vezes perdem até mesmo suas vidas, ao tentar defender seu pedaço de terra. Grande parte deles é obrigada a se enquadrar no contexto da população periférica, a margem da sociedade no “bairro de lá”.

Verificou-se, através das bases bibliográficas e dos resultados em campo de pesquisa que, a cultura caiçara foi a que mais sofreu impacto diante da especulação imobiliária. Dentro da perspectiva do contexto da situação dos caiçaras, as abordagens dos discursos sugerem que, as famílias foram obrigadas a abandonar suas terras e acabaram indo aglomerar os bairros construídos ao lado do Centro histórico de Paraty, principal ponto turístico da cidade, visitado por pessoas do mundo inteiro.

Os caiçaras perderam suas terras, seu trabalho de subsistência, não tinham mais como plantar, foram para a cidade em busca de trabalho, a cidade absorveu a modernização do pescado, em sua maioria a pesca artesanal passou a ser deixada de lado, a cultura caiçara foi se tornando escassa, e os poucos que resistiam e tentavam se manter em suas terras, entravam em conflito com os novos donos das terras e com a administração pública da cidade, dos que sobrevivem ao caótico contraste social da região, permanecem em suas terras com

dificuldades, hoje vivem com recursos oriundo do turismo visto como predatório e muitos ainda sofrem ameaças de perderem suas terras para a especulação imobiliária.

Os bairros do centro foram construídos de forma desordenadas, acumulando problemas de infraestruturas, facilitando as aglomerações e fenômenos sociais relacionados ao crescimento da violência e o desenvolvimento dos jovens a esse contexto.

As violências no município são diversas, e acompanham a história de construção da cidade. No município, por disputas de terras muitas pessoas foram assassinadas, por um “desenvolvimento econômico” aconteceram muitas injustiças evidenciando o não desenvolvimento social. O desenvolvimento social, de aspecto amplo e justo foi desconsiderado. A forma como foi desenvolvida a economia de Paraty evidencia o empobrecimento da cultura local.

Esses fatores mencionados atingem um patamar de violência contra uma população, uma violência que perpassa por diversas esferas das quais se classificam como: a física; a psicológica; moral; econômica e social. A violência, em seu ciclo destrutivo, cria vítimas e pressupõe que, através dos agentes geradores de tantas violências sofridas, se cria e se replica um ambiente hostil e cada vez mais violento.

O turismo em Paraty se tornou a base econômica, as características do turismo da cidade sugerem um tipo de turismo que, pode gerar renda as pessoas, no entanto, ele parece gerar mais aspectos negativos do que positivos.

O turismo predatório não está alinhado à valorização e respeito ao meio ambiente e cultura local, ele está alinhado à dinâmica da especulação imobiliária, a destruição ambiental, a aglomeração e na interferência negativa do cotidiano local. O turismo predatório parece estar relacionado a um tipo de violência contra o meio ambiente, à cultura local e a desorganização da cidade.

A violência se encontra em Paraty, um fato, porém ela costuma ser velada, seja sob o aspecto do próprio contexto da dinâmica do tráfico, seja pelo aspecto de exclusão dos indivíduos com vulnerabilidades sociais, mas outro aspecto a ser salientado é a Segregação Espacial.

É preciso perceber que, há necessidades de se compreender os aspectos sociais e culturais da localidade, é preciso entender que os aparatos repressivos não identificam esses fatores e que a política de segurança de forma repressiva não aniquila o crime, nem mesmo diminui, ela apenas elimina indivíduos, mas o ambiente continua no complexo reprodutivo das violências vivenciadas no ambiente.

À medida que, os bairros se tornam mais aglomerados, mais são considerados vulneráveis socioeconomicamente, se tornam segregados, abandonados, e, sua população excluída durante esses anos, e ainda, nos dias atuais, percebe-se a intolerância por parte da população do centro da cidade contra aqueles que moram no bairro atingido pelo abandono. Uma situação quase sempre velada, os moradores dos bairros abastados podem frequentar a cidade para servir como mão de obra, pesada e barata, porém não são bem-vindos para outro tipo de frequência.

O exemplo da situação da Escola Técnica Profissionalizante, o CEFEC, o local escolhido para a construção da Escola pelo coletivo da juventude do município, não agradou moradores e empresários do bairro Parque Ypê, com a justificativa de que preferiam que o terreno baldio se tornasse mais uma praça, e de que não queriam que o bairro obtivesse uma desvalorização por intermédio da construção de uma escola técnica e agrupasse grupos de jovens de “outros bairros”. Porém, depois do embargo, após a ação judicial promovida por moradores e empresários do bairro, construíram uma extensão de uma escola privada do município ao lado do terreno embargado para a construção da Escola Técnica. No bairro, ao lado do terreno baldio onde seria construída a Escola Técnica Profissionalizante há uma praça com três quadras de tênis, com extensão arborizada, banquinhos e alguns brinquedos.

Com os discursos em torno da situação contra a construção da escola técnica, fica óbvio que, a intolerância ao projeto é exatamente porque as juventudes dos bairros como Ilha das Cobras, Mangueira e outros bairros considerados vulneráveis socioeconomicamente, não são bem-vindas ao local, porque elas são rotuladas, descriminalizadas e não se espera delas uma qualificação profissional, já que elas servem de mão de obra barata e desqualificada para satisfazer o mercado do ramo de turismo local.

Nota-se que a cidade absorveu uma dinâmica não diferente das grandes cidades, onde se traça uma “linha imaginária” ou física separando os lugares, limitando as pessoas a se manterem “em seus lugares”, o aeroporto se tornou um dos principais símbolos desse tipo de segregação espacial, separando a cidade dos bairros lembrados por seus aspectos que reproduzem a violência. Vale ressaltar que atualmente esses bairros são dominados por facções criminosas rivais e geram conflitos entre si, no entanto, o aspecto violento dos bairros, segundo os relatos de moradores antigos, vem muito antes da invasão de território por parte dessas facções.

O aeroporto da cidade parece ter feito essa segmentação, há acesso à cidade pela Praça da Paz e também pela ponte inaugurada no ano de 2019, porém, no imaginário de muitos moradores, o aeroporto traça um bloqueio, um bloqueio utilizado pela elite, aonde chegam de avião ou helicóptero, fingem não ver a comunidade e nem imaginam como a comunidade vivencia a permanência da pista do aeroporto separando lados.

A juventude de Paraty absorveu os problemas da cidade de forma direta, as políticas públicas parecem ter parado no tempo. As políticas não acompanharam o desenvolvimento populacional, elas não se adequaram ao desenvolvimento social, ambiental e muito menos se alinharam com os fenômenos sociais existentes há anos.

Jovens precisam construir e experimentar a capacidade de sua criatividade, os projetos sociais oferecidos para essa categoria de indivíduo não deveriam ter como objetivo, somente ocupar seu tempo com o intuito de evitar que ele se envolva no mundo do crime. A origem desse envolvimento possivelmente estaria relacionada às violências sofridas no seu cotidiano. Uma política pública adequada e focada no planejamento ao combate as violências e suas origens nas localidades poderia ocupar o território, e proporcionar a comunidade justiça social e oportunidades a todos.

No imaginário social, para o jovem pobre deve ser negada a condição de ser jovem, esperam que ele seja alguém, no entanto ele já é alguém, está presente, possui expectativas e precisa de oportunidades para que suas escolhas amadureçam e sejam definidas. A construção da pesquisa evidencia as consequências que a estrutura social condiciona ao sujeito, as condições desses sujeitos são definidas a partir de suas situações socioeconômicas, os jovens pobres são rotulados como problemas constantes, como se todos eles estivessem sujeitos a se tornarem delinquentes.

O jovem de Paraty parece ter parado no tempo, não há expectativa para os adolescentes e jovens pobres da cidade fazerem escolhas pessoais, se eles quiserem fazer escolhas por se qualificarem profissionalmente fora da área de turismo, não terá oportunidades para fazer isso, se eles quiserem continuar os estudos, se incluir na vida acadêmica, poucas chances terão para isso. Não há incentivo para que criem expectativas além de se sujeitarem ao tipo de trabalho braçal, desvalorizado e sem segurança trabalhista alguma. Suas vidas estão condicionadas a servirem como mão de obra barata aos empreendedores locais, grande parte deles, vindo de fora. Os jovens da cidade estão condicionados a criarem expectativas somente a se juntarem como força de trabalho ao turismo visto como predatório inserido na cidade.

Com a chegada do tráfico de drogas como um das atividades do crime organizado que se instalou na cidade de Paraty e com a falta de políticas públicas de segurança na cidade, e juntando com o déficit de políticas sociais que amparassem as classes mais vulneráveis social

e economicamente, os jovens se tornaram a categoria de indivíduos mais vulneráveis em relação à violência.

Enquanto as violências expostas de modo mais concreto estiveram dentro do “bairro de lá”, entre os moradores “de lá” do outro lado do aeroporto da cidade, elas não eram vistas, ou era apenas justificadas como: “Paraty não é violenta não, aqui os crimes que ocorrem são só entre os moleques do ‘lado de lá’, eles é quem se matam”, é assim que se justifica as violências da cidade para os turistas, para que os mesmos se sintam mais tranquilizados em relação as suas estadias na cidade.

Enquanto as violências estavam distante do Centro Histórico de Paraty, uma cortina de fumaça escondia o cotidiano da população mais atingida, os mais abastados economicamente. Quando as violências se tornaram perceptíveis dentro do ponto turístico mais visitado da cidade, então o poder público percebeu que era hora de colocar dentro das pautas de segurança pública uma tentativa de resolução do problema. Porém, a dinâmica da violência no município está muito além da dinâmica do tráfico, isto é, as violências causadas pelo tráfico, o envolvimento de crianças, adolescentes e jovens ao mundo do crime, parece ser consequência de problemas que muito antes foram proporcionados à cidade. Eu falo da forma como foi construída Paraty, falo do descaso e injustiças à população de Paraty, que no decorrer de décadas presenciam uma derradeira perda cultural, um descalabro processo de desaculturação, desvalorização pelas riquezas naturais, e daí por diante.

A educação em Paraty historicamente sofreu com o descaso dos governos municipais, gerou consequências negativas, e com o crescimento populacional do município gerou um acúmulo de problemas, onde hoje as tentativas de reverter índices negativos inserem atuações da Secretaria da Educação, Secretaria de Segurança e também setores e instituições que atuam com crianças, adolescentes e jovens do município. O Pacto pela Paz é uma política pública voltada para a população jovem da cidade, na tentativa de enfrentar a criminalidade e conter a violência.

Acompanhando o contexto, percebo que ainda há muito a fazer em relação ao fenômeno social, violência. É uma situação emergencial, e parte significativa das ações inseridas nesta política mencionada no parágrafo acima não saiu do papel, pois há sempre muitos interesses políticos em torno da efetivação dos cumprimentos e promessas. Enquanto ações continuarem servindo ao “jogo político”, continuaremos com os mesmos problemas, e em relação à violência, é um fenômeno que tende a crescer. Enquanto a cidade continuar cedendo ao apelo político e partidário, aos interesses da elite da cidade, continuaremos a “ver” crianças, adolescentes e jovens morrendo ou matando.

Toda a pesquisa foi construída com o apoio e participação dos sujeitos que contribuíram para que fossem gerados os resultados. É impossível pensar em políticas direcionadas as crianças, adolescentes e as juventudes, sem a participação de pessoas preocupadas e empenhadas nas resoluções de problemas e eficácia na percepção das demandas de grupos específicos. Contudo, as juventudes precisam protagonizar os debates em torno das políticas direcionadas a elas.

As políticas em construção na atualidade, só existem porque, grupos se interessaram por temáticas específicas, se dedicaram e desenvolveram projetos e estudos em torno das situações apresentadas, e mesmo com tanto empenho desses sujeitos, com as tentativas e pressões, a cidade parece camuflar as situações, mantendo invisíveis grupos excluídos socialmente e as situações que muitos deles fazem parte.

Política pública se faz em conjunto com a comunidade, a administração pública por sua vez, precisa priorizar questões emergenciais. O problema do caiçara, considerado pela pesquisa, uma das origens dos problemas da cidade, foi percebido também como um tema emergencial. Há a necessidade do protagonismo dos sujeitos que se enquadram e estão inseridos nos aspectos que caracterizam os fenômenos sociais mencionados nesta pesquisa, no

entanto, à medida que o tempo passa o abandono e a negligencia do Poder Público vem causando ainda mais problemas a essas comunidades, consequentemente, a toda a cidade.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Thiago Nobrega. Juventude e Violência: Premência de Políticas Públicas. Ciências Sociais Aplicadas, **em Revista- UNIOESTE/ MCR**, v.14, n. 26. 1º sem. 2014, p. 103-130. ISSN 1679. 348X;

BRASIL. [Estatuto da Juventude (2013)]. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 103 p. 2013.

BRASIL. Linha de Cuidados para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Editora MS, Brasília-DF, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil. S.A. RJ, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A “**Juventude**” é apenas uma palavra. Entrevista com Pierre Bourdieu. Extraído de: BOURDIEU, Pierre. 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro. Marco Zero. p.112-121.

CANO, Ignácio, et.al. **No Sapatinho**: A evolução das milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fundação Heinch Boll, 2012.

CANO, Ignácio. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. p. 48-103. **Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro**. Editora: Fundação Heinrich, Organização Justiça Global. Rio de Janeiro, 2008.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; PESSOA, Vanira Matos; SOARES, Rackunelly Alves Sarmento. Análise de Contexto- Paraty-RJ. **Observatório da Política de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta/ NESP/UNB**. Fevereiro de 2015. <https://silo.tips/download/analise-de-contexto-paraty-rj.foto#> acesso: 03/03/2020 21:02:34;

CARVALHO, Quitéria Clarice Magalhães; CARDOSO, Maria Lúcia Moreira Leitão; SILVA, Maria Josefina da; BRAGA, Violante Augusta Batista; GALVÃO, Marli Terezinha Gimenez. Violência Contra Crianças e Adolescentes: Reflexões sobre Políticas Públicas. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 9, núm. 2, abril-junio, 2008. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027962018>.

CARVALHO, Julia Manso Paes de. **O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara de Cajaíba e a Escola. Em busca de uma Educação Diferenciada Paraty, RJ**. UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CPDA- Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2010, Rio de Janeiro.

COELHO, Diogo; PROVENZA, Marcelo. Balanço de Indicadores da Política de Pacificação 2007-2015. **Governo do Rio de Janeiro/Secretaria de Segurança/ISP Instituto de Segurança Pública**. Maio 2016;

COSTA, Anna Paula Serejo da; et al. Violência Doméstica e Abuso de Álcool e Drogas na Adolescência. **Ciência Plural**, 1(2): p.48-56, 2015.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Juarez Dayrell organizador. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DAYRELL, Juarez. **Por uma Pedagogia das Juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Minas Gerais: Mazza Edições LTDA. 2016;

DAYRELL, Juarez. **Por uma Sociologia da Juventude**. “Ensino de Sociologia. Desafios Teóricos e Pedagógicos para as Ciências Sociais”. Organizado por Luiz Fernandes Oliveira e editado pela Edur. RJ, Editora UFRRJ, 2013;

DAYRELL, Juarez. O Jovem como Sujeito Social. p.155-178. (Org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Edições MEC/UNESCO. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

DIÓGENES, Glória. **Enigma do Medo- juventude, afetos e violências**. p.209-228. (Org.). *Juventude Contemporânea: um mosaico de possibilidades*. 448:p.:il. Editora: Puc Minas, Belo Horizonte, 2011.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Cartografia da Cultura e da Violência: gangs, galera e o Movimento Hip Hop**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós- Graduação em Sociologia. Fortaleza, abril de 1998;

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em Pesquisas Qualitativas**. Educar em Revista, print version. Editora UFPR. ISSN 0104-4060. Educ, ver. No.24 Curitiba july/dec, 2004, p.213-225. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357 06/02/19, 14:44:10>.

ECA 2017, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei federal número 8.069, de 13 de julho de 1990**. CEDECA Rio de Janeiro.

FARJADO, Maxwell Pinheiro. Pentecostalismo, urbanização e periferia: Perspectivas Teóricas. **Paralellus Revista Eletrônica em Ciências da Religião- UNICAP**. ISSN: 2178-8162. Recife. Ano, 2, n. 4, jul/dez.2011, p. 181-192.

FAUSTINO, Graciele Oliveira. **As políticas públicas de juventude e o enfrentamento à violência no estado de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Departamento de Psicologia. Maceió 2014.

FERIGATO, S.H.; CARVALHO, S.R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.15, n. 38, p. 663-75, 2011;

FILHO, José Vicente da Silva. Segurança Pública: prioridade nacional. Câmara dos Deputados. **Centro de Estudos e Debates Estratégicos**, Consultoria Legislativa. Coordenação Executiva: Paulo Motta, edição: Brasília 2018, p. 327-346.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Aspectos Teóricos e Conceituais. Método de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 1. Ed., p. 11-29, 2009.

GOMES, Reinaldo Chaves. Novas Abordagens Sobre Prevenção da Violência Entre Jovens. Projeto Juventude e Prevenção da Violência, Polícia e Juventude. Realização: Governo Federal, Pronasci, **Fórum Brasileiro de Segurança**, maio 2010.

GROPPO, Antonio Luís. Dialética das Juventudes Modernas e Contemporâneas. Juventude e Educação. **Revista de Educação do Cogeime**. Ano 13-n. 25. Dezembro/2004.

GROPPO, Luiz Antônio: Ensaio Sobre Sociologia E História das Juventudes Moderna. Rio de Janeiro: **Difel**, 2000; Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Alteração da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990-Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 3 de agosto de 2009.

GUATTARI Félix, ROLNIK, Suely. **Subjetividade e Singularidade. Micropolítica Cartografia do desejo**, 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p. 25-73;

HENRIQUES, BD; et.al. Uso de Crack e outras drogas por crianças e adolescentes e suas repercussões no ambiente familiar. **Escola Ana Nery**, 20(4) e 20160105. p.2-8, 2016.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Laura Pozzana de. Cartografia é acompanhar Processos. (org). **Pista do Método da Cartografia Pesquisa- Intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, p.53-75, 2009.

KOROSSY, Nathália. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento social, UFRJ, FAPERJ. **Caderno Virtual de Turismo**, vol.8, n. 2 (2008). ISSN: 1677-6976, p. 56-68. 22/04/19, 13:27:10; www.ivt-rj.net.

LIMA, Renato Sérgio; ESTEVES, Regina. **A Educação e a escola no centro da Segurança Pública**. O Papel dos Municípios na Segurança Pública. p. 6-7. projeto_editorial.indd 2009, 05/02/2019, 14:03:47; www.redejuntos.org.br.

Lozzi, Mariana; BASTOS, Samuel; OLIVEIRA, Frederico; FERNANDES, Davi Mancedo. **Sistema Nacional da Juventude: uma gestão conectada e interativa**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Juventude. Brasília: Ibict, 2019.

MARTINEZ, Ana Claudia Campuzano; TEIXEIRA, Mônica de Freitas; PIMENTEL, Sandra Regina. **Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre educação Diferenciada- NEPEDIF/Campus Humaitá I: Educação Diferenciada em Foco**. <http://cp2.g12.br/orgs/index.php/anoisniciais/article/view/1116> . Acesso: 03/032020.

MARQUES, Camila Moraes. **Dimensão de Patrimônio: significados e silenciamentos na história da cachaça- Paraty, fins do século XVIII a meados do XIX**. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Doutorado em História, Política e Bens culturais. Rio de Janeiro, 2017.

MELLO, Diuner. **Reme Dois Paraty Estudante**. 2. Ed. ver. Pelo autor/ Instituto Histórico e Artístico de Paraty e prefeitura Municipal de Paraty. Gráfica Freitas: Angra dos Reis, RJ. 2009.

MELUCI, Alberto. Juventude, Tempo e Movimentos Sociais. p.29-48. (Org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Edições MEC/UNESCO. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

MENDONÇA, Marina Paula Goulart de. **Processo de Transição e Percepção de Aduldez: Análise Diferencial dos Marcadores Identitários em Jovens Estudantes e Trabalhadores**. Dissertação de Mestrado, FPCEUP, Porto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília Souza. *Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social*. P.9-29. *Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta*. P.61-77. (org). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**, 21. Ed., Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2009;

MUGGAH, Robert; PELLEGRINO, Ana Paula. *Prevenção da Violência Juvenil no Brasil: uma análise do que funciona*. Instituto Iguarapé. **Fundo de População das Nações Unidas UNFPA**, fevereiro, 2020.

NOVAES, Regina Reyes. *Políticas de Juventudes no Brasil: Continuidades e Rupturas*. p.253-281. (Org). **Juventude e Contemporaneidade**. Edições MEC/UNESCO. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. *A Cartografia como Método de Pesquisa- Intervenção*. P. 17- 31. (Org). **Pista do Método da Cartografia Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

PIMENTEL, Thaís Pimenta; SILVA, Lucia Isabel da Conceição. *Situações e Representações sobre Adolescência, Juventude e Violência: um estudo qualitativo a partir da mídia paraense*. **Revista PET Interdisciplinar e Programa Conexões/ UFPA On-line**. Vol. 01, p. 48-54, 2016.

PINHEIRO, Eduardo Henrique Sant't Anna; SILVA, Gecilda Esteves; HOTSUBO, Luiz Antônio de Araújo. *Estudos Socioeconômicos, municípios do estado do Rio de Janeiro, Paraty*. **TCE RJ Secretaria Geral de Planejamento**. Rio de Janeiro, 2019.

RANGEL, Elizete de Fátima. **A Implementação e Implantação do CRAS- Centros de Referência de Assistência Social em São José dos Campos: um estudo do Cras- Eugênio Melo**. Pontifica Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Serviço Social. São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Camila; DIAS, Rafael; CARVALHO, Sandra. **Discurso e Práticas na Construção de uma política de Segurança: O caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008)**, p. 6-15. *Segurança Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro*. Organização Justiça Global. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2008.

RIVERO, Patrícia S. *Segregação Georreferenciados no Município do Rio de Janeiro*. **Dilemas: Revist de Estudo de Conflito e Controle Social- vol.3-n. 9-Jul/Ago/Set**, p.117-142, 2010.

SANTOS, Laura Maria dos; CANANÉA, Marcela; SOBRINHO Francisco Xavier. **A Educação Escolar das Comunidades Tradicionais de Paraty- Um balanço de 2 anos do Plano Municipal de Educação 2015/2017**. Coletivo de Apoio à educação Diferenciada/ Fórum de Comunidades Tradicionais Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Editoração: Licio Monteiro.

SANTOS, Bruna; CASTRO, Henrique; ANUNCIACÃO, Georgia; RISSO, Melina. *O Papel dos Municípios na Segurança Pública*. **Agenda de Segurança pública de Paraty**. projeto_editorial.indd 2009, 05/02/2019, 14:03:47; www.redejuntos.org.br.

SCOTT, Pedro; LEITE, Antonio Regina Moura; CONCEIÇÃO, Luciene de Souza; PIEDADE, Pablo Almeida. **Diagnóstico de Vulnerabilidades e Violação de Direitos de**

Crianças e Adolescentes em Paraty- 2014. CMDCAP, Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Paraty.

SILVA, Eduardo Pinheiro Granzotto da. Contextualização da Segurança pública no Brasil. Segurança Pública: prioridade nacional. Câmara dos Deputados. **Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa.** Coordenação Executiva: Paulo Motta, edição: Brasília, p. 159-190, 2018.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA Peixoto. **A Pesquisa Científica.** Método de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1. Ed., p.31-42, 2009.

SIQUEIRA, Priscila. **Genocídio dos Caiçaras.** São Paulo, Massao Ohno- Ismael Guarnelli/ Editores, 1. ed., 1984.

SOARES, Leonardo Barros; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir Subjetividade: O que significa? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 9, n. 2, p.408-424, 2. semestre 2009. <https://www.revispsiuerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a10.pdf> ISSN: 1808-4281.

SOUZA, Vanessa Marcondes de; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Povos Tradicionais Caiçaras, Educação Escolar e Justiça Ambiental na Península da Juatinga, Paraty-RJ. Dossiê Conflitos; injustiça, desigualdades e educação ambiental na América Latina, vol. 23, n.1. AMBIENTE E EDUCAÇÃO, **Revista de Educação Ambiental.** Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande-FURG, p. 54-78, 2018, ISSN-14138638 E-ISSN-2238-5533

TEDESCO; SADE; CALIMAN. A Entrevista na Pesquisa Cartográfica: A experiência do dizer. *Fractal*, Ver. **Psicol**; v. 25, n. 2. maio/agosto 2013.

TOLEDO, Juliana Aparecida Cantarino; CASSAB, Clarice. O Lazer, a Periferia e os Jovens: Relações para discutir o crescimento pentecostal. **Revista: Terra Livre**, São Paulo, ano 34, vol.1, n.52, p.608-640, 2019.

VAZ, Doria; ROCHET, Flávia; SANTOS, Janaína; SPÍNOLA, Mariana. **Guia de Políticas de Juventude.** Brasília. Edição: Secretaria- Geral da Presidência da República, 2006.

VIANA, Livia de Souza; LAMOUNIER, Ludimila Penna. **Relação entre Cidade e Violência.** Segurança Pública: prioridade nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa. Coordenação Executiva: Paulo Motta, edição: Brasília, p. 281-296, 2018.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar. Individualismo e Cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, coleção: Antropologia Social, p.123-132, 2004.

WASELFISZ, Jacobo Júlio. **Mapa da Violência 2016 homicídios por armas de fogo no Brasil.** Brasília, Flasco Brasil, 2016.

WASELFISZ, Jacobo Júlio. Mortes matadas por Armas de Fogo. **Mapa da Violência.** Governo Federal. Brasília 2015. Disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva

Páginas da Web:

A Comunitas <https://www.comunitas.org/prefeitura-de-paraty-lanca-pacto-pela-paz-em-parceria-com-o-programa-juntos/> acesso: 15/05/2020.

A Comunitas <https://www.comunitas.org/pesquisa-medede-expectativas-da-juventude-em-paraty/> acesso: 15/05/2020.

A Comunitas <https://www.comunitas.org/ciranda-de-ideias-reune-70-jovens-em-paraty/> .
acesso: 15/05/2020;

A Comunitas <https://comunitas.org/juventude-sem-cao-discute-sexualidade-com-adolescentes-de-paraty/> acesso: 15/05/2020.

Agência de Notícias <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019> acesso: 15/05/2020.

Águas Paraty <https://www.gruposaguadobrasil.com.br/Paraty/agua-e-esgoto/estacao-tratamento-esgoto/> acesso: 03/01/2021.

Associação Liberdade de Surfar www.liberdadedesurfar.com.br acesso: 19/13/2019.

Biblioteca Comunitária Casa Azul <https://www.flip.org.br/verbete/biblioteca-comunitaria-casa-azul> acesso: 20/07/2020.

Brasil Escola <https://www.googleo.com/amp/s/m.brasilecola.uol.com.br/amp/geografia/onu.htm> acesso: 25/10/2019.

Câmara dos Deputados <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/const/1988/constituicao-1988-5outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso: 26/10/2019.

Centro Bioética <https://bioetica.org.br/?siteAcao=Destaque&id=64> acesso: 25/10/2019.

Condomínio Laranjeiras https://www.acparaty.com.br/sobre_o_condominio_laranjeiras/ acesso: 05/06/2020.

DeespAsk <http://www.deepask.com/goes?page=paraty/RJ-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio> acesso: 17/05/2019.

G1 <https://www.googleo.com/amps/s/g1.globo.com/googleo/amp/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/09/10/dois-menores-sao-mortos-a-tiros-no-centro-historico-de-paraty-na-costa-verde-do-rio-de-janeiro> acesso: 13/06/2019.

G1 <https://www.googleo.com/amp/s/g1.globo.com/googleo/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/17/traficantes-do-rj-ampliaram-dominio-e-diversificaram-crimes-diz-relatorio-da-policia.ghml> acesso: 01/01/2020.

IBGE <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html> acesso: 03/01/2020;

IBGE <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> acesso: 15/05/2020;

IPEA <https://www.ipea.gov.br> acesso: 02/03/2020;

IPEA <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/24> acesso: 15/05/2020;

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/grupos.html> acesso: 17/06/2015;

INSTITUTO IGARAPÉ <https://igarape.org.br/sobre-o-igarape> acesso: 04/01/2020.

INSTITUTO IGARAPÉ <https://igarape.org.br/destino-turistico-paraty-tem-maior-taxa-de-mortos-por-armas-de-fogo> acesso:04/01/2020;

Prefeitura de Paraty <https://paraty.rj.br/a-cidade/sobre> acesso: 10/01/2020;

PORTAL COSTA AZUL
<https://www.google.com/amp/s/www.portalcostaazul.com/amp/2018/07/04/esta%25C3%25A7%25A30-municipal-de-tratamento-de-esgoto-%25C3%25A9-inauguracao-em-paraty> acesso: 03/01/2021.

MAPA DA CULTURA <http://mapadacultura.rj.gov.br/> acessp:20/01/2020.

MEC <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb> acesso: 20/05/2019, 09:15:10.

Melhores Destinos <https://www.melhoresdestinos.com.br/azul-caneta-voos-angra-paraty-ubatuba-buzios-canela> acesso: 20/07/2020.

Notícias Adventistas <https://noticias.adventistas.org/pt/pastor-evangeliza-skatistas-surfistas-e-motoqueiros-em-sao-paulo> acesso: 17/06/2020.

Notícias/ Prefeitura de Paraty <https://paraty.rj.gov.br/informativo/noticias/territorio-da-juventude> acesso: 17/06/2020.

QEdU <https://www.qedu.org.br/cidade/2786-parati/ideb> acesso: 01/01/2020.

Secretaria Especial da Cultura. <http://cultura.gov.br/paraty-e-ilha-grande-rj-recebem-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco/> acesso: 03/03/2019, 15:44:26.

SAGI <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/serviço/sagi> acesso: 06/03/2019.

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Paraty <https://www.paraty.rj.gov.br/o-governo/secretaria-atribuicao/secretaria-municipal-de-assistencia-social-e-de-direitos-humanos> acesso: 29/11/2019.

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Paraty <https://www.assistenciasocial.org/unidade-de-acolhimento.paraty-rj-%E2%86%92-enderece-e-atendimento-2> acesso: 06/03/2019.

SINAJUVE <https://sinajuve.ibict.br/quem-e-quem/> acesso: 27/06/2010.

SINDPOL-RJ <https://www.sindpolrj.com.br/encerramento-ano-programa-papo-de-responsa> acesso: 15/05/2020.

TCE <https://www.tce.rjgov> acesso: 20/01/2020.

Tribuna Livre <https://www.googleo.com/amp/s/tribunalivrejornal.com.br/juventude-campanha-paraty/amp/> acesso: 15/05/2020.

Tribuna Livre <https://www.google.com/amp/tribunalivre.com.br/setembro-amarelo-paraty-coordenadoria/amp/> acesso: 15/05/2020.

Tribuna de Minas. <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/19-05-2016/agressao-expo-situacao-de-jovens-que-vivem-em-abrigos.html> acesso:17/04/2021.

Vai Paraty Notícias <https://www.googleo.com/amp/s/vaiparaty.com.br/prefeito-vidal-manda-esclarecimento-sobre-esgoto-enviado-a-praia-grande/amp> acesso: 03/01/2021.

Vai Paraty Notícias <https://www.google.com/amp/s/vaiparaty.com.br/materia-no-jornal-el-pais-fala-sobre-o-condominio-laranjeiras-e-sua-praia-exclusiva-para-bilionarios/amp/> acesso: 22/04/2020 22:10:25;

Documentário:

Documentário produzido por jovens moradores da periferia de Paraty <https://youtu.be/acqj57huTM>

Rede social Facebook:

Caiçara morador de Trindade <https://www.facebook.com/DaviTrindade> acesso: 06/06/2020.

Movimento Ocupa Paraty Ocupa <https://m.facebook.com/ocupaparaty/> acesso: 06/06/2020.

Secretaria de Cultura de Paraty <https://www.facebook.com/CulturaParaty/> acesso: 03/03/2019.

Secretaria de Educação de Paraty <https://www.facebook.com/secretariaeducacaoparaty/> acesso: 07/06/2020.